

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

Marcia Cristiane Vaclavik

**EMPRESARIANDO A INFORMALIDADE:  
MERCADO DE TRABALHO E CARREIRA NA *GIG ECONOMY***

Porto Alegre  
2020

Marcia Cristiane Vaclavik

**EMPRESARIANDO A INFORMALIDADE:  
MERCADO DE TRABALHO E CARREIRA NA *GIG ECONOMY***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Administração.

Área de concentração: Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Poletto Oltramari

Coorientador: Prof. Dr. Sidinei Rocha de Oliveira

Porto Alegre  
2020

### CIP - Catalogação na Publicação

Vaclavik, Marcia Cristiane  
EMPRESARIANDO A INFORMALIDADE: MERCADO DE TRABALHO  
E CARREIRA NA GIG ECONOMY / Marcia Cristiane Vaclavik.  
-- 2020.  
188 f.  
Orientadora: Andrea Poletto Oltramari.

Coorientador: Sidinei Rocha de Oliveira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Gig economy e Economia compartilhada. 2. Informalidade. 3. Mercado de Trabalho. 4. Carreira. 5. Motoristas de Aplicativos. I. Oltramari, Andrea Poletto, orient. II. Rocha de Oliveira, Sidinei, coorient. III. Título.

Marcia Cristiane Vaclavik

**EMPRESARIANDO A INFORMALIDADE:  
MERCADO DE TRABALHO E CARREIRA NA *GIG ECONOMY***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Administração.

Tese aprovada em 20 de outubro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Andrea Poletto Oltramari – Orientadora (PPGA/EA/UFRGS)

---

Prof. Dr. Sidinei Rocha de Oliveira – Coorientador (PPGA/EA/UFRGS)

---

Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida (PPGS/UFRGS)

---

Profa. Dra. Janaina Macke (PPGA/UCS)

---

Prof. Dr. Antonio Moreira de Carvalho Neto (PPGA/PUCMG)

---

Prof. Dr. Diogo Henrique Helal (PPGA/UFPB)

*“Quando pensamos no passado  
são as coisas bonitas que escolhemos sempre.  
Queremos acreditar que tudo era assim.”*  
(Margaret Atwood)

## AGRADECIMENTOS

No mundo da maternidade, do qual faço parte, há um provérbio africano que diz que “é preciso uma aldeia inteira para se educar uma criança”. Trago esse pensamento para a minha vivência nesses anos de doutoramento e faço uma analogia. Esta tese não é fruto de uma escrita solitária. Foram muitas as pessoas, e também instituições, que fizeram parte desse processo, deixando suas marcas e suas contribuições das mais diversas formas. Vamos a elas!

Agradeço ao meu marido, Alexandre, companheiro de vida e grande incentivador da minha trajetória pessoal e profissional. Se esta caminhada ocorreu neste momento, é porque ele sabia que eu a queria muito, antes mesmo de eu tê-la verbalizado. Aos meus filhos, Eduardo e Helena, que acompanharam com amor e paciência todas as horas que dediquei ao doutorado. A eles, fica o ensinamento de que a gente não para de aprender nem de estudar, nunca. Amo vocês três infinitamente!

À minha mãe e ao meu pai (que, se estivesse aqui, certamente também se emocionaria ao ver o quão longe a filha chegou). Obrigada por tudo e por tanto que recebi de vocês, por todas as boas sementinhas que plantaram nas três filhas, hoje floridas em valores fortes. Às minhas irmãs, Patrícia e Fernanda, que traduzem verdadeiramente o espírito de fraternidade.

À minha orientadora, Profa. Dra. Andrea Oltramari, construtora de pontes, sempre disposta a iniciar um novo projeto, sempre olhando para frente. Ao meu orientador, Prof. Dr. Sidinei Rocha de Oliveira, um farol que ilumina os caminhos das pesquisas, com generosidade, paciência e sabedoria. Ambos, sempre presentes e incentivadores, foram fundamentais para o amadurecimento do meu olhar como pesquisadora. Que a amizade que tecemos juntos ao longo desses anos prossiga frutificando para muito além do término desta jornada.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Marilis Lemos de Almeida, Prof. Dr. Antonio Moreira de Carvalho Neto e Prof. Dr. Diogo Henrique Helal, agradeço pelos momentos de partilha e incentivo. Seus ensinamentos e contribuições foram essenciais para esta tese. À Profa. Dra. Janaina Macke, que cruzou minha trajetória com ternura e disposição e contribuiu enormemente para o meu crescimento. Que nossos caminhos possam se cruzar novamente!

Aos trabalhadores que participaram deste estudo, direta ou indiretamente, minha mais sincera gratidão. Sem eles, esta pesquisa não existiria. Que o destino lhes reserve boa sorte!

Às professoras da área de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do PPGA, Profa. Dra. Angela Beatriz Busato Scheffer, Profa. Dra. Carmen Ligia Iochins Grisci e Profa. Dra. Lisiane Quadrado Closs, que tanto nos ensinam. À Profa. Dra. Elaine Di Diego Antunes,

agradeço por ter me acompanhado na fase inicial do meu doutorado e por ter acreditado na ideia desde a primeira vez que a apresentei.

À Liana Haygert Pithan, amiga de caminhada, de trocas, de escritas e de publicações. Espero um dia conseguir retribuir o tanto que eu recebi de ti!

Aos meus amigos Laura Alves Scherer, Renato Koch Colomby e Vinicius Porto de Ávila, os ensaístas teóricos. Juntos, criamos um grupo de afeto e de apoio que marcou a nossa trajetória. Vida longa aos ensaístas!

À Camila Müller e ao Sérgio Chagas Jr., com quem compartilho uma visão de mundo e sempre pude conversar abertamente. A amizade de vocês é, para mim, lugar seguro de fala, escuta e construção. À Cristiane Sastre, amiga amorosa, parceira de viagens e eventos. À Ana Luiza Brock, pela fundamental ajuda na reta final da tese. A vocês, obrigada por tudo!

Aos colegas do Observatório Internacional de Carreiras (OIC), pelas trocas constantes e pelo sentimento de pertença a um grupo. Aos colegas da turma de 2016, “a melhor turma de GP de todos os tempos”, e aos colegas das outras turmas também. Todos com quem cruzei deixaram em mim alguma coisa de si – espero ter deixado algo positivo de mim para vocês!

Aos colegas-amigos que escreveram comigo artigos outros que não fazem parte desta tese, mas que são igualmente importantes para mim, obrigada!

À UFRGS e à Escola de Administração, minha “casa” desde a graduação. Ao agradecer às instituições, estendo meus agradecimentos às pessoas que fazem delas o que são. Em especial, agradeço a todos os professores e técnicos que cruzaram a minha jornada, ao longo de mais de uma década em que vivi nos corredores da nossa querida EA. Um agradecimento especial ao Thiago Antunes, à Sandra Cela, e à Camila Fockink, por estarem sempre dispostos a ajudar quando precisamos.

À Capes, pelo suporte financeiro recebido ao longo de todo o processo de doutoramento. Espero ter retribuído à altura com os trabalhos derivados desta tese, apresentados ou publicados nacional e internacionalmente. Espero, com isso, ter retornado à sociedade brasileira um grão a mais de conhecimento. Tenho a esperança de que, na soma dos esforços de tantos discentes, docentes e técnicos das nossas instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, a educação possa se converter na nossa melhoria coletiva como país.

## RESUMO

Após sucessivas transformações ao longo do século XX, o mercado de trabalho atual é diverso e múltiplo, marcado pela flexibilização e desenvolvimento tecnológico digital. Nesse contexto, surgem novos modos de organização econômica e laboral que implicam reconfigurações das relações de trabalho. Argumenta-se que, para dar conta das novas configurações de flexibilidade que se apresentam, é preciso avançar na análise das relações laborais contemporâneas, que não mais se caracterizam apenas como relações de emprego. Sustenta-se a tese de que está em curso um processo de agenciamento do trabalho informal que se apresenta na formação e expansão de mercados laborais digitais através da *gig economy*. Nesses mercados, grandes empresas multinacionais passam a mediar relações laborais através de plataformas on-line utilizando-se do trabalho informal. Esse fenômeno, denominado “empresariamento da informalidade”, reorganiza, amplifica e imprime novos contornos ao trabalho informal e se desdobra em diversas instâncias. O objetivo geral desta tese é compreender, a partir da formação e expansão de mercados laborais digitais característicos da *gig economy*, os desdobramentos do processo de empresariamento da informalidade e seus reflexos nos mercados de trabalho e carreiras. Com orientação qualitativa, adotou-se a bricolagem como postura de investigação. Utilizou-se como campo de análise a atividade de motorista de aplicativos, investigada nacional e localmente (na cidade de Porto Alegre e região metropolitana). Apresentam-se cinco estudos que exploraram o fenômeno nas instâncias macro, meso e micro. O primeiro artigo objetivou promover a articulação entre os eixos da informalidade e do trabalho na *gig economy* para, então, avançar no conceito do empresariamento da informalidade. O segundo artigo buscou compreender o processo de formação do mercado de trabalho digital no contexto da atividade de motoristas de aplicativos no Brasil, em que diferentes atores disputam espaços ainda em delimitação. O *habitus* compartilhado em relação à atividade de motorista colaborou para consolidar o entendimento do trabalho como serviço informal e autônomo. Disputas econômicas, seja entre o público e o privado, seja entre grupos de trabalhadores, marcaram o processo. O terceiro artigo buscou analisar como está se configurando o mercado de trabalho para motoristas de aplicativos nos níveis individual, ocupacional e sócio-histórico. A inter-relação entre essas três instâncias de adequação dos trabalhadores revelou a conexão entre a alta capacidade adaptativa dos trabalhadores e questões mais amplas, marcadas por determinado tempo e contexto histórico. O quarto artigo buscou discutir como as perspectivas de tempo e contexto, além da capacidade de agência individual, podem influenciar as trajetórias de carreira dos trabalhadores em uma atividade característica da *gig economy*. O empresariamento da informalidade impacta os trabalhadores de modos distintos e revela a importância das questões estruturais do mercado de trabalho brasileiro. O último artigo objetivou investigar como motoristas de aplicativos de transporte estão atribuindo sentido ao seu trabalho. Destacou-se o aspecto instrumental e a lógica financeira atribuídos ao sentido do trabalho. Ao alcançar os objetivos geral e específicos, as contribuições deixadas por esta tese extrapolam as contribuições dos cinco estudos apresentados. Há espaços em aberto que atravessam as fronteiras macro, meso e micro e permitem a continuação da exploração da *gig economy* e os reflexos de mais uma reconfiguração do mercado de trabalho. Perguntas não respondidas e campos não explorados nesta tese delineiam diversas possibilidades de estudos futuros.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho. *Gig economy*. Economia compartilhada. Informalidade. Uberização. Precarização. Motoristas de aplicativos. Carreira. Sentido do trabalho.



## ABSTRACT

After successive transformations throughout the 20th century, the current labor market is multiple and diverse, marked by flexibility and digital technological development. In this context, new ways of economic and labor organization emerge, imposing reconfigurations of labor relations. To deal with the new configurations of flexibility, in this thesis, we argue that it is necessary to move forward in the analysis of contemporary labor relations, which are no longer characterized only by employment relations. In this sense, we defend that it is underway a process of agency of the informal work that presents itself in the formation and expansion of digital labor markets through the gig economy. In these markets, large multinational companies start to mediate labor relations through online platforms using informal work. This phenomenon, called “enterprising the informality”, reorganizes, amplifies, and prints new outlines for informal work and unfolds in different instances. Based on the formation and expansion of digital labor markets characteristic of the gig economy, the main objective of this thesis is to understand the unfolding events of the enterprising the informality process and its consequences in the labor market and career paths. With qualitative guidance, we adopted bricolage as a research posture. The ride-hailing activity and app-based driver occupation were used as a field of analysis, investigated nationally and locally (in Porto Alegre city and its metropolitan region). We presented five studies that explored the phenomenon in the macro, meso, and micro levels. The first article aimed to promote the articulation between the axis of informality and the work in the gig economy, to advance the concept of “enterprising the informality”. The second article aimed to understand the digital labor market formation in the context of ride-hailing activity in Brazil, in which different actors compete for spaces that are still in delimitation. The shared habitus concerning the driver activity collaborated to consolidate the understanding of work as an informal and autonomous service. Economic disputes and disputes between the public and the private or between groups of workers marked the process. The third article aimed to analyze how the job market for app-based is under configuration at the individual, occupational and socio-historical levels. The interrelationship between these three instances of workers’ fit revealed the connection between the workers’ high adaptive capacity and broader issues, characteristics of a specific time, and historical context. The fourth article aimed to discuss how the perspectives of time and context, in addition to the capacity of individual agency, can influence the career paths of workers in an activity characteristic of the gig economy. The enterprising the informality phenomenon impacts workers differently and reveals the importance of structural issues in the Brazilian labor market. The last article aimed to investigate how app-based drivers are giving meaning to their work. The instrumental aspect and the financial logic attributed by drivers to their work were highlighted. By answering the general and specific objectives, this thesis’ contributions go beyond the contributions of the five studies presented. There are open opportunities that cross the macro, meso, and micro levels. It allows continuing the exploration of the gig economy issues and its reflexes in the labor markets and career paths. There are unanswered questions and new fields that remain open and enable several possibilities for future studies.

**Keywords:** Labor market. Gig economy. Sharing economy. Informality. Uberization. Precariousness. Ride-hailing. App-based drivers. Career. Meaning of work.

## SUMÁRIO

<b>SOBRE A CAMINHADA DOUTORAL</b> .....	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO, PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA</b> .....	<b>23</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO .....	23
1.1.1 O fio (in)visível da tecnologia e o seu papel nos processos de transformação da sociedade .....	27
1.1.2 Em direção às <i>gig careers</i> ?: considerações sobre os impactos dessas mudanças nas trajetórias individuais.....	30
1.1.3 As múltiplas e históricas realidades do mercado de trabalho brasileiro.....	32
1.2 DELIMITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA .....	35
<b>2 APRESENTAÇÃO DA TESE E ARTICULAÇÃO DOS EIXOS</b> .....	<b>43</b>
<b>ARTIGO 1: EMPRESARIANDO A INFORMALIDADE: UM DEBATE TEÓRICO À LUZ DOS NOVOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO</b> .....	<b>48</b>
<b>ARTIGO 2: A FORMAÇÃO DE MERCADOS DE TRABALHO DIGITAIS: O CASO DO TRANSPORTE POR APLICATIVOS NO BRASIL</b> .....	<b>50</b>
<b>ARTIGO 3: O MERCADO DE TRABALHO DE MOTORISTAS DE APLICATIVOS: UMA PROPOSIÇÃO ANALÍTICA A PARTIR DE UMA PESQUISA NETNOGRÁFICA</b> .....	<b>52</b>
<b>ARTIGO 4: PROTEU OLHA AO SEU REDOR: AGÊNCIA, TEMPO E CONTEXTO EM UMA ANÁLISE DE CARREIRA NA <i>GIG ECONOMY</i></b> .....	<b>53</b>
<b>ARTIGO 5: A BUSCA PELA AGÊNCIA: O SENTIDO DO TRABALHO PARA MOTORISTAS DE APLICATIVOS</b> .....	<b>55</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE</b> .....	<b>57</b>
3.1 CONTRIBUIÇÕES, ORIGINALIDADE E INEDITISMO DA TESE .....	71
3.2 ARTICULAÇÃO CRONO-TEÓRICO-METODOLÓGICA .....	73
3.3 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS .....	75
<b>POSFÁCIO: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A <i>GIG ECONOMY</i> E O TRABALHO EM PLATAFORMAS</b> .....	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>81</b>

## **SOBRE A CAMINHADA DOUTORAL**

Esta tese começou a ser tecida desde o meu primeiro contato com o tema. Logo nos encontros iniciais do estágio docente, no início de 2017, fui incumbida pela Profa. Dra. Elaine Antunes a apresentar aos alunos de graduação, na disciplina Gestão de Pessoas, as tendências e os tópicos que estavam na fronteira de discussão na área. Ao preparar a aula, deparei-me com a expressão “*gig economy*”, que, até então, era completamente desconhecida por mim. Iniciava-se, naquele momento, um envolvimento com o tema que culminaria na apresentação desta tese.

Ao optar por estudar o campo dos trabalhadores motoristas de aplicativos de transporte privado de passageiros, iniciou-se um percurso de intensa imersão, para além do que pode ser entendido como “procedimento metodológico”. Ao longo do período de realização desta tese, foram algumas centenas de viagens realizadas por aplicativos de transporte e incontáveis relatos, conversas e *insights* estimulados pelos contatos com os tantos perfis de motoristas com os quais me deparei. Frente à aleatoriedade da seleção que a plataforma possibilita, foram inúmeras as inquietações que esses trabalhadores provocaram em mim, nas informais conversas ou nas entrevistas estruturadas que surgiam nos trajetos que eu percorria.

Passei a reunir informações sobre o tema e a atividade, incluindo notícias vinculadas a jornais e revistas coletadas através da ferramenta Google Alerts, com os vocábulos “*gig economy*”, “motoristas de aplicativos”, “aplicativos de transporte” e “Uber”, como meio de manter-me informada sobre o que estava sendo noticiado. Ingressei em grupos de motoristas em redes sociais, como Facebook e WhatsApp, que centenas – e por vezes, milhares – de trabalhadores utilizavam como parte importante da sua rotina laboral. Participei de diversos eventos e reuniões promovidos por motoristas, sindicatos, plataformas e institutos.

Academicamente, era notório que o assunto ganhava espaço e força no contexto internacional – embora no Brasil, à época em que optei pelo tema, as pesquisas ainda fossem incipientes. Tal constatação reforçava a necessidade de produção de conhecimento científico nacional sobre o fenômeno. Assim, no decorrer desses anos de doutoramento, na confluência das interações com tantos atores e na observação atenta das suas movimentações, foram se desenhando diversas pistas investigativas para o fenômeno. Muitas delas se mostraram caminhos frutíferos de pesquisas teóricas e empíricas, ao longo do percurso transcorrido na minha caminhada doutoral. A seguir, portanto, apresento um breve resumo das contribuições nacionais tecidas ao longo da minha caminhada doutoral.

- Entre os meses de julho e setembro de 2017, fui aprovada no **exame de qualificação** por meio de ensaio teórico intitulado *Relações de trabalho e mercados laborais*

*digitais no contexto da economia compartilhada: múltiplas reflexões possíveis*. Em maio de 2018, em conjunto com o Ande Bem – Instituto de Psicologia no Trânsito, participei da concepção e promoção do **1.º Workshop Trabalho e Saúde**. O evento teve como objetivo dialogar com os motoristas de aplicativos sobre diversas questões ligadas à saúde física e emocional desses trabalhadores decorrentes desse modo de organização laboral. Desse workshop, derivou o trabalho intitulado *QVT e as novas configurações do trabalho: um estudo com motoristas de aplicativos* (Vaclavik, Schmitz, & Athanazio, 2018b), que foi apresentado no evento promovido pela International Stress Management Association (ISMA-BR).

- Em outubro de 2018, participei do **Consórcio Doutoral do XLII Encontro da ANPAD** (EnANPAD 2018), apresentando o pré-projeto *A uberização e as relações de trabalho no Brasil: uma análise a partir da inter-relação entre os agentes envolvidos*, do qual surgiram ricas contribuições. Ainda no **EnANPAD 2018**, apresentei dois trabalhos sobre o tema: *O trabalho nas novas economias: discutindo conceitos e possibilidades de pesquisa* (Vaclavik, Vieira, & Antunes, 2018) e *Confiança e capital social na economia compartilhada: trazendo a discussão para a perspectiva de relações de trabalho* (Vaclavik, Macke, & Antunes, 2018). Em seguida, em novembro de 2018, apresentamos no **XXI SemeAd** uma pesquisa sobre a violência que acomete o cotidiano dos motoristas, intitulada *As estratégias defensivas dos motoristas de aplicativos: uma análise do enfrentamento da violência urbana à luz da psicodinâmica do trabalho* (Vaclavik, Concolato, & Oltramari, 2018).
- Também em 2018, fruto de pesquisa empírica realizada com a estimada colega Liana Pithan, tive aprovada a publicação do artigo intitulado *The agency search: the meaning of work for app drivers* no respeitado periódico **RAM – Revista de Administração Mackenzie** (Vaclavik & Pithan, 2018) (Qualis B1). Essa pesquisa tem considerável importância no contexto desta tese, da qual é parte integrante.
- Finalizando o ano de 2018, em dezembro apresentei o **projeto de tese** intitulado *Uberização, mercados laborais digitais e relações de trabalho: uma análise a partir da inter-relação entre os atores envolvidos na atividade de motoristas de aplicativos*. Além da aprovação necessária para o prosseguimento da pesquisa, surgiram inestimáveis contribuições dos membros da banca que serviram como incentivo ao avanço das investigações teóricas e empíricas. As frutíferas trocas decorrentes desse

importante momento motivaram-nos a aprofundar a investigação sob a ótica da informalidade. Isso também nos levou a aprofundar a discussão teórica que resultaria em um dos artigos que, hoje, é pilar desta tese.

- Com o aprofundamento das pesquisas e o aumento da visibilidade do tema, o ano de 2019 se mostrou também intenso e produtivo, oportunizando que nossas pesquisas fossem compartilhadas em importantes meios de divulgação científica. Avançando na exploração do tema sob a ótica do trabalho informal, apresentamos uma primeira versão da discussão teórica que abre esta tese. Em evento ligado às relações de trabalho (RTs), participei do **XVI Encontro Nacional da ABET** (Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho), onde apresentei o trabalho *Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz dos novos modos de organização do trabalho* (Vaclavik, Rocha de Oliveira, & Oltramari, 2019a), escrito em parceria com meus orientadores. Apresentei também, nesse mesmo evento, o artigo *Trabalho e emprego: tensionando conceitos* (Vaclavik, Sastre, & Oltramari, 2019).
- Também estivemos mais uma vez presentes no **EnANPAD**, em sua 43.<sup>a</sup> edição, onde apresentei o trabalho *A formação de mercados de trabalho digitais: o caso do transporte por aplicativos no Brasil* (Vaclavik, Rocha de Oliveira, & Oltramari, 2019). Esse trabalho, também de relevante importância por ser parte integrante desta tese, nos propiciou mais uma aproximação com o campo empírico, já com o olhar analítico ampliado em função dos avanços teóricos tratados no artigo apresentado na ABET.
- Em prosseguimento, o ano de 2020 se apresentou igualmente frutífero na divulgação de trabalhos sobre a temática em âmbito nacional. Como coautora, obtive a aprovação do artigo *Agora é que são elas: trajetórias de carreiras de mulheres motoristas de aplicativos de transporte*, a ser apresentado no **Seminário Internacional Fazendo Gênero 12**. O evento, postergado em função da pandemia da Covid-19 e ainda sem data definida, seria realizado em julho de 2020 em Florianópolis/SC. Também obtive a aprovação do trabalho intitulado *O trabalho na gig economy: uma proposição analítica a partir de uma pesquisa netnográfica sobre a atividade de motoristas de aplicativos*, a ser apresentado no **Simpósio Brasileiro de Trabalho Digital – DigiLabour**. O evento seria realizado em abril de 2020 em Porto Alegre/RS, mas teve sua edição cancelada temporariamente em função da pandemia.

- Em agosto de 2020, ao lado dos meus orientadores, apresentei o trabalho *O mercado de trabalho de motoristas de aplicativos: uma proposição analítica a partir de uma pesquisa netnográfica* (Vaclavik, Oltramari & Rocha de Oliveira, 2020) no **VII Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR 2020**, evento promovido pela ANPAD de forma on-line, no Tema 7 – “Desafios para os Sistemas de Relações de Trabalho: mudanças e permanências”. Esse trabalho, parte integrante desta tese, não apenas guarda estreita relação com os demais textos até então elaborados, como também demonstra o esforço investigativo de pesquisar o tema a partir de novas possibilidades metodológicas.
- Ademais, obtivemos a aprovação do estudo *Proteu olha ao seu redor: agência, tempo e contexto em uma análise de carreiras na gig economy* no **XLIV EnANPAD**, no Tema 5 – “Admirável mundo (do trabalho) novo? Carreiras em tempos de capitalismo flexível”, realizado em outubro/2020, também de forma on-line. Esse estudo foi o último a ser elaborado para o conjunto desta tese e reflete as importantes considerações tecidas nos outros estudos acerca do mercado de trabalho e informalidade, desta vez focando o olhar no complexo estudo de carreiras e trajetórias individuais.
- Publiquei, como coautora, ao lado da colega Liana Pithan, orientadas pela Profa. Dra. Andrea Oltramari, o artigo intitulado *Vulnerable careers: analysis of media layoffs as a turning point for journalists* (Pithan, Vaclavik, & Oltramari, 2020). Esse trabalho foi iniciado em 2018 e publicado em 2020 na conceituada revista **Cadernos EBAPE.BR** (Qualis A2). Ainda que não relacionado com a atividade de motoristas de aplicativos, o estudo analisa o impacto das transformações da tecnologia digital sobre o mundo do trabalho sob a perspectiva das RTs.

Além das inserções nacionais descritas até aqui, uma das grandes contribuições desta tese, a meu ver, é que ela nos oportunizou levar a ciência brasileira a diversos e reconhecidos eventos internacionais, nos quais marcamos presença nos anos de 2018, 2019 e 2020. A importância desse feito, com a aprovação dos trabalhos que listo a seguir, não reside apenas na ampliação do olhar e adensamento da discussão, mas reforça e evidencia a qualidade das pesquisas que realizamos no Brasil no âmbito das relações e mercados de trabalho e estudos sobre carreiras.

- Em 2018, participei do evento **Red Pilares**, realizado em Santiago/Chile, onde apresentei dois trabalhos: *O sentido do trabalho nos mercados laborais digitais: em*

*busca de entendimentos a partir do olhar de motoristas de aplicativos* (Colomby & Vaclavik, 2018) e *O trabalhador e a gig economy: investigação sobre os reflexos de uma nova organização do trabalho sobre a saúde de motoristas de aplicativos* (Vaclavik, Schmitz, & Athanazio, 2018a).

- Em 2019, eu e meus orientadores apresentamos o trabalho intitulado *The digital labor market formation: the case of Brazilian app-based ride-hailing service* (Vaclavik, Rocha de Oliveira, & Oltramari, 2019) no **35th EGOS Colloquium**, no Subtema 69 – *The politics of sharing: opening innovation, enlightening co-creation, transforming society?*. O evento, realizado em Edimburgo/Escócia, é um importante e reconhecido fórum de discussão da área de Estudos Organizacionais. Uma versão posterior desse trabalho está em processo de submissão no *Journal of Industrial Relations*.
- Também em 2019, participamos da **11th International Critical Management Studies Conference**, realizada em Milton Keynes/Reino Unido. A Profa. Dra. Andrea Oltramari apresentou nossa pesquisa *The defensive strategies of app's drivers: an analysis from urban violence in Brazil*, sobre a violência urbana no contexto dos motoristas de aplicativos, ampliando os olhares da comunidade científica internacional a respeito de uma problemática típica de países em desenvolvimento.
- Em 2020, participei do **10th International Labour and Employment Relations Association (Ilera) Regional Congress for the Americas**. O evento seria realizado em Toronto/Canadá, mas teve sua edição alterada para a modalidade on-line em função da pandemia. Assim, em junho de 2020, em seção virtual, apresentei a discussão teórica tecida nesta tese, em versão traduzida: *Enterprising the informality: a theoretical debate in the light of new ways of work organization* (Vaclavik, Rocha de Oliveira, & Oltramari, 2020a). Uma versão deste artigo está em processo de submissão ao periódico *Estudos Avançados* (Qualis A2).
- Também em 2020, participamos do **36th EGOS Colloquium**, no Subtema 62 – *Time is of the essence: reviving the temporal perspective on careers*, com o trabalho intitulado *Proteus looks around: agency, time and context in a gig economy career analysis*. O evento, que ocorreria em Hamburgo/Alemanha em julho/2020, também teve sua edição alterada para a modalidade on-line. Nesse espaço, apresentamos o trabalho para um qualificado e seletivo grupo, reconhecido pelas contribuições no

campo de estudos sobre carreira (Vaclavik, Rocha de Oliveira, Oltramari, 2020b). Uma versão desse artigo está em processo de submissão ao periódico *BAR – Brazilian Administration Review* (Qualis A2).

- Ainda, em parceria com meus orientadores, obtive a aprovação do trabalho intitulado “*It seems like a cursed job*”: *an analysis of the perception of app-based drivers about the work in the gig economy* no **IV ISA Forum of Sociology**, promovido pela International Sociological Association (ISA). O evento seria realizado em julho de 2020 em Porto Alegre/RS, mas teve sua edição cancelada temporariamente em função da pandemia.
- Por fim, publiquei, com os estimados colegas Janaina Macke e Daniel Faturi e Silva, o artigo ‘*Do not talk to strangers*’: *a study on trust in Brazilian ridesharing apps* (Vaclavik, Macke, & Silva, 2020). Este trabalho, cuja semente foi plantada no ensaio teórico desta tese, floresceu no EGOS 2019, onde foi aceito, e frutificou em setembro de 2020 com a publicação no *Journal Technology in Society* (Qualis A1).

A ampla aceitação dos nossos estudos pela comunidade acadêmica no Brasil e no exterior em tão diversos e qualificados fóruns nacionais e internacionais reafirma a importância da discussão aqui trazida. Nacionalmente, o debate com os pares revelou um significativo espaço aberto para avançar além do olhar dicotômico e das paixões que o tema provoca. Sentimos, a cada exposição, a importância de seguirmos ampliando as discussões sobre o trabalho na *gig economy*, reafirmando nossa preocupação de investigar o fenômeno indo além do que se revela na superfície.

Internacionalmente, desafiamos o *mainstream* e presenciamos, reiteradamente, o “estranhamento” de diversos pesquisadores estrangeiros com a realidade brasileira, tão carregada de peculiaridades e tão marcada por elementos como desigualdade, informalidade e violência. Reafirmamos, assim, a cada inserção internacional, a relevância de não apenas discutir temas que estão na fronteira do interesse acadêmico global, mas também adotar lentes que possibilitem universalizar a teoria e a ciência, de modo que ela possa contemplar as mais diversas e plurais realidades.

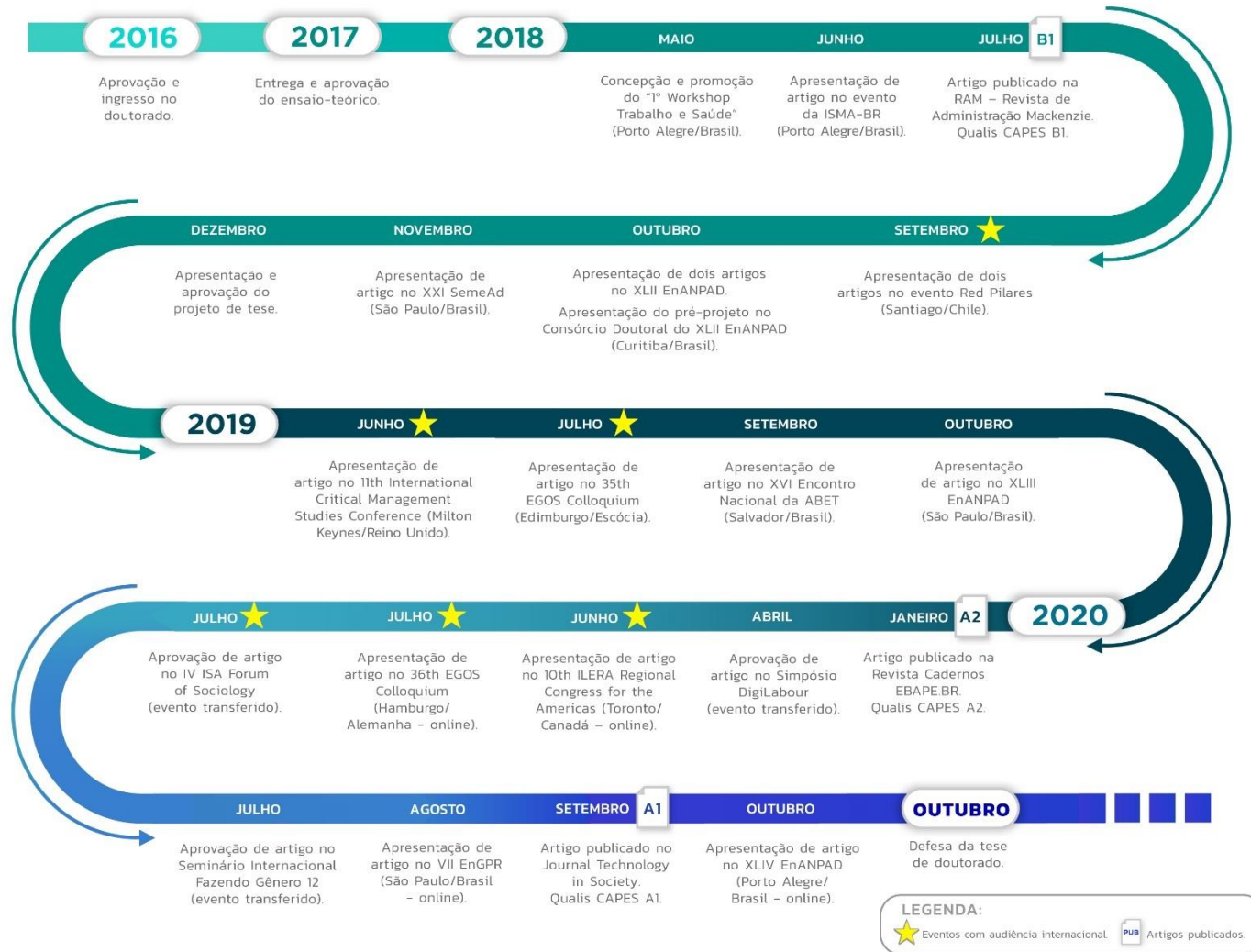
Cabe destacar ainda que, além da produção de estudos voltados especificamente ao tema da tese, na caminhada que se desenvolveu desde 2016, ano de ingresso no doutorado, até o ano de 2020, que coroa o encerramento desse percurso, diversos outros trabalhos relacionados a outras temáticas da área de Gestão de Pessoas e Relações de trabalho foram apresentados em congressos nacionais e internacionais ou publicados em periódicos. Trabalhos estes escritos



com estimados colegas, de distintos saberes e interesses de pesquisa, que trouxeram incomensuráveis contribuições e possibilitaram o meu amadurecimento como doutoranda e como pesquisadora.

Desse modo, ao encerrar este capítulo (resumido na Figura 1), destaco que, tal como uma *bricoleur* (Denzin & Lincoln, 2006), encontro-me imersa no campo dos motoristas de aplicativo desde que a primeira e ainda vaga ideia de pesquisa surgiu, em 2017. Desse campo, tenho recebido constantes estímulos e provocações que me fazem continuamente visitar o espaço empírico e as publicações teóricas sobre o tema, com vistas não apenas a responder ao objetivo maior desta tese, mas principalmente contribuir para a ampliação do entendimento das transformações do mercado, das carreiras e das RTs contemporâneas.

Figura 1 – Caminhada doutoral: resumo dos principais acontecimentos



Fonte: elaborado pela autora (2020)

## INTRODUÇÃO

*“O normal não é que as coisas permaneçam  
tais como são.”*  
(Edgar Morin)

A maior parte das pessoas constrói, desde a infância, uma noção abstrata do que é o trabalho, do que ele significa, da sua importância e da sua centralidade na vida. “O processo de trabalho”, diz Castells (2010, p. 265), “situa-se no cerne da estrutura social”. Ainda que a tentativa de definir o que é trabalho ou discorrer sobre ele pareça tarefa corriqueira, requer cuidadoso esforço investigativo e interpretativo, dada a amplitude da sua utilização nas diversas esferas da vida cotidiana. Compreender o trabalho, de fato, não é uma empreitada trivial (Cotanda, 2011).

O trabalho pode ser entendido a partir de amplos e genéricos significados que englobam atividades “manuais e mentais, criativas ou monótonas, simples ou qualificadas, cooperativas ou individuais” (Cotanda, 2011, p. 42). Essas atividades se expressam, em geral, de formas não dicotômicas, de modo que um mesmo trabalho carrega, em si, uma multiplicidade de interpretações. O trabalho pode, ainda, ser relacionado à realização de atividades capazes de satisfazer necessidades humanas, sejam elas direcionadas à sobrevivência e à manutenção da vida (como alimentar-se, vestir-se, abrigar-se), sejam elas destinadas a atender a demandas sociais, culturais, artísticas, espirituais ou psíquicas (Lazzareschi, 2009).

Na tentativa de delinear o que é trabalho, Noon e Blyton (2002), valendo-se da empreitada de Thomas (1999), citam três elementos essenciais para caracterizá-lo: ele produz algo, ou seja, ele não é um fim em si mesmo; ele envolve determinado grau de obrigação ou necessidade, independentemente se a tarefa foi definida por si ou por outros; e, ainda que possa ser agradável e prazeroso, ele envolve esforço e persistência. Entretanto Noon e Blyton (2002) reconhecem que esses três elementos permanecem válidos quando aplicados a um sem-número de atividades, não sendo suficientes para definir o que é trabalho adequadamente. Recorrem, então, à ideia de remuneração, considerando que boa parte das discussões se centraliza mesmo no trabalho remunerado, mesmo que, a partir dessa perspectiva, se desconsiderem várias áreas de trabalho ativo, porém não remunerado. A partir daí, surgem várias classificações possíveis para o trabalho que refletem, de certa forma, as transformações da sociedade, com reflexos importantes nos modos como os mercados se estruturam, incluindo aqueles ligados ao labor, e nas possibilidades que se desenham para as trajetórias profissionais individuais.

A distinção entre trabalho manual e não manual, ainda que em determinado contexto histórico tenha sido importante, talvez seja menos representativa hoje diante de outras, como status e habilidades (*white-collar*, *blue-collar*, *high-skilled*, *low-skilled*), duração (tempo parcial, tempo integral, permanente, temporário) ou padrão contratual (formal, informal) (Noon & Blyton, 2002).

“Emprego”, por sua vez, aparece como uma relação contratual de trabalho que ocorre entre aqueles que detêm os meios de produção e condição de compra da força de trabalho e aqueles que não o têm e, por isso, a vendem em troca de salário. Estabelece-se, assim, a condição de assalariamento, que caracteriza a relação de emprego (Lazzareschi, 2009). É com base no trabalho assalariado que se edifica, ao longo do século XIX, o que Cotanda (2011, p. 42) chama de “sociedade do trabalho”.

Em contexto e natureza, o trabalho é afetado por fenômenos como globalização, transformações econômicas e tecnológicas, mudanças nos processos de gestão e demandas de consumidores (Noon & Blyton, 2002). Mais, é a partir da transformação dos processos e das relações produtivas que esses fenômenos mais afetam a sociedade (Castells, 2010). Há décadas estudiosos buscam compreender como as mudanças nos processos e relações laborais impactam a sociedade e quais formas e modos o futuro do trabalho poderá assumir. Dada a profusão de perspectivas e a vasta diversidade de lentes pelas quais se pode analisar o fenômeno, não surpreende a facilidade com que é possível encontrar análises acaloradas a respeito de cenários futuros em que prevalece a bonança ou a barbárie. Todavia, em geral, tais extremos têm falhado em suas previsões exageradamente otimistas ou catastróficas, uma vez que o desenrolar da história mostra que as mudanças, ainda que profundas, se dão de forma menos radical e não atingiram nem um extremo, nem outro.

Há, entretanto, relativo consenso no entendimento de que o fator tecnológico impacta significativamente os modos de viver, comunicar e, também, trabalhar (Baumgarten & Holzmann, 2011b; Eurofound & International Labour Office, 2017; World Bank, 2019). Investigar o tamanho e os desdobramentos das mudanças que as tecnologias impõem a organizações, instituições e indivíduos tem sido, ao longo do tempo, papel de estudiosos de diversas áreas do conhecimento, em especial na tentativa de compreender como as imposições das inovações tecnológicas, agora massivamente digitais, interagem com as realidades do mundo do trabalho.

Uma dessas inovações está no centro de um padrão laboral que tem sido considerado por pesquisadores da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “uma das transformações

mais importantes do mundo do trabalho na última década”: o **trabalho mediado por plataformas** (Berg, Furrer, Harmon, Rani, & Silberman, 2018, p. XV, tradução nossa). A intermediação on-line entre a oferta e a demanda de serviços – e, conseqüentemente, de trabalho – cria mercados específicos: os **mercados laborais digitais**, em que tarefas de complexidades diversas são executadas sob demanda. Esse espaço de trocas utiliza o acesso massivo à internet via smartphones e é intermediado por organizações que operam plataformas com o objetivo de promover o encontro entre demandantes e ofertantes de determinados serviços. Tal sistema recebeu o nome de *gig economy*.

Essa expressão faz referência a um modo de trabalho que não é novo: os *gigs* (Donovan, Bradley, & Shimabukuro, 2016). Oriundo da indústria musical (Danaher, 2015), o vocábulo “*gig*” equivale, em língua portuguesa, a “bico” (Scholz, 2016) ou “biscate” e tem como significados possíveis: “serviço simples e rápido, de pouca importância”; “ocupação ou serviço eventual, de curta duração e não regular”; “trabalho ou emprego secundário (...) que alguém exerce a fim de aumentar seu rendimento” (Houaiss & Villar, 2001, p. 461).

É notório que a viabilização da conexão entre a demanda por determinado produto/serviço e o fornecimento de um trabalho que a supra reduz drasticamente os custos de transação (De Stefano, 2017), possibilitando redução dos preços praticados ao suportar um alto volume de transações entre estranhos (Codagnone, Biagi, & Abadie, 2016). Uma vez que a relação existente é entendida como comercial ou transacional, são as plataformas que estabelecem os termos e as condições do trabalho a ser executado (Berg et al., 2018), apesar de se considerarem empresas de tecnologia que operam na intermediação de mercados on-line, conectando quem deseja um serviço com quem o oferta, sem provê-lo de fato.

A *gig economy* tem despertado preocupações em diferentes grupos, dentro e fora da academia, devido à intensificação da flexibilização das RTs e das condições laborais. Além disso, em muitos países, as plataformas operam em um vácuo regulatório e se utilizam de canais não regulamentados (Codagnone, Biagi, & Abadie, 2016; ILO, 2018b). Uma das características marcantes da *gig economy* é o entendimento generalizado do caráter autônomo dos trabalhadores, e tal concepção traz repercussões importantes sobre as suas condições de trabalho, representatividade coletiva e proteção social e legal (Berg et al., 2018; ILO, 2019, 2018b; Johnston & Land-Kazlauskas, 2018). Em outros termos, o trabalho na *gig economy* é considerado a partir da informalidade e, assim, assume traços da imprevisibilidade e instabilidade, características de arranjos de curto prazo (Johnston & Land-Kazlauskas, 2018), além do baixo grau de proteção social.

Diante desse cenário, **defende-se a tese** de que está em curso um processo de agenciamento do trabalho informal que se apresenta na formação e expansão de mercados laborais digitais através da *gig economy*. Nesses mercados, observa-se que grandes empresas multinacionais passam a mediar relações laborais através de plataformas on-line utilizando-se do trabalho informal. Esse fenômeno, nesta tese denominado “**empresariamento da informalidade**”, coloca o trabalho informal em outra escala, reorganizando e amplificando a informalidade e a ela imprimindo novos contornos, que se desdobram em diversas instâncias. Diante do surgimento de novos modos de organização econômica e laboral como a *gig economy*, há reflexos importantes que implicam (re)configurações do mercado de trabalho e carreira, com desdobramentos que se estendem para as relações laborais, organizações coletivas e trajetórias individuais. Para analisar essas mudanças e dar conta das novas configurações de flexibilidade que se apresentam, os aparatos teóricos existentes, especialmente no campo da Administração, sustentados basicamente na relação formal de emprego, precisam ser revisitados.

As atividades ligadas a esse fenômeno tornam-se, não raro, domínio de discursos ambíguos e antagônicos, em um cenário de incertezas que envolvem milhões de consumidores e trabalhadores bem como altos valores disputados em um mercado notadamente crescente. Assim, antes de deflagrar previsões demasiadamente sombrias ou apaixonadas, é necessário aprofundar o entendimento sobre ele, já que ideias e discursos podem se tornar motores endógenos de mudanças sociais e políticas (Codagnone, Abadie, & Biagi, 2016). Portanto, ao trazer as discussões a respeito de novos arranjos econômicos para a esfera laboral, em especial aqueles relacionados à *gig economy*, reforça-se a necessidade de compreender como esse fenômeno atravessa, altera e se estabelece em diversas instâncias, principalmente porque manifesta potencial de afetar formas de trabalho tradicionalmente consolidadas.

Para tanto, esta tese fundamenta-se, empiricamente, na atividade de motoristas de aplicativos brasileiros, uma vez que a atividade é uma das principais representantes da *gig economy* no mundo. Localmente, investiga-se a realidade desses trabalhadores a partir de entrevistas realizadas considerando o contexto de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, e cidades vizinhas que compõem a região metropolitana. Nacionalmente, explora-se o tema a partir de pesquisa documental e netnográfica, que ampliam o escopo da análise e englobam questões e percepções que extrapolam as fronteiras geográficas.

É no contexto desses arranjos que se desenvolve esta tese, estruturada, na sequência deste capítulo introdutório, em três capítulos. No primeiro capítulo, é apresentada a

contextualização, em que são discutidas as transformações do mundo do trabalho, o papel da tecnologia nesse processo, os impactos dessas mudanças nas carreiras dos indivíduos, bem como um breve panorama sobre as múltiplas realidades do mercado de trabalho brasileiro. Em sequência, apresenta-se a delimitação do tema em estudo, com a especificação do problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos. No segundo capítulo, apresentam-se os cinco artigos que compõem a tese, articulados com os propósitos sobre os quais se discorreu no primeiro capítulo. No terceiro capítulo, tecem-se as considerações finais, que encerram este estudo, bem como as limitações e sugestões de estudos futuros.

Ponderando que o tema pesquisado está, ele mesmo, no gerúndio, reconhece-se que não se esgota nele mesmo nem nas breves linhas desta tese. Tal qual um “mosaico”, compreende-se que vivemos em um

sistema que está continuamente em movimento: surgem novos elementos que alteram sua compreensão, levando-nos a não só a questionar, ao menos parcialmente, “as certezas” e as crenças anteriores, gerando novos insights e momentos de compreensão, como também a comparar e a buscar o entendimento cada vez maior (Motta & Vasconcellos, 2017, p. XIV).

Assim, ao ponto final que se apresenta nas considerações que encerram esta tese, entende-se ser necessário adicionar um posfácio, no qual são tecidas breves considerações a respeito do fenômeno em foco em sua interlocução com a pandemia da Covid-19, que marca os contextos nacional e internacional no ano de 2020. Os desdobramentos desse fenômeno podem se revelar em consequências econômicas e sociais para além do que se possa antever neste momento, mas que são merecedoras de reflexões acerca do fenômeno estudado e discutido nesta tese.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO, PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA

*“A complexidade da questão trabalho não permite sua redução a dicotomias.”*  
(Jacob Carlos Lima)

O primeiro capítulo desta tese é dividido em duas partes, que visam a contextualizar, delimitar e apresentar a temática principal da qual trata esta tese no segundo capítulo. A primeira parte apresenta a contextualização sobre as transformações sofridas no contexto laboral a partir de três tópicos principais, que tratam, em perspectiva histórica: dos impactos das tecnologias na transformação da sociedade; dos impactos dessas mudanças no modo como as carreiras são percebidas, interpretadas e vivenciadas; e das transformações pelas quais passou o mercado de trabalho brasileiro, com algumas considerações sobre peculiaridades atuais. Já na segunda parte, após a delimitação do tema, são apresentados o problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos.

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO: SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Esta tese versa, em linhas gerais, sobre mais uma profunda transformação no mundo do trabalho, entendida aqui como uma mudança de paradigma, causada pelo avanço tecnológico e sustentada nos contextos nos quais se insere. Para chegar até a *gig economy*, entretanto, é necessário compreender que as complexidades que circundam o mundo do trabalho não estão desconexas das complexidades que se apresentam na sociedade. Analisar o trabalho requer o entendimento de que as formas laborais estão circunscritas, elas mesmas, em contextos sociais mais amplos, que decorrem de sucessivas transformações e afetam os mais diversos espaços.

Entre as movimentações que marcaram o século XX, para além das transfigurações fabris caracterizadas pelo fordismo, taylorismo e toyotismo, cabe destacar a globalização da economia, a redistribuição espacial das atividades industriais, a divisão internacional do trabalho, a organização das empresas em rede e a incorporação das tecnologias informacionais na produção e na vida cotidiana (Piccinini, Holzmann, Kovács, & Guimarães, 2006). Como consequência, ocorreram alterações nas formas de organização e execução do trabalho (Silva, 2011, p. 10), que reverberaram as necessidades de adaptação à competição internacional e



flutuações de mercado em práticas organizacionais ancoradas, muitas vezes, “em formas flexíveis ou instáveis de emprego” (Piccinini, Holzmann, Kovács, & Guimarães, 2006, p. 8).

Em perspectiva histórica, Castells (2010) resume as importantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho mundial no período entre os anos 1920 e 1970 (período pós-rural, em que houve redução maciça do emprego rural) e entre 1970 e 1990 (período pós-industrial, no qual se percebeu declínio do emprego industrial). Enquanto no período após a Segunda Guerra Mundial viu-se, nos países industrializados, “a era de ouro do fordismo”, com aumento de produtividade, da massa salarial e da capacidade do consumo, as décadas finais do século XX testemunharam uma crise no modelo fordista (Cotanda, 2011, pp. 46-47). A partir dos anos 1970, uma confluência de eventos distintos e relacionados “motivaram as empresas a lançar mão de mudanças significativas no padrão tecnológico e nas formas de organizar para produzir” (Cotanda, 2011, p. 47). Esse processo de reorganização recebe o nome de *reestruturação produtiva* e compreende

transformações profundas nos processos de trabalho e de produção, na estrutura das empresas, na redefinição do papel do Estado, na desregulamentação das relações entre capital e trabalho e na inovação tecnológica de base microeletrônica. Essas transformações se articulam e se combinam de modo particular em cada contexto histórico, traduzindo o poder de negociação dos agentes econômicos, sociais e políticos envolvidos no processo (Baumgarten & Holzmann, 2011a, pos. 11271).

Entre as transformações percebidas, verificou-se a redução na estrutura hierárquica das organizações em modelos anteriormente mais verticalizados, o foco concentrado na atividade-fim em empresas estruturadas de forma mais enxuta, bem como a externalização e ampliação das cadeias produtivas em dimensão global baseadas em modelos em rede de terceirização e subcontratação (Baumgarten & Holzmann, 2011a; Cotanda, 2011). No que tange ao trabalho, presenciou-se uma maior flexibilização de contratos, vínculos, jornada de trabalho e remuneração. As cadeias de fornecimento globais, não raro, passaram a incluir a “utilização do trabalho formal numa ponta e do trabalho informal noutra, simultaneamente” (Cotanda, 2011, p. 47).

Assim, se nos séculos XIX e na maior parte do XX as RTs foram marcadas pela condição de assalariamento características da sociedade industrial, desde as últimas décadas do século passado evidencia-se uma “nova lógica organizacional do mundo do trabalho (...) que aumenta a produtividade, barateia mercadorias, inunda o mercado de novos produtos, acirra a competição internacional”, mas não sem consequências (Lazzareschi, 2009, p. 11). Sobre isso, Kovács (2006, p. 23), remontando a uma diversidade de autores da década de 1990, aponta para a existência de uma “crise no padrão tradicional de emprego”, que se manifesta pelo aumento

do desemprego e pela emergência de uma variedade de formas de emprego marcadas, sobretudo, pela flexibilidade.

Emergiu, desse modo, uma era do “pós-emprego” (Kovács, 2006a, p. 24), marcada pelo fim do assalariamento regular e pela ascensão de um modelo baseado na prestação de serviços em que os trabalhadores geram o seu trabalho, suas competências e sua carreira, firmando contratos com clientes e empregadores diversos. A onda de flexibilização surge em um contexto que visa a justificá-la como uma forma de “superar situações de rigidez (na definição de salários, no exercício de tarefas, nos contratos de trabalho), supostamente responsáveis por dificuldades econômicas enfrentadas pelas organizações” (Piccinini, Oliveira, & Rübenich, 2006, p. 95). Assim, a flexibilização é frequentemente vinculada à necessidade de “adaptação” a “novas exigências e oportunidades”, a partir de “novas formas de organização do trabalho”, promovendo maior competitividade e tendo potencial para promover também a qualidade do trabalho, dos salários, da participação e do diálogo social (Kovács, 2006a, p. 26).

Para abarcar a heterogeneidade de possibilidades na qual se manifestava o fenômeno, surgiram tipologias como flexibilização interna e externa, quantitativa e qualitativa, funcional e numérica (Kalleberg, 2003; Kovács, 2006a; Piccinini, Oliveira, & Rübenich, 2006). A discussão, entretanto, centrou-se em grande parte no trabalho formal e na flexibilização de seus aspectos. Considerações sobre a difusão do trabalho por conta própria e um distanciamento ainda maior do vínculo empregado-empregador ficavam a cargo de perspectivas que soavam futuristas, como as teorias do fim do trabalho, que ganharam notoriedade no final da década de 1990 (Kovács, 2006a).

Porém, ainda que muitos autores considerem a flexibilidade laboral “expressão de modernidade e manifestação da capacidade empreendedora dos indivíduos”, essas formas, em geral, mascaram situações de precarização da vida e do trabalho, manifestas em maior insegurança, instabilidade e perda de direitos e benefícios (Holzmann, 2006, p. 71). Assim, a partir de uma perspectiva crítica, pode-se entender que as formas flexíveis de emprego estão ligadas à precariedade do trabalho, com consequências negativas para a “coesão social” a partir da lógica do “preço mais baixo”, em que todos os riscos e custos são transferidos dos empregadores para os indivíduos e para o Estado (Kovács, 2006a, p. 25).

No que se refere às atuais discussões sobre o mundo laboral, reitera Fleming (2017), a flexibilidade é palavra cada vez mais presente. De fato, já se vão muitos anos de discussão acadêmica em que se aponta a redução do vínculo estável e duradouro entre empregadores e

empregados (Kovács, 2006a; Manyika et al., 2016), com efeitos diretos no modelo de proteção social baseado no assalariamento (Packard et al., 2019).

Os mercados de trabalho acompanham essas transformações. No que toca aos níveis de emprego na atualidade, dados divulgados em recente estudo da OIT apontam que a taxa de desemprego em nível mundial, projetada em 5,4% para 2020 e 5,5% para os anos de 2021, 2022 e 2023, representa uma pequena queda percentual se comparada aos anos de 2016 e 2017, quando foi estimada em 5,7% e 5,6% respectivamente. Ainda assim, estes números representam uma expectativa de que 190,3 milhões de pessoas estarão sem emprego em 2020 e 199,8 milhões em 2023 (ILO, 2020b).

Sob uma outra ótica, cabe considerar, ainda, que o número de trabalhadores em situação de emprego vulnerável ou precarizado aponta para crescimento – tendência que se manifesta desde 2012. Se o ano de 2017 encerrou com 42% dos trabalhadores em circunstância de vulnerabilidade de emprego (o que representa cerca de 1,4 bilhão de pessoas), o número projetado para 2018 e 2019 era ainda maior, com crescimento estimado em 17 milhões por ano (ILO, 2018d). Atualmente, 2,3 bilhões de pessoas estão fora do mercado de trabalho (ILO, 2020b). A economia informal, símbolo da vulnerabilidade a que estão expostos trabalhadores com baixos rendimentos e pouca ou nenhuma proteção social, abriga 61% da população ocupada no mundo (ILO, 2020b). Entre esses, 1,1 bilhão de pessoas, o que representa 34% da população global em idade ativa, trabalha por conta própria (ILO, 2019).

Na década de 1990, Rifkin (1995), entre outros autores, expôs suas preocupações com a eliminação de postos de trabalho<sup>1</sup> e com o declínio – para ele inevitável – dos níveis de emprego. Por não enxergar, à época, solução para a criação de mais empregos, cita previsões de que essa seria uma das questões sociais mais relevantes em 20 anos. Duas décadas depois, a capacidade da economia em gerar número suficiente de empregos formais ainda preocupa, considerando que, ano após ano, seu desempenho tem sido continuamente menor e que não há perspectiva da recuperação dos empregos perdidos ou de melhora na qualidade das oportunidades que ainda se apresentam (ILO, 2017c). A tendência para as taxas de desemprego crescentes, profetizada por Rifkin (1995), já não soa distante, em um cenário em que se entrecruzam crises econômicas e acelerado desenvolvimento tecnológico.

---

<sup>1</sup> A esse respeito, Bastos (2011, p. 105) discute amplamente o conceito de “desemprego tecnológico”, que, segundo ele, “refere-se à redução do número de trabalhadores decorrente da aplicação de tecnologia tradicional ou das inovações, na medida em que elas representam racionalização dos processos produtivos e aumento da produtividade do trabalho, sem que haja uma necessária contrapartida em termos de incremento na demanda de trabalho”.

Todas essas questões se manifestam no entrecruzamento de transformações que se referem ao avanço da tecnologia, em especial nas três últimas décadas, e também ao modo como ela interfere no espaço laboral. Assim, as trajetórias profissionais, inseridas nos limites dos mercados de trabalho em que operam, são marcadas por mudanças que se apresentam de diversas formas. A seguir, faz-se um breve resgate desse percurso.

### **1.1.1 O fio (in)visível da tecnologia e o seu papel nos processos de transformação da sociedade**

Castells (2010) enfatiza que compreender as alterações na sociedade, incluindo a questão laboral, apenas pela perspectiva da transição histórica da passagem da sociedade agrícola para a industrial, e depois desta para os serviços, não dá a importância devida para o potencial revolucionário das tecnologias da informação. Mais que isso, “ao permitirem uma conexão direta on-line entre os diferentes tipos de atividade”, diz o autor, “estabelecem uma estreita conexão estrutural entre as esferas de trabalho e emprego, separadas de forma artificial por categorias estatísticas obsoletas” (Castells, 2010, p. 293) – apontamentos que, considerando terem sido escritos ao final dos anos 1990, soam bastante adequados para a análise do trabalho hoje.

A tecnologia pode ser entendida como “uma atividade socialmente organizada, baseada em planos e de caráter essencialmente prático” e que está associada à inovação, ou seja, à mudança constante (Baumgarten & Holzmann, 2011b, pos. 13905) ou incremental. É importante ressaltar que a tecnologia, que também é fruto da produção humana, deve ser compreendida como um processo socialmente condicionado e condicionante, com base no contexto histórico e nas relações sociais, que atravessa os modos de fazer, pensar e agir (Baumgarten & Holzmann, 2011b). Assim, embora a tecnologia ultrapasse as fronteiras da esfera laboral (Cattani & Holzmann, 2012), não se pode descartar sua importância nas discussões que, historicamente, acompanham os processos e a gestão do trabalho.

Nesse âmbito, ainda que, do ponto de vista histórico, caiba remontar à era moderna e ao declínio do feudalismo, é a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, que a tecnologia se institucionaliza e se potencializa como força produtiva<sup>2</sup>. Guarda, assim, estreita relação com o desenvolvimento da própria sociedade capitalista, instaurando-se nas mais diversas áreas como

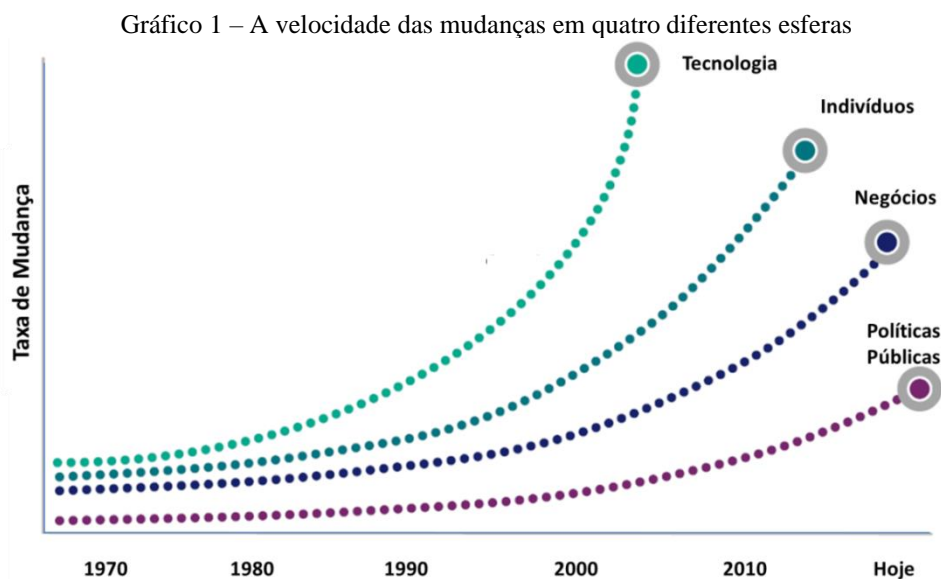
---

<sup>2</sup> Não há menosprezo, aqui, aos grandes feitos tecnológicos e grandes descobertas anteriores – como, por exemplo, o uso da roda. Entende-se que cada feito, em seu tempo e do seu modo, contribuiu para o avanço das formas e forças produtivas que nos traz aos dias atuais.

Comunicação, Medicina, Engenharia, Arquitetura, Transportes e Educação. Sua ascensão está, dessa forma, diretamente relacionada a um contexto histórico temporalmente situado, pautado na “razão como meio de construir o conhecimento da realidade”, o que tornou “possível e necessário o desenvolvimento de um novo saber – a ciência e a técnica moderna” (Baumgarten & Holzmann, 2011b, pos. 13923).

A discussão sobre as implicações dos diversos usos da tecnologia é vasta. Permanece em aberto, entretanto, o entendimento sobre “como o progresso tecnológico no século XXI afetará o mercado de trabalho” (Frey & Osborne, 2017). Isso porque, no espaço laboral, as transformações tecnológicas não se referem apenas à tangibilidade da infraestrutura de máquinas e equipamentos. Manifestam-se, também, na organização e gestão do processo de produção, através de estratégias, habilidades e práticas utilizadas pelos gestores (Baumgarten & Holzmann, 2011b). E, ao afetar a esfera do trabalho, impacta também o trabalhador, de modo simultaneamente positivo e negativo. O entendimento do fator tecnológico, ao atravessar as práticas laborais e ao afetar as formas que o trabalho pode assumir, passa a ser ponto fundamental na discussão sobre as RTs.

O expressivo aumento da velocidade das mudanças tecnológicas, notadamente nas últimas décadas, como ilustra o Gráfico 1, supera a capacidade de adaptação das pessoas, das organizações e, por fim, das políticas públicas de regulamentação, atravessando também o cotidiano das realidades laborais.



Fonte: adaptado de Deloitte (2017)

A primeira curva, “Tecnologia”, ilustrada no Gráfico 1, expõe a taxa de mudança da vertente tecnológica, notadamente acelerada a partir das décadas de 1980 e 1990, representada pelo desenvolvimento de todo o aparato computacional utilizado cotidianamente pelas organizações e por bilhões de pessoas em todo o mundo. Reconhece-se que, historicamente, a tecnologia teve papel importante, por vezes até preponderante, nos processos sociais nos quais esteve presente ao longo dos séculos. A despeito, entretanto, de todos os episódios de considerável transformação, é na atual fase digital que as tecnologias passaram a permear intensamente todas as facetas da sociedade – incluindo o trabalho (Valenduc & Vendramin, 2016). Nesse âmbito, os autores citam exemplos da chamada *revolução tecnológica*, que está afetando as práticas laborais, especialmente: os serviços de armazenamento e acesso remotos em nuvem (*cloud storage* e *cloud computing*); o gerenciamento do imenso volume de dados gerados (*big data*); os aplicativos móveis acessados via smartphones e tablets; os aparelhos e serviços de geolocalização; a internet das coisas (*Internet of Things* – IoT); e a inteligência artificial (*machine learning*).

A redução dos custos e o aumento da capacidade tecnológica tem efeitos concretos em atividades da chamada “indústria 4.0” e em atividades que envolvem impressões 3D, drones, nanotecnologia (Deloitte, 2015), sistemas cyber-físicos, realidade aumentada e robótica (Echikson, 2017). A automação de atividades atravessa as mais diversas áreas e afeta, em maior ou menor grau, até mesmo tarefas cognitivas não rotineiras, ligadas a tarefas de percepção e manipulação, inteligência social e inteligência criativa, transpassando a barreira que até então restringia a atividades rotineiras baseadas em regras explicitamente definidas (Frey & Osborne, 2017).

A segunda curva, “Indivíduos”, evidencia que as pessoas, na sua individualidade, tendem a ser mais rápidas na assimilação das novas tecnologias. Essas tecnologias se manifestam e, sob o ponto de vista dos autores do relatório apresentado por Deloitte (2017, p. 4), compõem uma espécie de força que empurra as organizações para que criem novos produtos e serviços; estes, por sua vez, capturam o “tempo e a atenção dos indivíduos”, que passam a viver sob novos estilos de vida, de trabalho e de carreira. Os indivíduos, lembram Baumgarten e Holzmann (2011a), são afetados não somente por aparatos como máquinas, equipamentos e suas estruturas, mas também pela tecnologia incorporada nos processos sociais como a gestão.

Já a terceira curva, “Negócios”, ilustra que as organizações reagem a um ritmo mais lento, ainda que compelidas pelo mercado a inovar e a revisar constantemente suas práticas para que se mantenham vivas. A gestão de uma organização é um processo complexo que

compreende a própria administração do negócio, com seus mecanismos de planejamento, concepção e combinação de recursos disponíveis. Longe de ser simples, envolve estratégias, filosofia, cultura, estrutura, organização do trabalho e ainda relações de poder, dominação e controle (Deloitte, 2017; Garay, 2011). É possível, assim, aproximar-se de Piccinini et al. (2006), para quem um período de instabilidade e crise deflagra um processo de adaptação das empresas ao aumento da concorrência, decorrente de novas tecnologias e métodos organizacionais, em um cenário de busca de maior competitividade. As lacunas que existem entre as curvas Tecnologia, Indivíduos e Negócios impelem as organizações, a partir das mudanças tecnológicas e de estilos de vida dos indivíduos, a uma adaptação que tende a forçar ainda mais a aceleração das curvas Tecnologia e Indivíduos.

A quarta e última curva indica que as “Políticas Públicas”, embora afetem diretamente os indivíduos e as organizações, são as que reagem mais lentamente às mudanças. De fato, alterações nas questões relacionadas a regulamentação, impostos e legislação, bem como seus desdobramentos em questões da ordem de educação, saúde ou emprego, em geral, só entram em vigor após intensos debates, visto que têm a responsabilidade de preservar o bem-estar da sociedade (Deloitte, 2017). Essa lacuna, entretanto, pode significar um desequilíbrio em termos de desenvolvimento social, para o qual dirigentes políticos deveriam estar sempre atentos.

A partir dessa breve análise, percebe-se que os hiatos encontrados na relação entre as diferentes instâncias (tecnológica, dos indivíduos, das organizações e da esfera pública) sugerem a impossibilidade de um equilíbrio e reforçam a necessidade de compreendê-las em relação. Historicamente, esses movimentos podem ser percebidos, também, na mudança dos processos de gerenciamento dos percursos profissionais individuais, o que inclui um contexto de intensa flexibilização laboral e acelerado desenvolvimento tecnológico. Compreender como as carreiras passam a ser entendidas dentro dos limites dos mercados de trabalho e como essas mudanças afetam os trabalhadores é importante no que se refere ao entendimento amplo das transformações do mundo do trabalho.

### **1.1.2 Em direção às *gig careers*?: considerações sobre os impactos dessas mudanças nas trajetórias individuais**

As mudanças nos modos como o trabalho se apresenta não trouxeram implicações analíticas apenas de ordem macro. A partir da segunda metade dos anos 1970, observa-se uma movimentação também na forma como as carreiras passam a ser interpretadas. Essas mudanças, refletidas nas realidades organizacionais, mas também na sociedade, fizeram emergir novos

padrões de comportamento (Baruch & Vardi, 2016, p. 357), de modo que os trabalhadores passaram a se identificar menos com a organização e mais com as próprias escolhas profissionais. Afinal, se “no passado, ser demitido era considerado uma catástrofe pessoal, um desastre, acarretando altos níveis de vergonha e culpa” (Baruch & Vardi, 2016, p. 359, tradução nossa), no atual contexto, mais instável e turbulento e muito menos previsível, saber lidar com as mudanças é um comportamento que passa a ser altamente recomendável e, até mesmo, contextualmente imperativo.

Um exemplo dessa mudança de compreensão é a teoria conhecida como “carreira proteana”, elaborada em 1976, acompanhando as mudanças em curso. Em oposição direta à noção de “carreira tradicional”, linear, estável e previsível, nessa nova perspectiva é o indivíduo, e não a organização, que assume a responsabilidade pelo sucesso da trajetória profissional pessoal. Mais do que uma modificação de comportamento, a carreira proteana é “um guia para a ação” que trata de “uma mentalidade sobre a carreira – mais especificamente uma atitude em relação à carreira que reflete liberdade, autodireção e fazer escolhas com base nos valores pessoais” (Briscoe & Hall, 2006, p. 6, tradução nossa).

Acompanhando a ênfase dada ao elemento individual, diversas outras teorias de carreiras surgiram, tais como “carreira sem fronteiras”, “carreira resiliente”, “carreira inteligente” ou “carreira multidirecional”. Uma característica comum e importante dessas contribuições conceituais é a qualidade empreendedora dos indivíduos como forças motrizes por trás de suas carreiras; seriam essas forças as responsáveis por levar os trabalhadores a atingir resultados positivos nas próprias carreiras (Baruch & Vardi, 2016). Além disso, tinham em comum uma visão desbalanceada, focada predominantemente na capacidade exclusiva dos trabalhadores para moldar e ajustar as próprias trajetórias. Por trás dessa grande mudança de perspectiva, houve alteração também nas expectativas e nos contratos psicológicos estabelecidos entre indivíduos e organizações.

Por outro lado, correntes mais vinculadas aos estudos organizacionais têm tensionado os estudos sobre as carreiras, reafirmando a importância da compreensão do contexto como elemento que impacta e molda as trajetórias. Sem desconsiderar os padrões de carreira individual, Mayrhofer, Meyer, & Steyrer (2007, p. 217) entendem a necessidade de considerar outras instâncias, como: o contexto de trabalho (que inclui as relações sociais, novas formas da organização laboral e a estrutura do mercado de trabalho); o contexto de origem (que trata das questões concernentes a classe e origem social, educação, histórico de trabalho e contexto de vida); o contexto social e cultural (como gênero, etnia, demografia e comunidade); e o contexto



global (como internacionalização e virtualização). Ainda que os estudos sobre carreiras focados nas perspectivas individuais sigam em profusão, há importantes e recentes estudos que reiteram a importância da consideração de outros fatores, para além daqueles centrados nas características pessoais (Briscoe et al., 2018; Gunz & Mayrhofer, 2015, 2018).

A partir desse entendimento que reforça a importância dos contextos mais amplos que afetam as trajetórias individuais, faz-se necessário adentrar nas particularidades do mercado de trabalho brasileiro. As vivências laborais atuais, marcadas pelas intensas transformações dos últimos anos, carregam consigo também as marcas históricas de um passado mais distante.

### **1.1.3 As múltiplas e históricas realidades do mercado de trabalho brasileiro**

Guimarães (2009) destaca a relevância que os estudos sobre o mercado de trabalho ganharam nas sociedades capitalistas, visto que é a partir dele que as pessoas obtêm seus meios de sobrevivência. Mais que isso, o acesso ao trabalho é também um meio de inserção social, possibilitando não somente renda, mas também reconhecimento (Ocio, 1995).

O mercado de trabalho, entretanto, não é um espaço único, onde os trabalhadores podem candidatar-se e concorrer a qualquer vaga ofertada em igualdade de condições. Ao se considerarem os cruzamentos entre diferenças regionais, demográficas e profissionais, verifica-se a existência de diferentes arranjos laborais (Rocha de Oliveira & Piccinini, 2011). Sobrepostos, fatores como localização geográfica, graus de qualificação e delimitações etárias, entre tantos outros, fazem surgir múltiplos mercados, segmentados, centrais e periféricos, formais, semiformais e informais, que se desdobram em uma ampla heterogeneidade de vínculos laborais.

Do ponto de vista histórico, cabe destacar que o mercado de trabalho brasileiro é bastante recente, visto que foi consolidado apenas há pouco mais de um século. Até 1850, predominava uma sociedade agrária, cuja organização estava pautada no trabalho escravo, constituindo o que Barbosa (2016, p. 8) chama de “o não mercado de trabalho”. Nem mesmo a abolição e a proibição do tráfico de escravos possibilitou a emergência e estruturação do mercado de trabalho, segundo o autor. Somente a partir desse marco, no ano de 1850, até 1930, um “longo momento de transição”, é que começariam a surgir as bases do que seria um mercado de trabalho consolidado (Barbosa, 2016, p. 12).

Apenas a partir de 1940 é que se expande, inicialmente no Sudeste (São Paulo), o padrão da “classe trabalhadora assalariada, concentrada nos centros urbanos” (Barbosa, 2016, p. 18). Nos anos 1950 e 1960 foi possível, então, presenciar a passagem de uma sociedade de base

“agrária e tradicional” para outra, “urbana e industrial”, que foi característica das décadas de 1970 e 1980 (Cotanda, 2011, p. 53) – movimento este que se deu também, mesmo que em outros tempos históricos, em outras partes do mundo.

Outro momento marcante ocorreu nos anos 1990, quando as transformações do parque industrial brasileiro (e, conseqüentemente, do mercado de trabalho) acompanharam as intensas mudanças nas políticas econômicas. A partir daquele momento, a indústria nacional se viu exposta à maior abertura comercial, à concorrência, a novas tecnologias e a um padrão mais exigente no que tange à competitividade internacional (Mocelin, 2015). Esse movimento ocorre em contexto temporalmente situado, denominado “mundialização da economia” (Piccinini et al., 2006, p. 93). Foi um fenômeno mundial que afetou países nos mais diversos graus de desenvolvimento. No Brasil, a partir de então, houve uma “forte integração da economia nacional a cadeias produtivas globalizadas”, com “mudanças macroeconômicas e micrororganizacionais que mudaram rumos da economia em geral e das firmas em especial” (Guimarães, 2008b, p. 124; 152). Até os anos 1990, com um modelo de desenvolvimento pautado na substituição das importações, o que se presenciou foi “a consolidação de um parque industrial que privilegiou a criação de postos de trabalho de baixa exigência”. Assim, fortaleceu-se a “formação de um mercado de trabalho menos propenso à inovação e, portanto, mais vulnerável às mudanças tecnológicas” (Mocelin, 2015, p. 81).

Cabe destacar que o Brasil, pertencente à classe dos países de industrialização tardia, nunca vivenciou plenamente os anos dourados do fordismo, e sim uma espécie de “fordismo periférico”, com “baixos níveis de qualificação e de escolaridade da força de trabalho, altos índices de rotatividade, baixos salários e limitada proteção social” (Cotanda, 2011, p. 46). A partir das transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX, o país acabou por vivenciar também a queda nos níveis de emprego industrial (Comin, 2008; Guimarães, Cardoso, Elias, & Purcell, 2008) e a ampliação das atividades relacionadas a serviços (Piccinini, Oliveira, et al., 2006). Reflexos desse processo são sentidos ainda hoje.

Atualmente, o mercado de trabalho brasileiro está ancorado – e isso já ocorre há algumas décadas – no setor de serviços, assim como aconteceu também em outros países. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a participação dessas atividades econômicas são responsáveis por mais de 73% do total, enquanto a agricultura tem participação de 5,4% e a indústria, de 21,3% (IBGE, 2018b). Analogamente, a distribuição de empregos segue, em linhas gerais, essa mesma dinâmica: o ano de 2019 aponta para uma alocação na casa de 71% em serviços, 20% na indústria e 9% na agricultura (ILO, 2020a).

Ainda que a série histórica da OIT, iniciada em 1991, já mostrasse esse padrão de funcionamento desde então, percebe-se claramente uma tendência de crescimento do setor de serviços na alocação da mão de obra desde meados dos anos 2000. A agricultura, por sua vez, apresentou significativa queda no mesmo período, que saiu de 19% em 1991 e tem projeção de apenas 9% para 2021. Já a indústria, que se manteve historicamente acima da casa dos 20%, apresenta, pela primeira vez, previsão de baixar esse índice em 2021, quando deve atingir 19% (ILO, 2020a).

No atual contexto brasileiro, os índices de desemprego, medidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, estão em patamar elevado nos últimos anos. Na série histórica que existe desde 2012, o pior índice foi atingido em 2017, quando marcou 13,7%. Na série histórica da OIT, o índice é o mais alto desde 1992 (ILO, 2020a). Atualmente<sup>3</sup>, a taxa de desemprego atingiu a marca de 12,2% no primeiro trimestre de 2020 (Brasil, 2020a), o que representa 12,9 milhões de pessoas desempregadas.

Mesmo entre as pessoas ocupadas, entretanto, é possível notar o alto grau de informalidade – esta que é uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro que, “como consequência, produz um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social vinculados à formalização e limita o acesso a direitos básicos como a remuneração pelo salário mínimo e aposentadoria” (IBGE, 2018b, p. 41). Desde 2012, a proporção se mantém mais ou menos estável, indicando que cerca de 40% dos trabalhadores atuam no mercado informal, entre eles 43,2% sendo trabalhadores por conta própria não contribuintes e 36,1% empregados sem carteira assinada. Outros 11,6% são trabalhadores domésticos sem carteira assinada e 6% são trabalhadores familiares auxiliares e empregadores não contribuintes (IBGE, 2018b). Segundo o IPEA (2020), o ano de 2019 apontou crescimento no peso das ocupações informais.

Outro fator que merece destaque na composição do mercado de trabalho brasileiro guarda relação com o baixo grau de escolaridade da população – o que tem impactos direto na produtividade geral do trabalhador brasileiro, reconhecidamente baixa (Nogueira & Zucoloto, 2017), assim como no rendimento médio. De acordo com o IBGE (Brasil, 2020a), o rendimento médio recebido por um trabalhador brasileiro, independentemente do tipo e do setor de ocupação, equivale a pouco mais de dois salários mínimos. É sabido que a “educação tem implicações econômicas importantes”, uma vez que a “obtenção de mais anos de estudo ou de

---

<sup>3</sup> Neste indicador não está sendo considerado o impacto da pandemia da COVID-19, visto que a pesquisa apresentada nesta tese não incluiu estes desdobramentos. Considerações sobre o impacto da pandemia no contexto da *gig economy* podem ser encontradas no posfácio desta tese.

graus mais elevados está associada a maiores rendimentos” (Medeiros, Barbosa, & Carvalhaes, 2019, p. 7). Ainda que a educação não seja garantia de um bom emprego, ela é, sem dúvida, um fator importante (ILO, 2018b). Dados do IBGE (Brasil, 2020b) indicam que a taxa de analfabetismo entre os que têm 15 anos ou mais é de 6,6%, o que equivale a 11 milhões de pessoas; entre os que têm 60 anos ou mais, a taxa é de 18%. Entre as pessoas com mais de 25 anos, 6,4% não tem qualquer instrução formal, 32,2% têm ensino fundamental incompleto, 8% têm ensino fundamental completo, 4,5% têm ensino médio incompleto e 27,4% têm ensino médio completo. Considerando o ensino superior, apenas 17,4% o completaram, enquanto 4% o têm incompletamente. Para fins de comparação, dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2017 apontam que o percentual médio de pessoas com ensino superior completo com 25 a 34 anos de idade era de 36,7%, enquanto no Brasil esse índice era de 19,7% (IBGE, 2018b).

É notório, portanto, que o mercado de trabalho brasileiro não pode ser descolado das características sócio-históricas que marcam as trajetórias dos trabalhadores que o compõem. As transformações pelas quais passa o trabalho, portanto, são e estão refletidas nas características das sociedades onde ele está inserido. Considerando que, do ponto de vista histórico, o mercado laboral brasileiro começou sua trajetória de consolidação apenas muito recentemente, entre os anos 1940 e 1980, as heterogeneidades que o compõem afetam e são afetadas de modos distintos pelas novas configurações que se apresentam atualmente. Analisar os desdobramentos da exposição do mercado de trabalho brasileiro à *gig economy* requer o entendimento da peculiar amplitude que o engloba.

## 1.2 DELIMITAÇÃO, APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA

Como refere Silva (2011, p. 11), “em momentos de transição, o novo e o antigo convivem”. De fato, novos movimentos surgem em um contexto que envolve, concomitantemente: a ubiquidade tecnológica, seja aquela relacionada com a automação e a robótica, seja aquela que afeta as relações cotidianas; o desemprego global e a mudança nas formas de trabalho, em cenário de intensa redução de mão de obra assalariada e altos índices de subemprego e informalidade; crises econômicas e políticas; e o aumento da conscientização com relação aos problemas ambientais e àqueles relacionados ao consumo desenfreado. Frente a isso, percebe-se estar em vias de consolidação o entendimento de que novos modos de organização econômica sustentados pela tecnologia estão contribuindo para mais uma significativa transformação nos padrões de operação da sociedade.

Um desses movimentos tem sido chamado de economia compartilhada (Sundararajan, 2016). Ao prezar pela maximização da utilidade e da capacidade ociosa de recursos tangíveis e intangíveis, os processos derivados da economia compartilhada dão mais ênfase ao “acesso” do que à “posse” (Belk, 2007, 2014a; Martin, 2016). É viabilizada por tecnologias digitais que possibilitam que indivíduos monetizem seus ativos ou aptidões subutilizados (Martin, 2016), conectando, de forma simples, rápida e segura, demandantes e ofertantes de determinado bem ou serviço (Botsman, 2013; Botsman & Rogers, 2011; Cohen & Kietzmann, 2014). A economia compartilhada abrange uma multiplicidade de agentes (como consumidores, fornecedores, organizações, investidores e governos) que assumem diversos papéis em um modelo econômico que traz implicações diversas (Cohen & Kietzmann, 2014) – incluindo de forma inegável o âmbito do trabalho. É notável que as pesquisas sobre novos modelos de organização assentados nessas premissas têm crescido substancialmente (Belk, 2014a; Powell, 2017), ganhando força e popularidade.

O número de organizações envolvidas na economia compartilhada já é representativo e cresce ano a ano em todo o mundo, assim como o número de instituições classificadas nessa perspectiva. Em 2014, eram apenas seis ramos diferentes (bens, alimentos, serviços, transportes, espaço e financeiro); apenas dois anos depois, esse número já havia crescido para 16 (Owyang, 2016). Apesar do grande número de empresas e das diversas naturezas pelas quais a economia compartilhada se apresenta ao redor do mundo, no Brasil tais fenômenos são particularmente percebidos a partir de dois grandes expoentes: a empresa de hospedagem Airbnb<sup>4</sup> e a empresa de mobilidade urbana Uber<sup>5</sup> e seus concorrentes – embora haja discussões sobre a legitimidade do uso da expressão “economia compartilhada” em atividades com finalidade meramente comercial (Martin, 2016).

A economia compartilhada pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas. É como se houvesse um *continuum*. Em um extremo, existe uma “visão romantizada”, em que as motivações para participar das comunidades on-line mediadas por plataformas estão ligadas à inovação, à coletividade e à sustentabilidade, se dão através de uma forte identificação comunitária, envolvem relações fundamentadas na confiança e na cooperação e estão baseadas na vontade de fazer parte de algo maior (Belk, 2014a; Benkler, 2011; Martin, 2016). No outro extremo, verifica-se uma espécie de “usurpação” desse conceito, uma vez que as preocupações com a coletividade e com o meio ambiente parecem estar reduzidas a motivações meramente

---

<sup>4</sup> <https://www.airbnb.com.br/>

<sup>5</sup> <https://www.uber.com/>

comerciais e financeiras. Para Belk (2014b), a ampla variedade de expressões utilizadas forma um labirinto que, pela confusão semântica, dificulta discernir onde o compartilhamento termina e onde o comércio começa, de modo que há vários fenômenos que podem se apropriar indevidamente da expressão “economia compartilhada”.

É possível, assim, que o cenário da economia compartilhada não seja nem tão preto, nem tão branco, mas um sombreado com diversos tons de cinza (Belk, 2014b). Em geral, as discussões sobre o fenômeno trazem significados muito amplos e sem claro estabelecimento de fronteiras, reafirmando a importância de uma melhor delimitação. Uma dessas limitações diz respeito à necessidade de uma análise que possibilite ampliar os significados dessas novas imposições, que podem afetar não somente os modos de produção e consumo, mas também – e de forma bastante intensa – o mundo do trabalho. É a partir desse olhar voltado especificamente ao labor que a *gig economy* tem ganhado espaço nas discussões, como uma espécie de derivação da economia compartilhada.

Atualmente, já se reconhece que, apesar do entendimento comum das atividades envolvidas na *gig economy* como um serviço, é necessário analisar o fenômeno a partir da perspectiva laboral. Isso significa que, ainda que as referências feitas aos atores envolvidos restrinjam-se, com frequência, a consumidores, plataformas, prestadores de serviço, fornecedores e governos locais (Cohen & Kietzmann, 2014), é mister considerar o trabalho envolvido nessas atividades como elemento basilar. É importante a compreensão de que, apesar de serem vistos por muitos como fornecedores na relação com os consumidores e as plataformas digitais, os indivíduos envolvidos nessa prestação de serviço exercem uma atividade laboral, e assim são considerados no contexto desta tese.

Portanto, destacam-se, com base em Bajwa et al. (2018, pp. 6-7), algumas características peculiares dos mercados laborais digitais. A partir dessas características, é possível melhor compreender as dinâmicas envolvidas: a relação de trabalho é mediada por plataformas digitais, que não são consideradas empregadoras de mão de obra; os trabalhadores são considerados *freelancers* (ou autônomos, autoempregados, trabalhadores independentes, trabalhadores sob demanda, entre outras possibilidades), cujas habilidades dependem da natureza dos trabalhos executados; o trabalho executado pode ser desenvolvido e entregue remotamente ou localmente; os trabalhadores são pagos pelos consumidores por tarefa entregue, em uma relação que dura apenas breves momentos; o serviço, baseado em microtarefas (tarefas de rápida execução e/ou baixa complexidade), é executado sob demanda dos consumidores; as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho são borradas.

O trabalho mediado por plataformas tem recebido a atenção de diversos órgãos internacionais, entre os quais a OIT. Nos últimos anos, diversas pesquisas têm sido feitas pela organização e seus pesquisadores envolvendo e citando a temática, reforçando o seu caráter de atualidade e relevância. Desde 2018, a expressão *gig economy* passou a integrar o *conceptual framework for statistics on work relationships* (ILO, 2018a), que dá as diretrizes básicas para as pesquisas internacionais que envolvem o trabalho. Em diversas publicações recentes da OIT, nacionais e internacionais (Balliester & Elsheikhi, 2018; Berg, 2016; Berg et al., 2018; Borzaga et al., 2017; De Stefano, 2017; ILO, 2016, 2017a, 2017b, 2018b, 2019, 2020b; OIT, 2018), nota-se frequente a inclusão da *gig economy* nas discussões, em geral por ela estar associada à informalidade e ao trabalho atípico (*non-standard work*), cujo padrão protetivo é muito baixo, senão inexistente, e cujo padrão laboral é instável e muitas vezes precário. Sabe-se que a informalidade tem consequências negativas para trabalhadores e para a sociedade e muitas vezes afasta-se muito dos princípios de trabalho decente.

Ainda, destaca-se que a relação entre a economia compartilhada e o mundo do trabalho, caracterizada pela ascensão da *gig economy* e dos mercados laborais digitais, é tema de crescente interesse nas pesquisas acadêmicas internacionais. Mostra-se presente em diversas publicações nos anos recentes (Brescia, 2016; Carr et al., 2017; Chetty et al., 2018; Coyle, 2017; Donini, Forlivesi, Rota, & Tullini, 2017; Findlay & Thompson, 2017; Fleming, 2017; Graham, Hjorth, & Lehdonvirta, 2017; Graham & Anwar, 2018; Graham & Shaw, 2017a; Graham & Woodcock, 2018; Hooley & Borbély-Pecze, 2018; Nyombi, 2015; Ochôa & Pinto, 2017; Pongratz, 2018; Todolí-Signes, 2017; Wood, Lehdonvirta, & Graham, 2018; Wood, Graham, Lehdonvirta, & Hjorth, 2019), entre inúmeras outras, reforçando seu caráter de relevante atualidade.

Esse movimento também deflagra apreensões que encontram coro em publicações ligadas a outros órgãos internacionais, sejam eles privados, independentes ou governamentais, como: The European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (Eurofound, 2015, 2016), European Agency for Safety and Health at Work (EU-OSHA) (Ursula Huws, 2015), Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce (RSA) (Balaram, Warden, & Wallace-Stephens, 2017), Congressional Research Service (CRS) (Donovan et al., 2016), McKinsey Global Institute (MGI) (Manyika et al., 2016), Centre for European Policy Studies (CEPS) (Maselli & Fabo, 2015); European Economic and Social Committee (EESC) (De Groen, Lenaerts, Bosc, & Paquier, 2017); Global Migration & Health Initiative (GloMHI) (Bajwa et al., 2018) e World Bank (Packard et al., 2019; World Bank,

2019). Destaca-se, ainda, órgãos ligados a movimentos de representação coletiva, como European Trade Union Institute (ETUI) (Degryse, 2016; Valenduc & Vendramin, 2016) e Publications Office of the European Union (Peters, 2017).

As mudanças provocadas pelos modelos de negócio amparados na perspectiva da *gig economy* são tão intensas e se espalharam tão rapidamente que o fenômeno já foi batizado: está sendo chamado de “uberização” por acadêmicos (Codagnone, Biagi, & Abadie, 2016; Degryse, 2016; Fleming, 2017; Schmidt, 2017; Valenduc & Vendramin, 2016) e práticos (Elgot, 2017; Freeman, 2015; O’Marah, 2017). Essa palavra faz referência à empresa norte-americana Uber, uma startup fundada em 2009 que rapidamente atraiu notoriedade: com a ubiquidade do acesso à internet e do uso de smartphones, a Uber lançou um aplicativo que permite conectar, por meio de uma plataforma digital, motoristas e passageiros. Atuando na mediação de transporte de pessoas por meio de carros particulares, sua operação adota um modelo de negócio razoavelmente simples (Degryse, 2016) que se espalhou pelas principais capitais do mundo e hoje está presente em mais de 900 cidades (Uber, 2020b).

No Brasil, a Uber ganhou visibilidade a partir da sua entrada na cidade do Rio de Janeiro/RJ, em maio de 2014, e hoje já opera em 131 cidades brasileiras (Uber, 2020b). Nos cenários mundial e nacional, o fenômeno da uberização encontra-se no centro de polêmicas e disputas econômicas e judiciais. Desperta preocupações de teóricos e práticos, uma vez que as implicações da uberização na economia e no mundo do trabalho ainda não são totalmente conhecidas (Codagnone, Biagi, & Abadie, 2016).

Ainda que a palavra uberização faça menção específica a essa empresa, atualmente a Uber não opera mais sozinha e disputa o mercado com diversas outras que operam sob o mesmo formato, como Lyft<sup>6</sup> (que ainda não atua no Brasil), Cabify<sup>7</sup>, DidiChuxing<sup>8</sup> (nacionalmente operando sob a marca 99<sup>9</sup>) e outras de menor expressão (como 4move<sup>10</sup>, YetGo<sup>11</sup> e MeLeva<sup>12</sup>). Além dessas, há outras de atuação específica (como Venuxx<sup>13</sup>, LadyDriver<sup>14</sup> e FeminiDriver<sup>15</sup>, voltados especificamente para o público feminino) ou local (como Garupa<sup>16</sup>, ViaBee<sup>17</sup>,

---

<sup>6</sup> <https://www.lyft.com/>

<sup>7</sup> <https://cabify.com/pt-BR>

<sup>8</sup> <https://www.didiglobal.com/>

<sup>9</sup> <https://99app.com/>

<sup>10</sup> <https://www.4move.br.com/>

<sup>11</sup> <http://yetgo.com.br/>

<sup>12</sup> <http://appmeleva.com.br/>

<sup>13</sup> <https://www.venuxx.com/>

<sup>14</sup> <https://ladydriver.com.br/>

<sup>15</sup> <http://feminidriver.com.br/>

<sup>16</sup> <http://garupa.co/>

<sup>17</sup> <https://www.viabee.net/o-via-bee>



Simbora<sup>18</sup>, Seletos<sup>19</sup>, MuvCar<sup>20</sup>, entre outros). Tal expansão de empresas operando nesse nicho reforça a popularização do serviço no Brasil.

As atividades baseadas em aplicativos, além de facilmente perceptíveis nas áreas urbanas, já são notadas estatisticamente no Brasil. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tem destacado, em seus últimos boletins analíticos, a importância do fenômeno, caracterizado pela informalidade da modalidade por conta própria. Merece destaque o apontamento realizado pelo órgão, que reforça a associação do fenômeno às altas taxas de desemprego no Brasil nos últimos anos, mas aponta para a necessidade de ampliar a compreensão desse movimento considerando as transformações das RTs:

estudiosos do trabalho já levantaram a hipótese de que esteja em curso uma mudança estrutural das relações de trabalho, em grande parte devido à consolidação da “economia dos aplicativos”. Em matéria recente da revista *Exame*, encontra-se a estimativa de que cerca de 18 milhões de pessoas nas regiões metropolitanas, e 45 milhões no país como um todo, já utilizaram algum aplicativo para obter renda (IPEA, 2019c, p. 10).

O IPEA destaca, inclusive, uma maior necessidade de aprimoramento no “levantamento de informações para melhor mensurar a dinâmica de ampliação dessas atividades e embasar a análise das transformações em curso no mundo do trabalho” (IPEA, 2019c, p. 11), visto que ainda “não há uma identificação precisa dessa categoria de trabalho nos dados da PNAD Contínua” (IPEA, 2020, p. 35). A taxa de crescimento dos trabalhadores do segmento por conta própria vinculados ao transporte e entrega por aplicativos (nos quais se incluem plataformas como Uber, 99, Cabify, Rappi, iFood, Loggi, dentre outras) cresceu 9,7% entre 2015 e 2019, o que equivale a cerca de 700 mil postos de trabalho. As demais atividades por conta própria apresentaram crescimento equivalente a um quinto desse volume. Para compreender o impacto desses números, caso essas atividades não existissem e esses trabalhadores fossem considerados “desocupados”, “o impacto na taxa de desocupação seria de quase 1 p.p., o que corresponde, grosso modo, aos progressos obtidos no último ano” (IPEA, 2020, p. 35).

Considerando, assim, que o processo de interação entre as inovações tecnológicas e o sistema econômico é complexo e envolve fatores como retorno financeiro, estratégias de gerenciamento, organização do trabalho e conexões sociais (Valenduc & Vendramin, 2016), não cabem análises reducionistas e simplistas. As transformações pelas quais passa o trabalho, ao longo dos últimos séculos, tem sido acompanhada por estudiosos de diversas correntes e

---

<sup>18</sup> <http://simboraapp.com.br/>

<sup>19</sup> <https://www.seletotech.com.br/>

<sup>20</sup> <https://www.muvcar.com.br/>

linhas de pensamento. Retomando a preocupação de Rifkin (1995), anunciada há mais de duas décadas e reafirmada recentemente (Rifkin, 2015), pesquisadores do ILO destacam a importância de deslocar as preocupações sobre a possibilidade (agora já concretizada) de a tecnologia eliminar postos de trabalho para preocupações sobre os tipos de trabalho que estão sendo criados. A ênfase, dizem, deve ser dada a analisar aspectos ligados à produtividade, igualdade de oportunidades e tratamento, condições justas de renda, segurança e proteção social, bem como perspectivas de liberdade e desenvolvimento pessoal (Berg et al., 2018).

Nesse sentido, ao considerar que as mutações do trabalho estão inseridas em contexto de complexas e heterogêneas transformações econômicas, sociais, políticas e tecnológicas, é preciso considerar seus reflexos no mercado de trabalho, agora digital. Tal como referem Hooley e Borbély-Pecze (2018, p. 5), “as manifestações contemporâneas do triângulo do mercado de trabalho”, cujos vértices são representados pela participação de indivíduos, por empregadores e pelo Estado, fazem constatar que a organização do trabalho mudou – e em estado de mudança permanece. Talvez sequer essa estrutura permaneça triangular, o que impele a investigar esse fenômeno em profundidade.

Desse modo, para além da centralidade da relação salarial, das coletividades e do papel das instituições que marcam as análises brasileiras acerca das RTs (Silva, 2011), **defende-se, nesta tese, que é preciso avançar na análise das relações laborais contemporâneas, que não mais se caracterizam apenas como relações de emprego.** Como destacam Horn e Cotanda (2011, p. 16), a tradição acadêmica “cada vez mais se atém à relação de emprego como seu objeto central de investigação”, ainda que as relações que se desenham já não se sustentam mais na dicotomia de oposição empregados *versus* empregadores. O mercado de trabalho passa a se arranjar em formatos diversos e com uma diversificada gama de tipos de contrato, apontando para uma maior versatilidade da organização laboral (Baldry et al., 2007).

Assim, surge o **problema central** do presente estudo, que reside na seguinte indagação: assumindo-se que está em curso um processo mundial de agenciamento do trabalho informal, apresentado na formação e expansão de mercados laborais digitais através da *gig economy*, como o empresariamento da informalidade, exemplificado a partir da atividade de motorista de aplicativos, (re)configura mercados de trabalho e carreiras em realidade brasileira?

Diante do exposto, estabelece-se como **objetivo geral** desta tese: compreender, a partir da formação e expansão de mercados laborais digitais característicos da *gig economy*, os desdobramentos do processo de empresariamento da informalidade e seus reflexos nos mercados de trabalho e carreiras.

Como campo de análise, utiliza-se a atividade de motorista de aplicativos, investigada tanto localmente (considerando o contexto da cidade de Porto Alegre e região metropolitana) quando nacionalmente (a partir de explorações metodológicas que permitam extrapolar as fronteiras geográficas da localização física dos pesquisadores).

Os **objetivos específicos** estão organizados em quatro pontos principais:

- a) desenvolver teoricamente o conceito do empresariamento da informalidade;
- b) analisar o processo de formação do mercado de trabalho digital no contexto da atividade de motoristas de aplicativos;
- c) analisar as heterogeneidades que compõem a força de trabalho da atividade de motoristas de aplicativos;
- d) analisar os desdobramentos da consolidação da *gig economy* sob a ótica das carreiras e da produção de sentido.

A partir da consecução desses objetivos, espera-se **sustentar a tese** de que está em curso um processo de agenciamento do trabalho informal que se apresenta na formação e expansão de mercados laborais digitais através da *gig economy*. Nesses mercados, observa-se que grandes empresas multinacionais passam a mediar relações laborais através de plataformas on-line utilizando-se do trabalho informal. Esse fenômeno, nesta tese denominado “**empresariamento da informalidade**”, coloca o trabalho informal em outra escala, reorganizando e amplificando a informalidade e a ela imprimindo novos contornos, que se desdobram em diversas instâncias. Diante do surgimento de novos modos de organização econômica e laboral como a *gig economy*, há reflexos importantes que implicam (re)configurações do mercado de trabalho e carreira, com desdobramentos que se estendem para as relações laborais, organizações coletivas e trajetórias individuais. Para analisar essas mudanças e dar conta das novas configurações de flexibilidade que se apresentam, os aparatos teóricos existentes, especialmente no campo da Administração, sustentados basicamente na relação formal de emprego, precisam ser revisitados.

Segue-se, portanto, para o segundo capítulo desta tese, no qual se apresenta a articulação entre os eixos analíticos, estruturados em cinco artigos distintos e complementares entre si.

## 2 APRESENTAÇÃO DA TESE E ARTICULAÇÃO DOS EIXOS

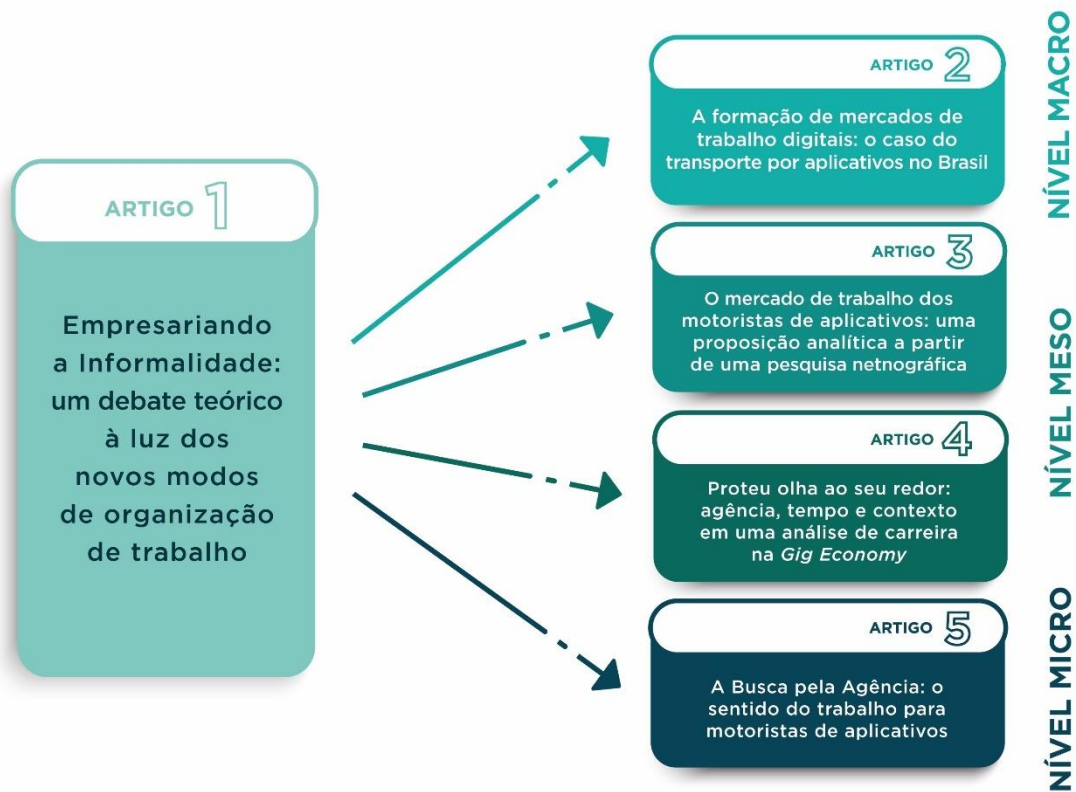
*“Para conhecer as coisas é preciso  
dar-lhes a volta.  
Dar-lhes a volta toda.”  
(José Saramago)*

Considerando o tema central sobre o qual versa esta tese, cabe retomar Carvalho Neto (2012, p. 299), segundo o qual, nos estudos sobre o trabalho, mais especificamente em suas relações, “ignorar seja o todo ou a parte, seja a (super-) estrutura ou o indivíduo, na análise de fenômenos complexos como são os das ciências sociais, é um equívoco”. É nesse sentido que se entrelaçam os tópicos referenciados anteriormente, que se relacionam com as diversas dimensões que atravessam e marcam as trajetórias pessoais e profissionais dos trabalhadores envolvidos com o tema da pesquisa.

Ainda, considerando o contexto das modificações laborais contemporâneas, afirmar simplesmente que “a intensificação das demandas da vida corporativa” são os maiores responsáveis para a adesão de formatos mais flexíveis de trabalho, como o trabalho por conta própria (Manyika et al., 2016, p. iv), implica desconsiderar essa heterogeneidade e um contingente de trabalhadores que não adere a esse sistema de trabalho por opção. Assim, o fenômeno do trabalho sob a perspectiva das transformações no contexto da economia compartilhada e *gig economy*, defende-se, não pode ser analisado sem considerar as transformações de ordem: macro, como a estruturação desse mercado de trabalho, em contexto político, econômico e social; meso, como os contextos nos quais as RTs se apresentam e se desdobram; e micro, que considera as vivências e trajetórias dos trabalhadores envolvidos.

Desse modo, visando a cumprir o objetivo geral a que se propõe, esta tese está estruturada em cinco artigos, a partir da interlocução entre as instâncias macro, meso e micro (Figura 2). Esses estudos, independentes, porém complementares entre si, formam um corpo que dialoga com os objetivos propostos nesta tese.

Figura 2 – Interlocução dos artigos da tese nos níveis macro, meso e micro



Fonte: elaborado pela autora (2020)

O primeiro artigo é um esforço de aprofundar teoricamente a discussão que atravessa o conjunto dos demais estudos. A partir do objetivo de **promover a articulação entre os eixos da informalidade e do trabalho na *gig economy* para, então, avançar no conceito do empresariamento da informalidade**, buscou-se situar a reflexão em torno do trabalho por aplicativos sob a ótica do trabalho informal, reconhecendo que as atuais transformações que afetam o labor não estão circunscritas a determinados tipos de vínculo. Mais que isso, considerando que a informalidade está reconhecidamente vinculada a piores condições de trabalho e vida (OIT, 2014) e que ela é característica fundante do próprio mercado de trabalho brasileiro, é necessário atentar para novas formas de alocação de mão de obra que se fundamentam nessa modalidade e que vêm ganhando espaço – como a *gig economy*.

Em prosseguimento, dada a importância que a atividade ganhou desde o seu ingresso no Brasil, facilitado pelo vácuo regulatório que marcou o início de suas operações e pela ampla aceitação do público consumidor, restou clara a necessidade de adentrar no campo empírico para iniciar o processo de compreensão das implicações laborais práticas do fenômeno. Assim, o segundo artigo apresentado teve como objetivo **compreender o processo de formação do mercado de trabalho digital no contexto da atividade de motoristas de aplicativos no**

**Brasil, em que diferentes atores disputam espaços ainda em delimitação.** A partir da concepção de que espaços laborais são continuamente criados e recriados, reconhece-se que o surgimento de novos nichos de atividade por meio das inovações tecnológicas forma ou transforma mercados de trabalho – um espaço disputado entre diferentes atores, historicamente construídos pela formação e incorporação de “normas” sociais que orientam as ações nesse espaço (Rocha de Oliveira & Piccinini, 2011). Compreender como esses movimentos ocorre(ram) é fundamental para avançar na análise das implicações e imbricações das complexidades que envolvem as reconfigurações do trabalho.

Dada a consolidação das atividades baseadas em aplicativos em território brasileiro e o crescente espaço que estas iam ganhando no mercado e, especialmente, na alocação de mão de obra, fez-se premente a necessidade de avançar no entendimento dos seus impactos no mercado de trabalho. Desta vez, julgou-se pertinente buscar a percepção dos trabalhadores envolvidos com a atividade. Reconhecendo as heterogeneidades que compõem as múltiplas realidades brasileiras, uma vez que o próprio mercado de trabalho não é, ele mesmo, homogêneo, entendeu-se ser necessária uma visão ampliada que pudesse abarcar tais complexidades – ainda que isso implicasse em dificuldades objetivas concretas devido à localização geográfica dos pesquisadores. Assim, o terceiro artigo apresentado nesta tese teve o objetivo de **analisar como está se configurando o mercado de trabalho para motoristas de aplicativos nos níveis individual, ocupacional e sócio-histórico.** Para tanto, tomaram-se como base de análise as percepções de motoristas de aplicativos sobre o seu trabalho, obtidas através de manifestações autodeclaradas em uma rede social.

Transcorrida uma caminhada que percorreu o macro espaço da formação do mercado de trabalho e já adentrando em uma zona que passa a dialogar com o micro, sentiu-se a necessidade de explorar aspectos que, ainda que coletivos, permitissem explorar outras concepções para fazer essa conexão. Assim, em linha com a premissa de situar temporal e contextualmente o fenômeno, marca que atravessa os três artigos anteriores, o quarto artigo que compõe esta tese tem o objetivo de **analisar como as perspectivas de “tempo” e “contexto”, além da “capacidade de agência individual”, podem influenciar as trajetórias de carreira dos trabalhadores em uma atividade característica da *gig economy*.** Ao reconhecer a existência de condições tecnológicas específicas, traço de determinado tempo histórico, associadas às peculiaridades locais que governam as relações de trabalho e influenciam a agência do indivíduo em suas trajetórias de carreira, busca-se avançar na concepção de carreiras

no contexto da *gig economy*, contemporânea e majoritariamente compreendidas através de um arcabouço teórico que sobrevaloriza a agência individual.

Uma vez estabelecida a conexão com o espaço individual, o quinto e último artigo busca aprofundar o entendimento sobre como os indivíduos envolvidos em atividades ligadas ao contexto dos mercados laborais digitais estão vivenciando e significando esse processo. Assim, com o objetivo de **investigar como motoristas de aplicativos de transporte estão atribuindo sentido ao seu trabalho, tomando como pressuposto teórico o modelo proposto por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010)**, o estudo que encerra esta tese busca, situando-se a partir do contexto, interseccionar temas em geral discutidos isoladamente, quais sejam: o estudo das transformações do mundo do trabalho e a construção de sentidos e significados.

Desse modo, ainda que sejam capazes de se encerrar em si mesmos, trazendo de forma individual importantes considerações teórico-práticas na investigação do fenômeno em pauta, os cinco artigos apresentados articulam-se em torno dos objetivos geral e específicos desta tese, com vistas a auxiliar na resolução do problema de pesquisa apresentado. A interlocução entre os objetivos específicos da tese e os objetivos dos artigos é apresentada na Figura 3, a seguir.

Em termos de método, as pesquisas apresentadas nesta tese têm orientação qualitativa. Longe de almejar demonstrar a primazia de um método sobre outro (o que já foi feito exaustivamente por grandes nomes da metodologia da pesquisa científica), cabe referir que a pesquisa qualitativa, ao contrário de buscar a generalização estatística como ocorre na lógica quantitativa, baseia-se na análise em profundidade, bem como na consulta a múltiplas fontes. Desse modo, destaca-se que o objetivo desta tese busca ser alcançado a partir da “análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos” (Flick, 2009, p. 37).

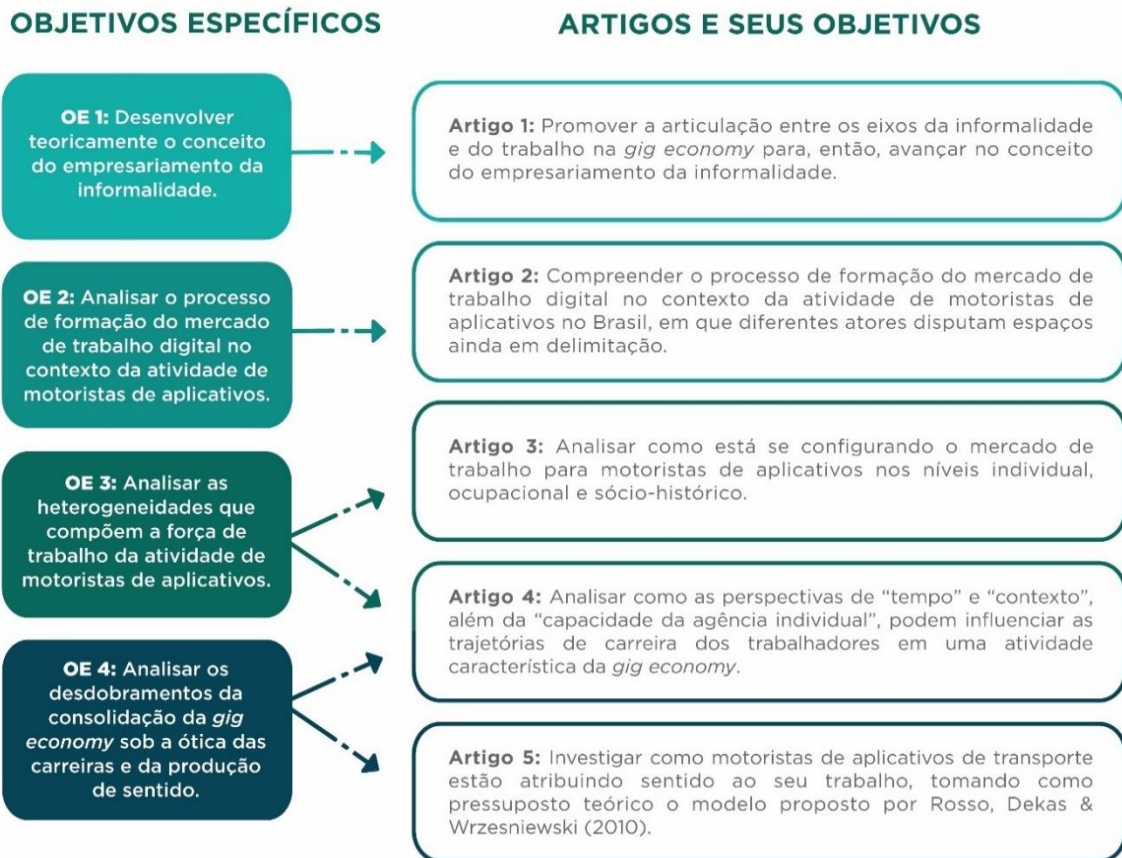
Assim, a utilização da pesquisa qualitativa justifica-se por ser “uma atividade situada que localiza o observador no mundo”, implicando estudar os processos “em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Denzin & Lincoln, 2006, p. 17). Nesse processo de interpretação das realidades, ao adotar a pesquisa qualitativa, o pesquisador pode ser entendido como um *bricoleur*<sup>21</sup>. Por meio das práticas interpretativas, vai tecendo, reflexivamente, uma espécie de “colcha de retalhos” a partir das representações que lhes são percebidas e apresentadas e que

---

<sup>21</sup> Tal como apontam Rampazo e Ichikawa (2009, p. 1), Lévi-Strauss foi o primeiro autor a utilizar a palavra “bricolagem” nas ciências sociais, na década de 1970. Na prática da pesquisa científica, Kincheloe aprofunda o conceito lévi-straussiano ao defender “uma nova dimensão do conceito de *bricolage*, mais ajustada à pesquisa dentro da dinâmica de um mundo complexo”.

lhes permitem ligar as partes a um todo complexo (Denzin & Lincoln, 2006, p. 17). Nessa perspectiva, Nunes (2014) destaca que a “bricolagem em termos de investigação deve ser entendida como criação”.

Figura 3 – Interlocução dos artigos da tese com os objetivos específicos



Fonte: elaborado pela autora (2020)

Entende-se que a postura metodológica adotada dialoga com a apresentação da tese na articulação dos cinco estudos apresentados, ressaltando-se a preocupação com preceitos éticos a longo de todo o processo. Nesse sentido, menos do que um emaranhado de possibilidades, a bricolagem como postura de investigação pressupõe ao pesquisador imbuir-se de flexibilidade e reflexividade (Rocha de Oliveira & Piccinini, 2009), compreendendo que a pesquisa, movediça, transcorre em meio a um processo, ela mesma, de transformação. Esse processo, entretanto, requer planejamento e organização, de modo que, por meio de um contínuo negociar, o pesquisador possa se manter aberto e flexível a repensar, rever e adaptar as suas possibilidades de pesquisa (Nunes, 2014). Pressupõe compreender que os achados da pesquisa são indutivamente derivados dos dados emanados do campo e, representando a realidade dos sujeitos estudados, não se pretende fazer absoluta.

Segue-se, assim, para a apresentação dos cinco artigos que compõem esta tese.



## ARTIGO 1

### EMPRESARIANDO A INFORMALIDADE: UM DEBATE TEÓRICO À LUZ DOS NOVOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO<sup>22</sup>

*ENTERPRISING THE INFORMALITY: A THEORETICAL DEBATE IN THE LIGHT OF NEW WAYS OF WORK ORGANIZATION*

Marcia Cristiane Vaclavik  
Sidinei Rocha de Oliveira  
Andrea Poletto Oltramari

#### Resumo

É inegável a importância econômica e social do trabalho informal, característica histórica do mercado de trabalho brasileiro. Neste ensaio, ao articular os eixos da informalidade e dos mercados laborais digitais, típicos da *gig economy*, defende-se a tese do “empresariamento da informalidade”, em que grandes empresas passam a mediar relações através de plataformas *online*, utilizando-se do trabalho informal. Esse fenômeno reorganiza e amplifica a informalidade, criando um novo estatuto laboral em que são mescladas características de atividade formal, como controle, avaliação de desempenho e incentivos financeiros, e informal, pela natureza autônoma e pela falta de vínculos trabalhistas. No Brasil, meios de alocação de mão de obra mediados por aplicativos têm crescido substancialmente, reforçando a necessidade de investigação teórica e empírica do fenômeno.

**Palavras-chave:** *Gig economy*. Uberização. Informalidade. Trabalho informal. Mercado de trabalho.

#### Abstract

*The economic and social importance of informal work, a historical feature of the Brazilian labor market, is undeniable. In this essay, we articulate the axes of informality and digital labor markets, typical of the gig economy, to defend the thesis we call “enterprising the informality”, in which large companies start to mediate relationships through online platforms, using informal work. This phenomenon reorganizes and amplifies informality, creating a new employment statute that merges characteristics of formal (such as control, performance evaluation, and financial incentives) and informal activities (due to the autonomous nature and*

---

<sup>22</sup> Uma versão deste artigo foi apresentada no XVI Encontro Nacional da ABET – Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho, realizado em setembro/2019 em Salvador/BA. Essa discussão também foi apresentada internacionalmente no *10th International Labour and Employment Relations Association (ILERA) Regional Congress for the Americas*, realizado em junho/2020 em Toronto/Canadá (no formato *online*).

**Referências:** Vaclavik, M., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2019a). Empresariando a Informalidade: um debate teórico à luz dos novos modos de organização do trabalho. *XVI Encontro Nacional da ABET - Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho*. Salvador: ABET – Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho; Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2020). Enterprising the informality: a theoretical debate in the light of new ways of work organization. *10th International Labour and Employment Relations Association Regional Congress for the Americas*.

*the lack of employment ties). In Brazil, means of allocating labor mediated by applications have grown substantially, reinforcing the need for theoretical and empirical investigation of the phenomenon.*

**Keywords:** *Gig economy. Uberization. Informality. Informal Work. Digital Labor Market.*

## ARTIGO 2

### A FORMAÇÃO DE MERCADOS DE TRABALHO DIGITAIS: O CASO DO TRANSPORTE POR APLICATIVOS NO BRASIL<sup>23</sup>

*THE DIGITAL LABOR MARKET FORMATION:  
THE CASE OF BRAZILIAN APP-BASED RIDE-HAILING SERVICE*

Marcia Cristiane Vaclavik  
Andrea Poletto Oltramari  
Sidinei Rocha de Oliveira

#### Resumo

Para tanto, toma como base teórica o entendimento do mercado de trabalho como um campo organizacional de disputas. O tema, circunscrito pelos fenômenos da economia compartilhada e da *gig economy*, carece de representatividade na discussão acadêmica nacional. De orientação qualitativa, utilizou a pesquisa documental combinada com registros de observação participante como fonte de dados. O corpus analisado é composto por 136 registros coletados entre abril de 2017 e setembro de 2019. Por meio da análise narrativa, os dados foram analisados em três temas: o *habitus* compartilhado, o campo das disputas e o espaço de trabalho. Como resultados, destacamos o entendimento da ocupação do motorista baseado em aplicativo como trabalho autônomo; as disputas nas esferas pública e privada, entre grupos de trabalhadores e o aspecto econômico; e a falta de importância dada ao longo do processo regulatório ao aspecto laboral da atividade, que é predominantemente considerada um serviço. Tais descobertas são adequadas e teoricamente significativas, pois contribuem para uma compreensão avançada dos eventos de desdobramento do fenômeno de inovação da plataforma digital. Também aprofundam a discussão sobre o mercado de trabalho, que tradicionalmente orbita em torno da formalidade do emprego regular.

**Palavras-chave:** Trabalho. Gig Economy. Economia Compartilhada. Uberização. Motoristas de Aplicativos.

#### Abstract

*This study aims to understand the process of the digital labor market formation in the regulatory context of Brazilian ride-hailing services, where different actors dispute over spaces that are still being delimited. To do so, it takes the understanding of the labor market as a field of disputes (Bourdieu, 2001; Rocha-de-Oliveira and Piccinini, 2011) as a theoretical framework. This topic, circumscribed by the phenomena of sharing and gig economy, has not been widely addressed in international academic discussions, especially considering the*

---

<sup>23</sup> Uma versão deste artigo, intitulado “A formação de mercados de trabalho digitais: o caso do transporte por aplicativos no Brasil”, foi apresentada no XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019, realizado em São Paulo/SP. Este trabalho também foi apresentado no *35th EGOS Colloquium*, sob o título *The Digital Labor Market Formation: the case of Brazilian app-based ride-hailing service* em Edimburgo/Escócia, em 2019.

**Referências:** Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2019). A formação de mercados de trabalho digitais: o caso do transporte por aplicativos no Brasil. In XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD. São Paulo: ANPAD; Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2019). The Digital Labor Market Formation: the case of Brazilian app-based ride-hailing service. *35th EGOS Colloquium*.

*impacts of digital labor in socio-economic environments of developing countries – like Brazil. As a qualitative study, it used documentary research combined with records of participant observation as data source. The analyzed corpus consists of 136 records collected between April 2017 and September 2019. Through narrative analysis, data were analyzed in three themes: the shared habitus, the field of disputes, and the workspace. As results, we highlight the understanding of the app-based driver occupation as self-employment; the disputes in public and private spheres, between groups of workers, and the economic aspect; and the lack of importance given throughout the regulatory process to the labor aspect of the activity, which is predominantly regarded as a service. Such findings are suitable and theoretically significant as they contribute to an advanced understanding of the digital platform innovation phenomenon's unfolding events. They also further the discussion about the labor market, which traditionally orbits around the formality of regular jobs.*

**Keywords:** *Labor. Gig Economy. Sharing Economy. Uberization. Ride-hailing Apps.*

### ARTIGO 3

## O MERCADO DE TRABALHO DE MOTORISTAS DE APLICATIVOS: UMA PROPOSIÇÃO ANALÍTICA A PARTIR DE UMA PESQUISA NETNOGRÁFICA<sup>24</sup>

Marcia Cristiane Vaclavik  
Andrea Poletto Oltramari  
Sidinei Rocha de Oliveira

#### Resumo

No Brasil, as ocupações por conta própria, especialmente as atividades laborais características da *Gig Economy*, têm sido atenuantes das altas taxas de desemprego. O objetivo deste estudo é analisar como está se configurando o mercado de trabalho para motoristas de aplicativos nos níveis individual, ocupacional e sócio-histórico. De natureza qualitativa, foram analisadas 1162 respostas a três postagens do Facebook em grupos de motoristas de aplicativos, que estão relacionadas às suas realidades laborais. Através do desenvolvimento de um modelo analítico que considera a inter-relação entre três níveis de adequação dos trabalhadores – ambiente sócio-histórico, ocupacional e individual – este estudo contribui ao reconhecer a capacidade de agência do trabalhador motorista, cujo ingresso na atividade é, com frequência, motivado pela necessidade, mas identifica, também, que ela não está desconexa de questões mais amplas, marcadas por determinado tempo e contexto histórico.

**Palavras-chave:** Gig Economy. Mercado de Trabalho. Uberização. Netnografia. Motoristas de Aplicativos.

#### Abstract

*In Brazil, self-employment, especially the Gig Economic's labor activities, has mitigated the high unemployment rates. This study aims to analyze the hide-railing activity in a Brazilian context, from drivers' perceptions about their work through self-declared manifestations in a social network. Of a qualitative nature, 1162 responses were analyzed to three Facebook posts in groups of application drivers related to their work realities. By developing an analytical model that considers the interrelationship between three levels of workers' suitability (socio-historical, occupational, and individual environment), this study contributes by recognizing the workers' agency capacity. The entry into the activity is, with frequency, motivated by need, and it is not disconnected from broader issues, marked by a particular time and historical context.*

**Keywords:** Gig Economy. Labor Market. Uberization. Netnography. App-based Drivers.

---

<sup>24</sup> Uma versão deste artigo foi apresentada em agosto/2020 no VII Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR 2020, no Tema 7 – Desafios para os Sistemas de Relações de Trabalho: mudanças e permanências (evento no formato *online*).

**Referências:** Vaclavik, M. C., Oltramari, A. P. & Rocha de Oliveira, S. (2020). O mercado de trabalho de motoristas de aplicativos: uma proposição analítica a partir de uma pesquisa netnográfica. VII Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR.

## ARTIGO 4

**PROTEU OLHA AO SEU REDOR: AGÊNCIA, TEMPO E CONTEXTO  
EM UMA ANÁLISE DE CARREIRA NA GIG ECONOMY<sup>25</sup>**

*PROTEUS LOOKS AROUND: AGENCY, TIME AND CONTEXT*

*IN A GIG ECONOMY CAREER ANALYSIS*

Marcia Cristiane Vaclavik  
Sidinei Rocha de Oliveira  
Andrea Poletto Oltramari

**Resumo**

Estudos contemporâneos de carreira colocam demasiada ênfase na ação individual, sendo importante resgatar elementos que permeiam e influenciam a agência e os planos de carreira do indivíduo. Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as perspectivas de “tempo” e “contexto”, além da “capacidade de agência individual”, podem influenciar as trajetórias de carreira dos trabalhadores em uma atividade característica da *gig economy*. Considera-se que a existência de condições tecnológicas características de um determinado tempo histórico e as peculiaridades locais que governam as relações de trabalho influenciam a agência do indivíduo em suas trajetórias. Através do desenvolvimento de uma tipologia que cruza as dimensões tempo e contexto, investigou-se qualitativamente a realidade de 57 motoristas de aplicativos na cidade de Porto Alegre/RS, atividade típica da *gig economy*. A dimensão ‘tempo’ foi analisada na categoria ‘permanência’, que reflete a intenção do trabalhador de permanecer atuando na atividade. A dimensão ‘contexto’ foi explorada pela categoria ‘qualificação’, que considera os anos de estudo formal do trabalhador e o status da profissão. Como resultados, desenvolveu-se uma tipologia que mostra a existência de oito perfis (tipos A – *The ‘In Between’ Planner*, B – *The Good Unemployed*, C – *The Dependent* e D – *The Freedom Seeker*, para motoristas em tempo integral; e tipos A’ – *The Flexible*, B’ – *The Poor Entrepreneur*, C’ – *The Semi-Dependent* e D’ – *The Enjoyer*, para motoristas em tempo parcial). Marcados pela adaptabilidade, os elementos de tempo e contexto atuam como forças que limitam a área em que os indivíduos podem trabalhar e exercer a agência. Este estudo se junta a um movimento mais amplo que busca um melhor entendimento do fenômeno da *gig economy* e suas consequências.

**Palavras-chave:** Carreira Proteana. Uberização. Motoristas de aplicativos. Informalidade. Tipologia.

---

<sup>25</sup> Uma versão deste artigo foi apresentada no *36th EGOS Colloquium* (subtema 62 – *Time is of the Essence. Reviving the Temporal Perspective on Careers*) realizado em julho/2020 em Hamburgo/Alemanha (evento no formato *online*). Uma versão nacional deste trabalho foi apresentada no XLIV Encontro da Anpad - EnANPAD 2020 (tema 5 – “Admirável mundo (do trabalho) novo? carreiras em tempos de capitalismo flexível!”), realizado em outubro/2020 (evento no formato *on-line*).

**Referências:** Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2020b). Proteus looks around: agency, time and context in a Gig Economy career analysis. *36th EGOS Colloquium*; Vaclavik, M. C. & Oltramari, A. P. Proteu olha ao seu redor: agência, tempo e contexto em uma análise de carreira na *gig economy*. In XLIV Encontro da ANPAD - EnANPAD. Porto Alegre: ANPAD.

**Abstract**

*Contemporary career' studies like Protean Career Theory overemphasize individual action like adaptability and flexibility. It is important, though, to rescue elements that permeate and influence the individual's agency and career paths. The objective of this study is to discuss how the perspectives of 'time' and 'context,' in addition to the 'individual agency ability', could influence the career trajectories of workers from a typical gig economy activity. The qualitative analysis of data collected from 57 Brazilian app-based drivers interviewed enabled the development of an empirically based typology that shows the existence of eight profiles (types A – The 'In Between' Planner, B – The Good Unemployed, C – The Dependent e D – The Freedom Seeker, for full-time drivers; and types A' – The Flexible, B' – The Poor Entrepreneur, C' – The Semi-Dependent e D' – The Enjoyer, for part-time drivers) and different ways of adaptation, including how they experience the activity and how they redirect their professional paths. Although adaptability marks their career trajectory, the time and context elements act as forces that limit the area in which they can work and exercise agency. This study joins a broader movement on the career field and international studies that seek a better understanding of the gig economy phenomenon and its consequences. The emergence of app-based activities, which results from a particular time and technological context, brings different ways to adapt and change career plans.*

**Keywords:** *Gig economy. Contemporary Careers. App-based Drivers. Labor Market. Informality.*

## ARTIGO 5

### A BUSCA PELA AGÊNCIA: O SENTIDO DO TRABALHO PARA MOTORISTAS DE APLICATIVOS<sup>26</sup>

*THE AGENCY SEARCH:  
THE MEANING OF WORK FOR APP DRIVERS*

Marcia Cristiane Vaclavik  
Liana Haygert Pythan

#### Resumo

**Objetivo:** Este estudo objetiva investigar como motoristas de aplicativos de transporte estão atribuindo sentido ao seu trabalho, tomando como pressuposto teórico o modelo proposto por Rosso, Dekas & Wrzesniewski (2010).

**Originalidade/valor:** Internacionalmente, é considerado baixo o volume de pesquisas empíricas envolvendo mercados laborais digitais. Nacionalmente, pesquisas no contexto da Economia Compartilhada raramente enfocam a perspectiva laboral. Apesar de ser fenômeno em crescimento, não foram encontrados estudos sobre a produção de sentidos e significados do trabalho por motoristas de aplicativos.

**Design/metodologia/abordagem:** De natureza qualitativa e exploratória, esta pesquisa foi realizada com 37 motoristas de aplicativos no período entre maio e setembro de 2017, em Porto Alegre (RS). Selecionados aleatoriamente, os entrevistados foram acionados para um percurso de trabalho pelo mecanismo de aplicativos de transporte privado de passageiros em seu ambiente laboral. O conteúdo das entrevistas foi categorizado e analisado a partir do framework de Rosso et al. (2010).

**Resultados:** Foram encontrados elementos que remetem a todos os quadrantes do modelo: “auto-conexão”, “individualização”, “contribuição” e “unificação”. O sentido da atividade, entretanto, se expressa predominantemente no desejo, na busca e na valorização por agência, nos mecanismos de auto-eficácia e auto-gestão, em especial nas perspectivas financeira, de autonomia e flexibilidade. Esta pesquisa contribui ao interseccionar o estudo das transformações do mundo do trabalho e a construção de sentidos e significados, utilizando-se de um framework pouco utilizado nas pesquisas brasileiras. Além disso, colabora para ampliar o entendimento sobre a expansão dos mercados laborais digitais, em especial, nos seus impactos sobre os trabalhadores.

**Palavras-chave:** Sentido e significado do trabalho. Economia Compartilhada. Mercados Laborais digitais. *Gig Economy*. Motoristas de aplicativos.

---

<sup>26</sup> Este artigo foi publicado em língua inglesa na RAM – Revista de Administração Mackenzie sob o título de “*The agency search: The meaning of work for app drivers*”. A segunda autora, Liana H. Pithan, autorizou a inclusão deste artigo na tese aqui apresentada.

**Referência:** Vaclavik, M. C., & Pithan, L. H. (2018). The agency search: The meaning of work for app drivers. *Revista de Administração Mackenzie*, 19(5). doi:10.1590/1678-6971/eRAMG180080.



**Abstract**

**Purpose:** *This study aims to investigate how app drivers are giving meaning to their work, taking as a theoretical assumption the model proposed by Rosso, Dekas, & Wrzesniewski (2010).*

**Originality/value:** *Internationally, the volume of empirical research involving digital labor markets is considered to be low. Nationally, research in the context of Sharing Economy rarely focuses on the labor perspective. Despite being a growing phenomenon, no studies were found on the production of meanings and meaningfulness of work by app drivers.*

**Design/methodology/approach:** *This qualitative and exploratory research was carried out with 37 app drivers between May and September 2017, in Porto Alegre (RS, Brazil). Randomly selected, respondents were called to a work route by the transport application. The interviews' content was categorized and analyzed according to the framework of Rosso et al. (2010).*

**Findings:** *Elements that refer to all the model quadrants were found: "self-connection", "individuation", "contribution", and "unification". The predominant meaning, however, is desire, seeking and valuing by the agency, in the mechanisms of self-efficacy and self-management, especially in the financial, autonomy and flexibility perspectives. This research contributes to the intersection of the study of the labor world transformations and the construction of meanings and meaningfulness, using a framework little used in Brazilian research. It also collaborates to broaden the understanding of digital labor markets, especially their impact on workers.*

**Keywords:** *Meaning and meaningfulness of work. Sharing economy. Digital labor markets. Gig Economy. App drivers.*

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE

*“Nós sentimos, imaginamos, suspeitamos o que deve ser feito. Mas não podemos conhecer o aspecto e a forma que isso acabará assumindo. Podemos estar bem certos, contudo, de que esse aspecto não será familiar. Será bem diferente de tudo aquilo a que estamos acostumados.”*  
(Zygmunt Bauman)

Estudar o trabalho implica compreendê-lo, tal qual a sociedade na qual está inserido, em movimento e mutação. Não se pode, desse modo, ignorar que é fenômeno temporal e contextualmente situado e que seu desenvolvimento se insere em uma tessitura de transformações complexas, em um ambiente cada vez mais digital, automatizado e conectado. No final dos anos 1980, em dois trabalhos clássicos da área de RTs, Fischer (1987) e Fleury (1987) já destacavam a importância de compreender o trabalho a partir da sua relação com fatores socioculturais, econômicos, políticos e tecnológicos. Ao mesmo tempo condicionados e condicionantes, esses elementos atravessam as transformações vivenciadas nas últimas décadas e interferem diretamente nos modos da organização, gestão e execução do labor.

Escritos há mais de três décadas, esses textos seguramente poderiam ser utilizados em referência às atuais discussões sobre as realidades laborais. O contexto mudou, novas tecnologias e modelos de gestão emergiram e o trabalho segue em transformação, acompanhando esses movimentos. Nesse cenário, a discussão sobre a ascensão de fenômenos como a *gig economy* e os mercados laborais digitais tem crescido em importância como mais uma mutação relevante. Embora ainda possam ter pequena participação na alocação da mão de obra mundial (ILO, 2018b), reconhece-se o seu acelerado crescimento, mesmo em países de alta renda (ILO, 2020b), e já se admite a sua potencialidade para uma longa permanência na complexidade que é o mundo do trabalho (World Bank, 2019). No Brasil, o trabalho mediado por plataformas já é considerado relevante estatisticamente (IPEA, 2020), mesmo tendo começado a ganhar espaço há pouco mais de meia década. A velocidade com que tem crescido reflete questões de ordem estrutural relacionadas à ubiquidade tecnológica, mas também outras, vinculadas à organização do mercado de trabalho, aos modos como as instituições respondem a esses fenômenos e à forma como os indivíduos experienciam e dão significados a essas transformações.

No conjunto dos cinco estudos aqui apresentados, buscou-se **sustentar a tese** de que está em curso um processo de agenciamento do trabalho informal que se apresenta na formação e expansão de mercados laborais digitais através da *gig economy*. Nesses mercados, observa-se que grandes empresas multinacionais passam a mediar relações laborais através de plataformas on-line utilizando-se do trabalho informal. Esse fenômeno, nesta tese denominado “**empresariamento da informalidade**”, coloca o trabalho informal em outra escala, reorganizando e amplificando a informalidade e a ela imprimindo novos contornos, que se desdobram em diversas instâncias. Diante do surgimento de novos modos de organização econômica e laboral como a *gig economy*, há reflexos importantes que implicam (re)configurações do mercado de trabalho e carreira, com desdobramentos que se estendem para as relações laborais, organizações coletivas e trajetórias individuais. Para analisar essas mudanças e dar conta das novas configurações de flexibilidade que se apresentam, os aparatos teóricos existentes, especialmente no campo da Administração, sustentados basicamente na relação formal de emprego, precisam ser revisitados.

Assim, a partir da intenção de aprofundar o entendimento desse fenômeno em realidade brasileira, os cinco estudos que compõem esta tese tiveram como propósito a resolução do objetivo geral, qual seja: **compreender, a partir da formação e expansão de mercados laborais digitais característicos da *gig economy*, os desdobramentos do processo de empresariamento da informalidade e seus reflexos nos mercados de trabalho e carreiras.**

Para tanto, entre as possibilidades, escolheu-se como campo de análise a atividade de motorista de aplicativos, representante mundial e nacional do fenômeno. A atividade foi analisada teórica (Vaclavik, Rocha de Oliveira, & Oltramari, 2019b) e empiricamente, tanto nacional (Vaclavik, Rocha de Oliveira, & Oltramari, 2019c; Vaclavik & Oltramari, 2020) como localmente, neste caso considerando a cidade de Porto Alegre/RS e sua região metropolitana (Vaclavik, Rocha de Oliveira, & Oltramari, 2020b; Vaclavik & Pithan, 2018).

O conjunto composto nesta tese teve orientação qualitativa, adotando a bricolagem como postura de investigação (Denzin & Lincoln, 2006; Nunes, 2014). Para a exploração do campo, de modo a abarcar a complexidade que envolve o tema e as realidades laborais dos motoristas de aplicativos, foram utilizados processos investigativos distintos, que se entrecruzaram espacial e temporalmente. O aprofundamento teórico do tema possibilitou delinear os caminhos conceituais a serem seguidos nas demais fases da pesquisa e serviu como eixo para unir os artigos que compõem esta tese. As investigações empíricas ocorreram por meio de:

- a) vasta análise documental, que cobriu, a partir de 136 registros em um período de seis anos (2014-2019), os primeiros desdobramentos do processo de formação do mercado de trabalho da atividade de motoristas de aplicativo;
- b) pesquisa netnográfica, que utilizou a organicidade do campo em 1.162 interações de trabalhadores em uma rede social para investigação de temas diretamente vinculados à exploração das relações laborais em mercados de trabalho digitais (MTD) da atividade;
- c) entrevistas com dezenas de motoristas de aplicativos, a partir do que foi possível extrair, sob lentes teóricas e analíticas distintas, percepções e vivências daqueles que efetivamente tornam a atividade uma realidade no mercado de trabalho brasileiro.<sup>27</sup>

Reforça-se, ainda, que a intensa imersão da pesquisadora no campo empírico desde 2017 colocou em evidência a necessidade de adoção de uma conduta investigativa que considerasse a complexidade das emanções do campo. Essa postura, mantida com firmeza ao longo de toda a caminhada, serviu de guia para afastar as “tentações” de se lidar superficial e apaixonadamente com o tema.

Assim, o **objetivo geral** desta tese, que era compreender, a partir da formação e expansão de mercados laborais digitais característicos da *gig economy*, os desdobramentos do processo de empresariamento da informalidade e seus reflexos nos mercados de trabalho e carreiras, foi atendido por meio da consecução dos quatro objetivos específicos propostos, a partir do entrelaçamento dos cinco estudos apresentados, cujo resgate é feito a seguir.

#### **a) Desenvolver teoricamente o conceito do empresariamento da informalidade.**

O primeiro objetivo específico da tese foi atendido a partir do artigo teórico apresentado, cujo objetivo foi **promover a articulação entre os eixos da informalidade e do trabalho na *gig economy* para, então, avançar no conceito do empresariamento da informalidade.**

---

<sup>27</sup> Cabe mencionar também que, inicialmente, ventilou-se a possibilidade de realizar uma observação participante da pesquisadora a partir da sua atuação como motorista de aplicativo, considerando a riqueza de análise que tal estratégia de investigação seria capaz de suscitar. Porém a inserção no campo e os resultados de uma pesquisa conduzida por Vaclavik, Concolato e Oltramari (2018) levaram ao abandono da ideia, devido à realidade de insegurança e violência urbana que assola a categoria em todo o Brasil. Burg e Gomes (2018) alertam para a crescente onda de violência que atinge especificamente os motoristas, vítimas diárias de furtos, roubos e homicídios a taxas muito superiores que os demais cidadãos. Os autores apontam para a vulnerabilidade a que esses trabalhadores estão expostos, não apenas no Brasil, mas também em países economicamente mais desenvolvidos, como Austrália e Estados Unidos. A diferença entre o que ocorre nacionalmente e os dois países citados é que, no Brasil, são mínimas, senão inexistentes, as iniciativas tomadas pelo Poder Legislativo para proteção desses trabalhadores, ao passo que aqueles países já adotaram duras medidas visando à redução de práticas criminosas contra motoristas (Burg & Gomes, 2018).

A informalidade é marca histórica do mercado de trabalho brasileiro e faz parte da realidade cotidiana de milhões de trabalhadores. O empresariamento da informalidade, por sua vez, é fenômeno mundial que marca uma reconfiguração do espaço laboral informal, reorganizando-o, amplificando-o e imprimindo-lhe novos contornos. Ainda que a intermediação da busca por trabalho seja um mecanismo comum na dinâmica laboral (Guimarães, 2008a), ao adentrar massivamente no espaço informal ela coaduna-se a práticas marcadas por fragilidades no amparo legal e na proteção trabalhista e social.

É, por isso, processo analisado amplamente sob perspectiva crítica, que marca a adoção de palavras como “uberização” (Abílio, 2020; Fleming, 2017; Franco & Ferraz, 2019) e “plataformização” (Duarte & Guerra, 2020; Grohmann, 2020) em detrimento de expressões mais genéricas, como *gig economy*. Essa perspectiva, em geral, tem como foco de análise a precarização do trabalho intermediado por plataformas e é uma concepção bastante usual adotada em pesquisas sobre o tema, nacional e internacionalmente. Cabe reforçar a importância desse movimento, que joga luz a uma preocupação antiga, qual seja, a promoção do trabalho decente (OIT, 2009). Nessa linha, destaca-se o projeto *Fairwork* (Graham, 2020), que atua mundialmente no contexto da *gig economy* e *online work*, reconhecendo que esse não é um fenômeno passageiro. Ao contrário, talvez seja uma das mudanças mais significativas nas relações de trabalho dos últimos anos e tem afetado inúmeros países nos mais diversos graus de desenvolvimento. Os pesquisadores ligados ao projeto trabalham cooperativamente em diversas partes do mundo em busca do fortalecimento de cinco princípios básicos: remuneração, condições de trabalho, termos e condições contratuais, gerenciamento e representação (Graham, 2020).

Dada a complexidade do tema, há de se considerar, portanto, os riscos de uma supersimplificação ao se colocarem, de um lado, as plataformas, e, de outro, em mera oposição, os trabalhadores. Entre esses polos há, tal como exposto no primeiro capítulo desta tese, um emaranhado de considerações que se referem: à ubiquidade tecnológica e à vertiginosa evolução das tecnologias digitais; ao modo como os indivíduos reagem a esses processos, incluindo a perspectiva da aceitação, adoção e consumo, que se refletem na resposta das organizações, em especial no âmbito dos negócios; e ao posicionamento frequentemente adotado pela esfera pública, que não raro busca, no passado, diretrizes para o enfrentamento de desafios contemporâneos.

O empresariamento da informalidade é fenômeno ligado a um “despertar” para o enorme potencial da exploração econômica de atividades informais realizadas cotidianamente e

individualmente por bilhões de pessoas no mundo inteiro. Com a *gig economy*, atividades e trabalhadores que atuam na informalidade passam a ser controlados e geridos por grandes empresas multinacionais. Até então, esses indivíduos estavam fora do alcance, da gerência e até do interesse de grandes corporações<sup>28</sup>. No entanto, a partir da ideia do compartilhamento de serviços, com a intermediação das plataformas cria-se um novo estatuto laboral, em que são mescladas características de atividade formal, como controle, avaliação de desempenho e incentivos financeiros, e informal, pela natureza autônoma e pela falta de vínculo direto com a organização.

Além disso, a expansão desse fenômeno tem o potencial de afetar, pela via do trabalho e do consumo, outras esferas da vida. Em publicação recente, pesquisa realizada com 485 usuários brasileiros de aplicativos de transporte (Vaclavik, Macke, & Silva, 2020) mostrou que eles tendem a apresentar maior grau de confiança na plataforma do que em relação aos motoristas, o que demonstra maior valorização do aspecto tecnológico em detrimento do humano. Reforçando a necessidade de uma leitura macrocontextual, o empresariamento se refere não somente ao trabalho, mas também ao próprio modo de vida capitalista, fortemente ancorado no papel regulador das marcas nas relações de consumo (Sundararajan, 2016).

O empresariamento da informalidade, assim, vai se consolidando como um novo marco nas transformações do mundo do trabalho. Ao aproximar essas duas instâncias (o trabalho mediado por plataformas digitais e a informalidade), evidencia-se que o fenômeno ocorre não em um vácuo, mas em um contexto temporalmente situado que se mescla às características sócio-históricas de cada país. Para compreendê-lo, cabem investigações empíricas capazes de analisar os seus desdobramentos nos níveis macro, meso e micro e os impactos diretos e indiretos em diferentes mercados de trabalho, ocupações e carreiras.

## **b) Analisar o processo de formação do mercado de trabalho digital no contexto da atividade de motoristas de aplicativos.**

O segundo objetivo específico da tese foi atendido a partir do segundo artigo

---

<sup>28</sup> Cita-se aqui o trabalho de Ludmila Abílio, que analisou o trabalho de revendedoras de cosméticos e que já apontava, em outras palavras, o uso do trabalho informal agenciado por uma organização (Abílio, 2014). Entende-se, entretanto, que tal processo de empresariamento da informalidade era limitado e circunscrito por barreiras relacionadas a certo modelo de negócio e espaço geográfico e também por determinado tempo e contexto histórico. O que ocorre no fenômeno atual e que, nesta tese, denominamos “empresariamento da informalidade” é a utilização massiva da tecnologia, na ponta tanto da oferta quanto da demanda, que amplia o horizonte de exploração das atividades informais para um sem número de ocupações e campos de atuação, apresentando, assim, grande potencial para crescimento.

apresentado, cujo objetivo foi **compreender o processo de formação do mercado de trabalho digital no contexto da atividade de motoristas de aplicativos no Brasil, em que diferentes atores disputam espaços ainda em delimitação.**

Neste estudo, ingressou-se empiricamente no campo de análise, a partir de perspectiva macro, detalhando-se o processo de formação do MTD da atividade de motorista de aplicativos no Brasil. Ao fazê-lo, fixou-se o lócus de pesquisa no espaço brasileiro, visando a compreender como esse fenômeno adentrou e como está se estabelecendo e ganhando força como trabalho autônomo e informal. Reconhece-se que o fenômeno ocorre mundialmente, porém se entende a necessidade de análise situada, uma vez que há forte influência das peculiaridades locais e que demandam o exame empírico.

Para isso, partiu-se do entendimento de que o mercado de trabalho é um espaço social múltiplo, cujas estruturas são formadas e transformadas em um processo histórico por meio de disputas e movimentações dos atores que constituem esse campo (Rocha de Oliveira & Piccinini, 2011). Considerar a pluralidade de papéis e atores envolvidos é mecanismo particularmente útil para analisar movimentos contemporâneos de regulação do trabalho, que se mostram bastante complexos e plurais (Howe, 2017).

Assim, a partir da leitura e análise do desdobrar dos acontecimentos ocorridos ao longo do período compreendido entre 2014 e 2019, notou-se que o empresariamento da informalidade encontrou um ambiente favorável para adentrar e fixar-se. Além das baixas barreiras à entrada, características da atividade, o espaço social brasileiro acomoda percepções e práticas que se relacionam com o exercício laboral do motorista (seja ele de táxi ou de aplicativos). Com base nessas percepções, no *habitus* compartilhado, consolidou-se o entendimento do trabalho como serviço, reforçando a importância de se considerarem os elementos contextuais (pré e pós-existentes). Isso não foi suficiente, entretanto, para que o fenômeno se estabelecesse em ambiente de tranquilidade.

Disputas econômicas, entre o público e o privado, entre diferentes esferas de governo (Executivo, Judiciário e Legislativo e também municipal e federal) e entre grupos de trabalhadores (taxistas e motoristas de aplicativos), marcaram todo o processo, até que ele fosse, finalmente, ancorado legalmente sob a perspectiva da informalidade e do trabalho autônomo. Assim, ao longo do desenrolar das ações, foi possível observar que a preocupação com os aspectos laborais foi praticamente inexistente. Isso reforça a importância dos movimentos da sociedade civil, como já referido anteriormente, bem como dos movimentos de associação de

trabalhadores (análogos ao conceito de sindicatos), que buscam melhores condições laborais para os chamados *gig workers*.

Desse modo, o espaço de trabalho é delineado pelas plataformas, responsáveis por determinar as regras, as condições de atuação dos trabalhadores e, em alguns casos, até mesmo a sua permanência. Esse espaço contempla o antagonismo de percepções positivas e negativas a respeito da atividade (Mäntymäki, Baiyere, & Islam, 2019). De um lado, ela pode representar a oportunidade (muitas vezes ilusória) de “ser o próprio patrão”, noção que é tão cara aos trabalhadores brasileiros (Nogueira & Zucoloto, 2017), a flexibilidade e a possibilidade de uma melhor organização do binômio vida e trabalho, ou ainda ser uma alternativa ao desemprego ou às pressões do trabalho formal (Mäntymäki, Baiyere, & Islam, 2019). De outro, porém, revela os limites da atuação individual em uma relação autônomo-dependente, típica do empresariamento da informalidade, em que o trabalhador assume o risco do “seu” negócio, mas o controle da atividade e a determinação dos preços são feitos pela plataforma. Esse movimento no processo de gestão do trabalho tem sido chamado de gerenciamento algorítmico (Amorim & Moda, 2020; Mäntymäki, Baiyere, & Islam, 2019).

Nessa perspectiva, fica evidente a necessidade de longas jornadas diárias de trabalho – em parte porque o próprio crescimento da demanda (dada a ampla aceitação do serviço por parte do público consumidor) aumenta a concorrência de motoristas e derruba os preços.<sup>29</sup> Inclusive a noção de flexibilidade, uma das principais “bandeiras” do trabalho *gig*, é questionada quando o trabalhador é induzido, seja pela demanda, seja pelos incentivos dados pelas plataformas, a operar em determinados horários e dias da semana ou em datas festivas, como Natal e Ano-Novo. Para compreender as repercussões do desenrolar desse processo em território brasileiro, foi necessário avançar no entendimento dos níveis meso e micro, o que foi feito na consecução dos objetivos que seguem.

É necessário apontar, entretanto, que o fenômeno do empresariamento da informalidade, sob o ponto de vista histórico, não está sendo analisado retrospectivamente, já que é notadamente recente. É, pois, tema no gerúndio, que segue em processo de constante (des)acomodação. Um exemplo é que, após todo o processo de regulamentação da atividade no

---

<sup>29</sup> Através do acompanhamento dos relatos dos motoristas durante as viagens realizadas entre o período de 2017 a 2020, ficou claro que as plataformas reduziram as tarifas substancialmente ao longo dos anos. Tal constatação mostra um modelo de negócio cuja estratégia de penetração no mercado requer preços baixos ao usuário e incentivos aos motoristas, uma vez que depende tanto de volume de demanda de viagens quanto de oferta de serviços. Isso pode ser observado quando do ingresso da Uber em território nacional, e posteriormente quando do ingresso das concorrentes Cabify e 99, empresas que formam as “*big three*” do segmento no Brasil. Esse mesmo movimento pode ser observado em outras partes do mundo. O estudo de Mäntymäki, Baiyere e Islam (2019) é um exemplo em contexto norte-americano.



percurso entre 2014 e 2019, que retirou a atividade da clandestinidade, com notório desinteresse pela questão laboral, há, hoje, 38 projetos de lei tramitando em âmbito federal (sendo 31 na Câmara dos Deputados e sete no Senado) que versam exatamente sobre as relações de trabalho entre plataformas e trabalhadores. Considerando outras questões vinculadas essencialmente ao serviço, somam-se outros 30 projetos de lei (Aires, 2020). Do ponto de vista jurídico trabalhista nacional, ainda não há consenso nem jurisprudência formada, havendo decisões que se colocam tanto contrárias quanto favoráveis ao reconhecimento de vínculo empregatício (Aires, 2020).

**c) Analisar as heterogeneidades que compõem a força de trabalho da atividade de motoristas de aplicativos.**

O terceiro objetivo específico foi atendido a partir de dois estudos. O terceiro artigo apresentado nesta tese teve como objetivo **analisar como está se configurando o mercado de trabalho para motoristas de aplicativos nos níveis individual, ocupacional e sócio-histórico**. O quarto artigo, que objetivou **analisar como as perspectivas de “tempo” e “contexto”, além da “capacidade de agência individual”, podem influenciar as trajetórias de carreira dos trabalhadores em uma atividade característica da *gig economy***, também auxiliou na consecução desse objetivo específico, ao explorar, a partir da construção de uma tipologia, os diferentes perfis de trabalhadores do campo em análise nesta tese.

Partiu-se do entendimento de que, para compreender os desdobramentos do empresariamento da informalidade no Brasil, atentando para todos os antagonismos inerentes à atividade e que delineiam esse espaço laboral, é fundamental analisá-los empiricamente e considerar as vivências dos trabalhadores. Para tanto, nesta tese, entendeu-se ser indispensável considerar as realidades da conjuntura do mercado de trabalho – que, como visto no segundo artigo desta tese, é historicamente construído e constantemente reconfigurado pela formação e incorporação de normas sociais (Rocha de Oliveira & Piccinini, 2011) que orientam as ações de indivíduos, grupos e organizações nesse espaço (Misoczky, 2003).

Por meio da análise empreendida no terceiro estudo, pôde-se observar que o empresariamento da informalidade se manifesta de modos distintos e em diferentes níveis na reconfiguração do mercado de trabalho. Através de um modelo analítico que considerou a inter-relação entre três instâncias de adequação dos trabalhadores – ambiente sócio-histórico, ocupacional e individual –, reconheceu-se a capacidade de agência do trabalhador motorista, cujo ingresso na atividade é, com frequência, motivado pela necessidade. Entretanto

identificou-se, também, que a alta capacidade adaptativa dos trabalhadores não está desconexa de questões mais amplas, marcadas por determinado tempo e contexto histórico.

No quarto estudo, em linha com essa constatação, foram entrevistados 57 motoristas de aplicativos, cujas vivências na atividade foram analisadas a partir do cruzamento das dimensões “permanência” e “qualificação”. Assim, foi possível construir uma tipologia empiricamente fundamentada na existência de oito classificações para os motoristas de aplicativos. Entre eles, foram identificados quatro tipos de motoristas que atuam em tempo integral (Tipo A – *The ‘In Between’ Planner*; Tipo B – *The Good Unemployed*; Tipo C – *The Dependent*; Tipo D – *The Freedom Seeker*) e quatro tipos que atuam em tempo parcial (Tipo A’ – *The Flexible*; Tipo B’ – *The Poor Entrepreneur*; Tipo C’ – *The Semi-Dependent*; Tipo D’ – *The Enjoyer*).

O reconhecimento da existência dessa ampla heterogeneidade entre os trabalhadores que atuam como motoristas de aplicativos e os distintos modos como vivenciam a ocupação na atividade se revelou crucial para a análise do fenômeno do empresariamento da informalidade. Caso contrário, correr-se-ia o risco de cair no argumento simplista de que, uma vez que as plataformas não geram valor por si só, mas sim a partir da relação mediada entre consumidores e trabalhadores, “as oportunidades de trabalho que [elas] criam precisam ser mais atraentes do que as opções externas no mercado de trabalho”, sob pena de se extinguirem por falta de oferta de serviços (Coyle, 2017, p. 5, tradução nossa). A própria noção do que é ou não “atraente”, entretanto, envolve uma miríade de possibilidades, estas em geral também refletidas na própria atividade, sob aspectos positivos e negativos ressaltados pelos próprios trabalhadores, tanto nacional quanto internacionalmente. Além disso, Noronha (2003, p. 121) já apontava para a complexidade da aceitação social de determinados tipos de trabalho, entre eles o informal, uma vez que se entrecruzam “noções de necessidade pessoal, de eficiência, de éticas pessoais e familiares, de justiça e de valores, normas e hábitos socialmente definidos”. Ademais, como Cacciamali (2000) já destacava há 20 anos, é necessário considerar, também, as relações e os contrastes entre o formal e o informal.

Assim, compreender o enredo que leva as pessoas a aderirem ao formato laboral decorrente do empresariamento da informalidade e a ele se adequarem, bem como entender a perenidade desse movimento não são meramente perguntas empíricas que se esgotam nelas mesmas. São, pois, caminhos analíticos que têm muito a dizer sobre as idiossincrasias do mercado de trabalho observado. As particularidades refletidas nas heterogeneidades se referem não apenas às mazelas do universo informal, mas também a uma complexa rede da qual é constituído o próprio o mercado de trabalho, incluindo-se a formalidade e a semiformalidade.

Tomando esse entendimento como postura de análise, revela-se uma dificuldade objetiva para se determinar se os trabalhos da *gig economy* são bons ou ruins (Kalleberg & Dunn, 2016). Como foi defendido no terceiro artigo desta tese, há pontos de tensão (Goods Veen, & Barratt, 2019) entre perspectivas coletivas (como o contexto socioeconômico mais amplo onde o trabalhador está inserido e que faz determinada atividade ser aceitável ou não) e individuais (como circunstâncias, estágio da vida, necessidade de renda, posição relativa no mercado de trabalho e alternativas percebidas). Essas tensões, permeadas por questões sócio-históricas, ocupacionais e individuais, se manifestam na adequação à atividade. A partir delas, os motoristas constroem narrativas em cima dos *trade-offs* das vantagens e desvantagens que percebem (Josserand & Kaine, 2019; Mäntymäki, Baiyere, & Islam, 2019).

Nos estudos apresentados nesta tese, os aspectos precários da atividade evidenciaram-se a partir das falas dos trabalhadores e coadunam-se a outros estudos, nacionais e internacionais. Destacam-se longas jornadas, altos custos, instabilidade nos ganhos e gerenciamento pelas plataformas (o que reflete, inclusive, no senso de autonomia e na noção de liberdade e flexibilidade). Também foram ressaltados o desamparo e os riscos a que os motoristas estão expostos, especialmente em relação à violência urbana, como já destacaram Vaclavik, Concolato e Oltramari (2018).

Entretanto é fundamental ressaltar que, no Brasil, o padrão de trabalho decente esteve muitas vezes fora de alcance de boa parte dos trabalhadores, mesmo daqueles alocados na formalidade. A consecução deste objetivo específico revelou inquietações presentes nas falas dos trabalhadores também no que se refere ao trabalho formal. Em relação a isso, cabe considerar que mesmo a formalidade, para ser utilizada como base de comparação, necessita ser analisada sob um aspecto ampliado, uma vez que não está desconexa de questões mais amplas que marcam o mercado de trabalho brasileiro. Assim, nota-se que também ela apresenta nuances de precariedade laboral quando há, numa ponta, baixos salários e altas barreiras para o ingresso (potencialmente ampliados em cenário de altas taxas de desemprego por anos seguidos e histórico baixo nível de qualificação da mão de obra) e, em outra, uma considerável carga de pressão, cobrança e submissão à hierarquia. Cabe ressaltar que, de acordo com o IBGE, o rendimento médio de um trabalhador brasileiro equivale, apenas, a pouco mais de dois salários mínimos (Brasil, 2020a).

Revela-se, assim, a sinuosidade das trajetórias pessoais desses trabalhadores, em geral habituados a se adaptar às mudanças econômicas ou tecnológicas que, periodicamente, reconfiguram seu trabalho e sua vida. A heterogeneidade que compõe a massa de trabalhadores

envolvidos no empresariamento da informalidade revela que a atividade se apresenta a eles de modos distintos e reforça a necessidade de se observar o fenômeno em relação a outros elementos que se referem a aspectos de ordem macro, meso e micro.

Portanto, segue-se para o quarto e último objetivo específico desta tese, em certa medida também relacionado ao intuito de analisar as heterogeneidades que compõem a força de trabalho do campo em estudo. Desta vez, adentrou-se na discussão sobre carreiras e produção de sentido, visando a aprofundar o entendimento das repercussões do fenômeno do empresariamento da informalidade na vida dos trabalhadores da *gig economy*.

**d) Analisar os desdobramentos da consolidação da *gig economy* sob a ótica das carreiras e da produção de sentido.**

O quarto e último objetivo desta tese permitiu a ligação dos contextos meso e micro, sendo atendido a partir do quarto e do quinto artigo, que marcaram a aproximação da pesquisadora e da tese às vivências dos motoristas, por meio de entrevistas.

No quarto artigo, a análise das trajetórias profissionais desses trabalhadores reforçou o entendimento de que as carreiras estão intimamente ligadas às particularidades dos mercados de trabalho em que operam. Nesse sentido, tratar sobre carreiras implica lidar com “questões mais amplas e fundamentais, como as envolvidas na relação trabalho, sujeito, organizações e sociedade” (Bendassolli, 2009, p. 388). Ao longo das últimas décadas, observaram-se as transformações das relações de trabalho tradicionais, “materializada[s] pela crise do emprego; pela transformação dos vínculos indivíduo-organização; pela não linearidade das carreiras; e pela reinstitucionalização do trabalho enquanto experiência, fluxo e contexto de desafios para o sujeito” (Bendassolli, 2009, p. 394). Com isso, houve grande impacto na forma como os indivíduos passaram a lidar com o trabalho ao longo da vida profissional. A capacidade de agência, de adaptação, de mobilização de competências – em suma, de transformação pessoal (Baruch & Vardi, 2016; Briscoe, Hall, & De Muth., 2006; Hall, 1996, 2004) – passa a ser um imperativo, instituído em uma aura de glorificação não realista do sujeito agente (Baruch & Vardi, 2016; Bendassolli, 2009). Essa é a essência da teoria da carreira proteana, que, focada na ação individual, considera as dimensões de tempo e contexto apenas secundariamente.

Entretanto, no estudo apresentado nesta tese, em linha com o fio condutor que o une aos demais artigos, reforçou-se o entendimento de que a existência de condições tecnológicas específicas, características de um determinado tempo histórico, associadas às peculiaridades

locais que governam as relações de trabalho influenciam a agência do indivíduo em suas trajetórias de carreira. Nesse sentido, ao analisar o contexto brasileiro (cuja adaptabilidade e flexibilidade são a marca dos trabalhadores não apenas por vontade, mas por necessidade) através da atividade de motoristas de aplicativos, foi possível trazer contribuições tanto para as discussões contemporâneas sobre teorias de carreira quanto para ampliar o entendimento sobre os desdobramentos da *gig economy*. Partiu-se do entendimento de que o ator/trabalhador, o contexto e o tempo em que a carreira acontece são instâncias entrelaçadas e mutuamente dependentes, operando em um “espaço social limitado” (Gunz & Mayrhofer, 2015, p. 4).

Notou-se, entre os entrevistados, a primazia de motoristas em tempo integral, do sexo masculino e com baixa qualificação. Além disso, destacam-se os resultados numericamente semelhantes entre os que desejam permanecer e os que desejam abandonar a atividade. Analisados em detalhe, os dados revelaram discrepâncias que podem ser correlacionadas (ainda que não se possa atestar a causalidade) ao grau de qualificação: a quantidade de motoristas entrevistados com baixa qualificação que pretende permanecer na atividade é semelhante à dos que pretendem abandoná-la; já no estrato de maior qualificação, o número dos que almejam sair da atividade é significativamente maior do que aqueles que desejam permanecer. A tipologia apresentada joga luz a outras questões que dizem respeito, inclusive, às ineficiências do mercado formal de trabalho, evidenciando o “desencanto” em relação às atividades empresariais tradicionais.

Foi possível perceber que o empresariamento da informalidade na atividade de motoristas de aplicativos impacta esses trabalhadores de maneiras muito distintas, revelando a importância de uma análise que englobe a historicidade do mercado de trabalho brasileiro. Isso permitiu analisar o trabalho em plataformas para além de questões circunstanciais, relacionadas às crises econômicas e altas taxas de desemprego, ou seja, para além de um entendimento um tanto quanto “senso comum” de que a ocupação de motoristas seria apenas o intermeio entre o desemprego e o emprego – o papel social do “bom desempregado” (Guimarães, 2012, p. 124). Tempo e contexto agem como forças que competem com ou completam a agência individual e limitam – ainda que não impeçam – a área em que uma pessoa pode atuar profissionalmente e exercer sua capacidade de gestão e controle.

O conjunto dessas constatações permite explorar uma nova possibilidade para a discussão das carreiras contemporâneas. Em especial, considerando a abrangência da *gig economy* (que não está circunscrita à atividade analisada nesta tese), abrem-se promissores espaços de investigação. O conceito de *gig career*, esboçado timidamente no primeiro capítulo

desta tese, liga-se ao que Bendassolli (2009, p. 388) chama de “humor de época”, em que a necessidade de uma postura mais proativa frente à transformação dos mercados de trabalho e das carreiras tradicionais segue se impondo. Diante das ineficiências dos mercados formais e das inúmeras possibilidades que se abrem com o desenvolvimento de novas tecnologias, trabalhadores com as mais diversas habilidades e níveis de conhecimento são ou empurrados à *gig economy* pela necessidade imediata de subsistência, ou atraídos pela positividade contida na noção de liberdade e flexibilidade laboral. Nesse sentido, a ideia de viver o trabalho como uma experiência alia-se a novos modos de pensar e viver que fazem parte do espaço social no qual todos estão inseridos.

Por outro lado, é notório que o modelo apresenta lacunas importantes, que já estão sendo percebidas por algumas organizações que agenciam esse tipo de trabalho. “Benefícios de uma carreira. Flexibilidade do formato *gig*. Escolha ambos” (Career Gig, 2020)<sup>30</sup> é o que anuncia uma empresa de agenciamento de *freelancers*, evidenciando a possibilidade de conseguir trabalhos que permitam o acesso a planos de saúde, aposentadoria e outras vantagens – ainda que o perfil de trabalhadores que muitas dessas organizações almejam alcançar esteja distante do campo abordado nesta tese. Contextos turbulentos em uma sociedade hiperconectada têm demandado das plataformas uma atuação mais socialmente responsável. A resposta, entretanto, nem sempre acompanha as demandas nas suas necessidades mais imediatas (Fairwork, 2020).

Assim, o empresariamento da informalidade que caracteriza a *gig economy* vai se provando, cada vez mais, já ser uma realidade no mundo trabalho. Compreender os contextos nos quais as *gig careers* surgem e se desenvolvem, em toda a sua heterogeneidade e complexidade, é fundamental. Reforça-se, em linha com o que é defendido ao longo dos estudos aqui apresentados, que esse fenômeno é espacial e temporalmente situado e que a sua análise precisa considerar diversos fatores, sob pena de se cair em análises dicotômicas que não alcancem a profundidade das transformações que já se apresentam.

No último artigo que compõe esta tese, o objetivo foi **investigar como motoristas de aplicativos de transporte estão atribuindo sentido ao seu trabalho, tomando como pressuposto teórico o modelo proposto por Rosso, Dekas e Wrzesniewski (2010)**. Na fala dos 37 motoristas entrevistados, notou-se a predominância do quadrante “individualização” e das dimensões “agência” e “eu”. Destacou-se, assim, o aspecto instrumental (Andrade, Tolfo, & Dellagnelo, 2012) e a lógica financeira atribuídos ao sentido do trabalho.

---

<sup>30</sup> Tradução livre de “*Career Benefits. Gig Flexibility. Choose Both*”, veiculado no site da empresa Career Gig (<https://www.careergig.com>).

Neste estudo, investigou-se o que ocorre na “ponta” do empresariamento da informalidade, ou seja, na execução da atividade de motorista propriamente dita, em especial na condição dos trabalhadores que atuam em tempo integral. Diante da predominância da perspectiva financeira, notam-se desdobramentos que se estendem para além da percepção do sentido atribuído e declarado. A própria noção de tempo se precifica e o ócio vira desperdício. O trabalho do motorista é gerido em função dos ganhos imediatos, em que o faturamento é contabilizado cumulativamente em cada corrida. No trabalho formal mais tradicional, ainda que existam exceções, a relação entre o labor e o dinheiro se dá de forma menos direta e instantânea.

A gestão do trabalho pautada na recompensa imediata tem implicações diretas na saúde mental e física do trabalhador. A *gamificação* como método de gestão do labor pode levar ao vício e à compulsão pelo trabalho, onde são frequentes as longas jornadas e a exaustão física. Parar de trabalhar significa perder faturamento e não alcançar as metas autoestabelecidas. Transparece, assim, uma autogestão rigorosa que beira a autoexploração. A ideia da meritocracia pelo trabalho árduo foi uma constante no processo de leitura e escuta dos relatos dos trabalhadores nos estudos que se aproximaram do campo pelas falas dos motoristas. Quando tantos motoristas declaram uma necessidade de afastamento do trabalho organizacional tradicional e das inerentes pressões por resultados, o trabalho informal empresariado e autogerido mostra pontos que os aproximam.

A ocupação de motorista de aplicativo, na visão de alguns, tem pouco valor social, revelando uma necessidade de se autoperceber na condição de “estar motorista”, e não de “ser motorista”. Reforça-se aqui que a atividade pode e é executada por trabalhadores advindos de uma grande diversidade de ocupações e profissões<sup>31</sup> que não estão, necessariamente, vinculadas ao ofício de motorista profissional. Entretanto a necessidade de renda e as longas jornadas de trabalho, não raro superiores a dez horas diárias, mostram-se também como um empecilho quando há o desejo de sair da atividade, uma vez que não é exequível, para muitos, que consigam se preparar ou se qualificar para buscar outra atividade. O trabalho por aplicativo traz vantagens financeiras, mas, em alguns casos, também pode “aprisionar” o trabalhador. Assim, ao comparar a situação presente com atividades do passado, as projeções e possibilidades futuras podem ser comprometidas pelo horizonte de possibilidades vislumbrado.

---

<sup>31</sup> Ao longo da caminhada doutoral, a pesquisadora deparou-se com motoristas de diversas profissões de origem, como jornalistas, músicos, professores, estudantes, advogados, representantes comerciais, detetives, donas-de-casa, assistentes sociais, auxiliares administrativos, garçons, bancários, militares, policiais, aposentados, dentre tantas outras. Encontrou-se, também, com muitos motoristas de profissão que atuavam na direção de caminhões e ônibus e também ex-taxistas. Ainda, ao longo das viagens realizadas, foram três casos em que os motoristas tinham deficiência auditiva.

Enquanto para alguns a atividade representa a sobrevivência e manifesta-se como uma estratégia de curto prazo, para outros representa um meio para alcançar outros fins, e para outros, ainda, é o próprio caminho a seguir. Os diversos perfis encontrados ao longo de anos de imersão em campo revelam que o empresariamento da informalidade não é fenômeno a ser analisado simplificada ou dicotomicamente. Ademais, reforça-se que, nesta tese, observou-se apenas uma das inúmeras atividades da *gig economy*, restando ainda um contingente imenso de exploração investigativa. Para isso, destaca-se a importância de análises temporal e contextualmente situadas que possam dar conta de analisar mais uma transformação dos padrões laborais.

### 3.1 CONTRIBUIÇÕES, ORIGINALIDADE E INEDITISMO DA TESE

Dado o exposto até aqui, ao defender que é preciso avançar na análise das relações laborais contemporâneas, que não mais se caracterizam apenas como relações de emprego, entende-se que a tese apresentada traz contribuições que reforçam o seu ineditismo e originalidade, pois, por meio dela:

- a) cunhou-se teoricamente a expressão “empresariamento da informalidade”, fenômeno temporalmente situado, nesta tese utilizada para descrever e analisar uma atividade típica da *gig economy* e seus desdobramentos, tomando como base analítica o trabalho informal. Considerando a amplitude das atividades da *gig economy*, destaca-se o potencial de exploração desse conceito para além da atividade de motorista de aplicativos;
- b) explorou-se a *gig economy* e a atividade de motorista de aplicativo em diferentes níveis, aprofundando a análise a partir dos desdobramentos do fenômeno nos níveis macro, meso e micro;
- c) adotou-se uma postura não dicotômica e não pautada, *a priori*, no binômio bom/ruim, buscando compreender como o fenômeno vincula-se ao contexto sócio-histórico brasileiro – este marcado por características peculiares que atravessam o mercado de trabalho, as trajetórias e carreiras individuais e o próprio modo como os trabalhadores veem o seu trabalho e a ele atribuem sentido;
- d) analisou-se o fenômeno a partir da noção de mercado de trabalho, introduzindo a discussão sobre mercados de trabalho/laborais digitais (MTDs/MLDs) na pesquisa científica nacional em Administração;



- e) detalhou-se o processo de formação do MTD da atividade de motorista de aplicativos no Brasil, entendendo-o como um espaço de disputas historicamente construído (Rocha de Oliveira & Piccinini, 2011), bem como se analisou o MTD da atividade a partir de uma noção ampliada em três níveis analíticos: sócio-histórico, ocupacional e individual;
- f) avançou-se teoricamente na concepção de carreiras contemporâneas, ao utilizar as dimensões de tempo, contexto e agência individual na análise de uma atividade típica do fenômeno da *gig economy*, tomando como base as trajetórias de carreira dos trabalhadores motoristas de aplicativo;
- g) situou-se a discussão de carreiras contemporâneas a partir de uma realidade de país em desenvolvimento. Atende-se, assim, ao chamado de Briscoe et al. (2018, p. 119), para quem é importante expandir a compreensão dos aspectos das carreiras além dos países WEIRD (ou seja, “ocidentais, educados, industrializados, ricos e democráticos”);
- h) construiu-se uma tipologia empiricamente fundamentada dos motoristas de aplicativos, dividindo-os em oito tipos que reforçam a heterogeneidade e a complexidade dos estudos nesse campo e contexto. A partir dessa constatação, espera-se contribuir com análises futuras sobre o campo e/ou tema, reforçando a necessidade de olhares plurais capazes de abarcar as diversas realidades que se apresentam;
- i) integrou-se o estudo das transformações do mundo do trabalho e a construção de sentidos e significados, unindo temas que, em geral, são discutidos isoladamente. Reforça-se, também nesse aspecto, o esforço empreendido para a integração dos desdobramentos do fenômeno em análise nas instâncias macro a micro;
- j) utilizou-se de um percurso metodológico amplo e diverso, fundamentado em processos rigorosos, distintos e complementares entre si. Os resultados apresentados baseiam-se em ampla pesquisa documental, registros de diários de campo e entrevistas com dezenas de trabalhadores. Além disso, inovou-se ao utilizar, como base de pesquisa, a organicidade do campo em pesquisa netnográfica, sendo possível investigar o tema em profundidade a partir de tópicos de interesse e gerados pelos próprios trabalhadores.

### 3.2 ARTICULAÇÃO CRONO-TEÓRICO-METODOLÓGICA

Cabe reforçar, transcorrida a longa caminhada que culmina na apresentação e defesa desta tese, que o próprio objeto de investigação – ou, quem sabe, a percepção que se tem sobre ele e sobre o modo como se apresenta – foi se transformando no decorrer do período. Essa constatação ganha força quando se percebem as entregas concretas derivadas desse percurso construtivo. Considerando que esta tese é constituída de cinco estudos independentes (ainda que complementares entre si), elaborados em diferentes momentos ao longo de alguns anos, entende-se ser importante um resgate que possibilite, ao leitor, um olhar transversal que possa unificar as distintas manifestações que ora se apresentam.

No ensaio teórico, etapa mandatória e importante da caminhada doutoral, que foi elaborado em 2017 em um primeiro esforço de compreensão sobre o tema, foram articulados os eixos das relações de trabalho e mercados laborais digitais. O “pano de fundo” utilizado foi, então, a economia compartilhada. Àquela época, ainda eram incipientes os trabalhos nacionais publicados sobre o assunto. Apesar do interesse da literatura internacional, no tocante às pesquisas brasileiras que tratavam a respeito da economia compartilhada, notou-se que havia uma diversidade de enfoques para a compreensão do fenômeno, mas raros eram aqueles que abordavam a perspectiva laboral. Naquele momento, em linha com autores internacionais, era necessário discutir como a ideia de compartilhamento se vinculava ao labor, em especial considerando as múltiplas facetas que o compartilhar passava a assumir a partir da mediação tecnológica. Assim, as primeiras publicações e apresentações de trabalhos em congressos, derivados desta tese, também assumiram essas características.

Com o passar do tempo, como o fenômeno começa a ganhar força e visibilidade, percebe-se que ele começa a ser interpretado com distanciamento da concepção de economia compartilhada e passa a assumir uma identidade própria, donde reforça-se o uso da expressão “*gig economy*”. Assim, as publicações internacionais que tratam da mediação do trabalho, salvo algumas exceções, passam a manifestar o desapego à perspectiva da qual se originou, mostrando o amadurecimento analítico da comunidade acadêmica sobre o assunto. Como tema contemporâneo, heterogêneo e vivo que é, também a partir da noção da *gig economy* surgem derivações, que refletem, em certa medida, os modos de interpretá-lo. O termo “uberização”, bastante utilizado nas análises de cunho mais crítico, já pouco se vincula à (já remota, ainda que recente) noção de compartilhamento, acompanhado de outras derivações como “plataformização” ou “algoritimização”. Hoje, com a ampliação dos estudos sobre o trabalho em plataformas e com a consolidação de modelos de negócios baseados nestas premissas, a

utilização da perspectiva de compartilhamento perde importância e vai diminuindo sensivelmente. As publicações sob tema, agora contando com maior bagagem investigativa, tendem a ser mais diretas e interessadas no entendimento e nos desdobramentos do fenômeno.

Importa ainda destacar, para além da terminologia utilizada, que o próprio problema de pesquisa também vai se complexificando, à medida em que se aprofundam as incursões a campo. Os artigos que compõem esta tese diferem entre si não apenas nas perspectivas teórico-analíticas utilizadas, mas também nos momentos de elaboração, execução e apresentação. Assim, o primeiro artigo do que viria a ser esta “coletânea” começou a ser elaborado ainda em 2017 e foi publicado já em 2018, ao passo que os últimos foram apresentados recentemente, em 2020. A ordem de apresentação dos cinco estudos realizados não reflete, portanto, a linearidade temporal da sua construção. Para substanciar a tese defendida, os artigos foram organizados a partir de perspectivas que refletem as instâncias macro, meso e micro, centralizadas a partir do conceito de empresariamento da informalidade.

Temporalmente, o primeiro artigo elaborado foi o estudo “A Busca pela Agência: o sentido do trabalho para motoristas de aplicativos”. Após, entre 2018 e 2019 foram elaborados e apresentados os estudos “A Formação de Mercados de Trabalho Digitais: o caso do transporte por aplicativos no Brasil” e “Empresariando a Informalidade: um debate teórico à luz dos novos modos de organização do trabalho”. Entre 2019 e 2020 foi elaborado e apresentado o estudo “Proteu Olha ao Seu Redor: agência, tempo e contexto em uma análise de carreira na *gig economy*”. O último estudo que faz parte desta tese, “O mercado de Trabalho de Motoristas de Aplicativos: uma proposição analítica a partir de uma pesquisa netnográfica” foi o último estudo a ser finalizado e apresentado à comunidade acadêmica.

Metodologicamente, como já citado, a realização dos cinco estudos e a presença em campo através de diferentes possibilidades (presencial e/ou virtual) revelou a necessidade de distintas formas de construção e análise do(s) problema(s) de pesquisa. A complexificação das análises e o fortalecimento do argumento central da tese, pautado no conceito do empresariamento da informalidade, revelou a necessidade da abordagem do problema por diferentes meios. Se as investigações teórica e documental podem transparecer um certo afastamento do trabalhador, as dezenas de entrevistas realizadas com os motoristas revelaram a importância dessa aproximação.

Ao todo, no decorrer da caminhada doutoral, a pesquisadora-usuária realizou mais de 500 viagens em aplicativos de transporte, no período entre janeiro de 2017 e março de 2020. Desses encontros ao acaso com tantos motoristas, emergiram entrevistas, notas de campo,

registros e insights – nem todas as viagens, frisa-se, concretizaram-se em material concreto para a investigação. Além disso, cabe mencionar a participação em diversos grupos de WhatsApp e Facebook, o que permitiu acompanhar a realidade cotidiana, por vezes dura e fria, por vezes calorosa e amigável, a partir da expressão livre desses incansáveis trabalhadores no enfrentamento de tantas adversidades que a eles se apresentam. O acompanhamento dessas rotinas, assim como o tracking diário de notícias sobre o tema, imprimiu suas marcas no modo como essa tese foi planejada e concebida. Essa profunda imersão no campo, ainda que alguns de seus atos não tivessem propósito metodológico utilitarista, fez parte da construção do resultado que aqui se apresenta, pois não há como descolar as observações da pessoa-pesquisadora das vivências da pessoa-usuária e da pessoa-cidadã.

Questionamentos sobre como uma corrida pode se concretizar em uma entrevista surgiram. Cabe destacar, e esta é uma constatação relevante, que ao revelar aos trabalhadores a existência da pesquisa, era comum perceber que o interesse da pesquisadora era traduzido no sentimento de reconhecimento ao trabalho por eles executado. A necessidade de fala e escuta dos trabalhadores motoristas também é uma observação importante: tanato tinham a dizer, e para tão poucos podiam compartilhar sobre as agruras do que é ser/estar motorista de aplicativo.

### 3.3 LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Ainda que o conjunto composto por esta tese, na articulação entre as três partes principais que a compõem, tenha possibilitado avançar na compreensão dos desdobramentos do processo de empresariamento da informalidade e seus reflexos nos mercados de trabalho e carreiras no contexto da *gig economy*, reconhece-se que há limitações que restringem o seu alcance. Inicialmente, cabe apontar que o fenômeno estudado foi circunscrito a uma das suas manifestações concretas, qual seja: o campo dos motoristas de aplicativos. Há diversas outras possibilidades investigativas empíricas que implicam outros olhares e interpretações para a *gig economy*. Cita-se também como limitação importante a barreira geográfica, que restringiu a pesquisa empírica por meio de entrevistas à cidade de Porto Alegre e região metropolitana (apesar de as pesquisas documental e netnográfica realizadas serem uma tentativa de amenizar essa limitação e ampliar o alcance da análise). Ademais, os estudos apresentados referem-se a uma “fotografia” do que foi observado no momento da incursão a campo. Estudos longitudinais que possam acompanhar os trabalhadores em um período de tempo mais longo, considerando diferentes momentos do contexto em níveis macro, meso e micro, podem ajudar na compreensão dos desdobramentos do empresariamento da informalidade em suas trajetórias.

Além disso, há, em cada um dos estudos apresentados, limitações que, se superadas, podem auxiliar a apreensão de diferentes possibilidades analíticas tanto para o campo aqui estudado quanto para outras manifestações da *gig economy*.

Entende-se que as contribuições deixadas por esta tese extrapolam as contribuições dos cinco estudos apresentados. Analogamente, os espaços deixados em aberto em cada uma das perspectivas de análise adotadas e pelas limitações desses estudos, que atravessam os espaços macro, meso e micro, permitem a continuação da exploração da *gig economy* e do entendimento dos reflexos de mais uma reconfiguração do mercado de trabalho. Perguntas não respondidas e campos não explorados nesta tese delineiam possíveis sugestões de estudos futuros, entre as quais persistem algumas indagações:

- Como as plataformas e seus modelos de negócio estão lidando com as pressões de um ambiente cada vez mais conectado e demandante de responsabilidade social corporativa, incluindo-se aí a perspectiva laboral, em meio à “cultura do cancelamento”?
- Como a relação entre trabalho e consumo, basilar na forma como os negócios da *gig economy* e da economia de plataforma operam, pode ser explorada a partir de uma visão integradora?
- Qual responsabilidade cabe aos consumidores no avanço de formatos laborais cada vez mais flexíveis nas relações de trabalho?
- Como a *gig economy* tem se manifestado em outros países (desenvolvidos e em desenvolvimento) nos níveis macro, meso e micro?
- Qual é o papel das organizações coletivas no contexto da *gig economy*, notadamente competitiva e marcada pela individualidade das relações e aparente fragilidade dos laços?
- Quais são os reflexos da incorporação de práticas laborais típicas da *gig economy* em formas organizacionais tradicionais de trabalho? Como a área de Gestão de Pessoas está se preparando para lidar com essas “inovações” na administração das relações de trabalho?
- As relações “plataformizadas” podem substituir a força dos laços (Guimarães, 2012) nos novos modos de busca por trabalho?
- Como as repetições de ciclos de trabalhos de curto prazo e, conseqüentemente, novos ciclos de transformação e adaptação moldam a carreira dos jovens trabalhadores? Como os indivíduos reagem subjetiva e psicologicamente a essa constante necessidade de autorreinvenção?

- Como esse cenário turbulento, que envolve constantes readaptações em uma perspectiva de *lifelong learning*, afeta a gestão de carreira de trabalhadores de meia-idade?
- Como é possível avançar no conceito de *gig careers*?
- Seria possível encontrar características proteanas (Briscoe & Hall, 2006; Hall, 2004) em *gig workers*? Em caso afirmativo, seria essa gestão de carreira diferente da gestão de outras trajetórias profissionais?
- Como a gestão das carreiras na *gig economy* difere (distanciando-se ou aproximando-se) em realidades distintas, especialmente naquelas em que os trabalhadores precisam lidar com alta precariedade do trabalho e altas taxas de informalidade?
- Quais são os limites entre a promoção do “regime constitucional da livre iniciativa” e a promoção do trabalho decente? Entendendo que vivemos em ambiente globalmente conectado, como se coadunam a necessidade de manter-se competitivo e a necessidade de avançar no desenvolvimento do bem-estar social da população? Qual é o papel do poder público nesse processo?
- Conseguirá o Direito do Trabalho, como instituição, acompanhar as velozes transformações do espaço laboral que extrapolam as barreiras geográficas entre países?

Diante de tantas questões que restam em aberto, cabe retomar Briscoe et al. (2018, pp. 141-142), segundo os quais as análises das carreiras (ao que se acrescenta, por consequência, tudo o que envolve as relações de trabalho) necessitam ser percebidas e exploradas considerando que o espaço de vida e labor, goste-se ou não, é um ambiente “volátil, incerto, complexo e ambíguo”<sup>32</sup> – espaços estes que são permeados por poderosas forças “políticas, econômicas, militares, sociais, religiosas, tecnológicas”. Com afirmam Berg et al. (2018, p. 1), “o trabalho em plataformas laborais digitais é novo e é emblemático do trabalho do futuro”. Assim, é necessário avançar nas discussões de modo a considerar todos os possíveis desdobramentos desse formato, que pode tanto representar possibilidades de ganhos extras, maior liberdade, equilíbrio entre vida e trabalho e exploração de oportunidades que ultrapassam as fronteiras geográficas, como pode traduzir-se em precarização, vulnerabilidades e piora das condições de labor e vida, afastando-se cada vez mais da ideia de trabalho decente. Não se pode desconsiderar que a natureza do trabalho na *gig economy* envolve concepções que variam entre o manual e o cognitivo e entre o altamente qualificado e o comoditizado.

---

<sup>32</sup> Os autores referem-se ao acrônimo VUCA, que em língua inglesa corresponde a (*V*)olatile, (*U*)ncertain, (*C*)omplex and (*A*)mbiguous (Johansen, 2012).

Reforça-se, assim, a necessidade de ampliar os olhares para o trabalho informal nas suas diversas manifestações, incluindo-se aqueles ligados à *gig economy* e ao surgimento de (novos) mercados de trabalho digitais. Ainda que haja esforços no sentido de buscar ações que visam a promover a “transição da economia informal para a economia formal” (OIT, 2014, p. 5), é mais provável que o caminho seja o oposto, dadas as transformações que ora estamos vivenciando. Afinal, não é recente a constatação de que o trabalho assalariado vem perdendo espaço nas realidades contemporâneas (Holzmann, 2006).

Se, por um lado, o processo de “algoritimização” das relações de trabalho, característico do empresariamento da informalidade, assim como de outras relações, mostra uma face nefasta de intensificação da precarização e vulnerabilidades, por outro, não está ele mesmo desconexo da sociedade na qual está inserida, sendo dela também fruto. As imposições que ora se apresentam consolidam mudanças na formatação dos mercados de trabalho e trajetórias profissionais, mas também se referem a (novos) modos de viver a vida. Mudanças essas que precisam ser analisadas para além das dualidades e dicotomias aparentes, investindo-se na exploração das zonas cinzentas, que nem sempre se mostram nas superfícies das múltiplas configurações que assumem.

## **POSFÁCIO: OS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A GIG ECONOMY E O TRABALHO EM PLATAFORMAS**

Desde o início de 2020, o mundo passou a olhar com cautela para a expansão de um novo surto de contaminação em humanos, causado por um tipo de coronavírus, o SARS-CoV-2 (do inglês *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*), cuja doença infecciosa foi denominada Covid-19 (do inglês *coronavirus disease 2019*) (Wu, Wu, Liu, & Yang, 2020). Em meados de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) categorizou a Covid-19 como pandemia. Com isso, buscando encontrar meios de frear a proliferação da doença<sup>33</sup>, diversos países passaram a adotar a recomendação de órgãos internacionais de saúde para que fossem evitadas ao máximo aglomerações e contato físico entre pessoas. Os impactos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19 seguem desdobrando-se mundialmente, atingindo países em diferentes momentos e com intensidades distintas.

Com o fechamento parcial do comércio e de indústrias e a redução da circulação de pessoas, houve impacto também nas relações que permeiam o trabalho. Considerando o contexto e o campo que envolve esta tese, houve impacto direto na atividade de transporte de pessoas por aplicativos. Tanto os motoristas ficaram receosos em relação à exposição ao vírus e à possibilidade (real) de contaminação quanto o volume de viagens realizadas diminuiu de forma drástica, afetando duramente aqueles que utilizam a atividade como fonte de renda, e também o faturamento das plataformas.

As empresas passaram a veicular informes para seus usuários e utilizaram seus *websites* para comunicar ações tomadas. Entre elas, foram feitos investimentos da ordem de milhões de reais em programas de segurança e assistência social a motoristas, serviço de higienização de veículos e mochilas de entrega, disponibilização de kits de proteção aos trabalhadores e até instalação de divisórias de proteção entre os bancos de motoristas e passageiros. Foram instauradas novas políticas de segurança, como a obrigatoriedade do uso de máscara para passageiros e motoristas (Uber, 2020a). Projetos de alcance mundial, como o Fairwork, já voltaram seus olhares para os desdobramentos da pandemia, marcante acontecimento, senão o maior de nosso século, no âmbito da *gig economy* (Fairwork, 2020).

---

<sup>33</sup> No momento em que este capítulo é escrito (13/9/2020), já são mais de 28,6 milhões de casos no mundo, contabilizando 917.417 vidas perdidas. O Brasil já contabilizou 4,3 milhões de casos e 131.210 mortes. Os números seguem em tendência de alta no mundo.



Considerando a recomendação de circular o mínimo possível, muitas pessoas passaram a utilizar massivamente o serviço de entrega por aplicativos<sup>34</sup>, que ocorre, em geral, por meio de motocicletas e bicicletas. Assim, no âmbito da *gig economy*, essa atividade passou a ganhar mais espaço sob os holofotes, evidenciando as condições de trabalho dos entregadores. No Brasil, acompanhou-se o crescimento de um forte movimento coletivo que culminou com uma greve nacional de entregadores em 1.º de julho (Oliveira, 2020). Nesse contexto, a Uber lançou novas categorias em seu aplicativo: além das viagens por carro e *delivery* de comida, agora estão disponíveis, em algumas cidades, as opções “Mercado” (com a qual é possível comprar produtos, por meio do aplicativo, em redes conveniadas<sup>35</sup>) e “Flash” (a partir da qual é possível enviar itens para outras pessoas sem a necessidade de deslocamento, mantendo a máxima “evite sair de casa”).

Em uma atmosfera de medo coletivo, os impactos da pandemia não estão circunscritos ao universo *gig*. Bilhões de pessoas no mundo todo e milhões de negócios estão sendo afetados, nas mais diversas áreas, com prejuízos incalculáveis, tanto no mundo dos negócios como nas quase um milhão de vidas já perdidas. O mundo vai experimentando cada vez mais a sua condição VUCA (Johansen, 2012). Cabe o acompanhamento próximo do impacto dessas volatilidades, incertezas, complexidades e ambiguidades nos novos modos de organização econômica e laboral. A ver.

---

<sup>34</sup> Entre as empresas que prestam esse tipo de serviço e agenciam o trabalho de entregadores por aplicativos, estão a UberEats, a Rappi, a iFood e a Loggi.

<sup>35</sup> Entre as redes conveniadas, estão as marcas Carrefour, Big, Atacadão, Sam’s Club, Cobasi e Cacao Show.

## REFERÊNCIAS

- Abílio, L. C. (2014). *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo.
- Abílio, L. C. (2020). Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, 34(98). <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.00>
- Abraham, K., Haltiwanger, J., Sandusky, K., & Spletzer, J. (2018). Measuring the gig economy: current knowledge and open issues. *National Bureau of Economic Research Working Paper*, 24950. <https://doi.org/10.3386/w24950>
- Agência Senado. (2017a, setembro 20). Regulamentação de aplicativos para transporte de passageiros deve avançar na próxima semana. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias>
- Agência Senado. (2017b, outubro 10). Representantes da Uber entregam 815 mil assinaturas contra o PLC 28/2017. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias>
- Aires, A. (2020, Agosto 30). Ao menos 38 projetos no Congresso tentam regrad relações de trabalho por aplicativo. *GZH Economia*. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/08/ao-menos-38-projetos-no-congresso-tentam-regrad-relacoes-de-trabalho-por-aplicativo-ckehuypg0001s013150q3ek5i.html>
- Allan, B. A., Autin, K. L., & Duffy, R. D. (2014). Examining Social Class and Work Meaning Within the Psychology of Working Framework. *Journal of Career Assessment*, 22(4), 543-561. <https://doi.org/10.1177/1069072713514811>
- Amorim, H., & Moda, F. B. (2020). Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. *Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos*, 22(1), 59-71. <https://doi.org/doi:10.4013/fem.2020.221.06>
- Andrade, S. P. C., Tolfo, S. R., & Dellagnelo, E. H. L. (2012). Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a Administração e a Psicologia. *RAC*, 16(2), 200-216.
- Arthur, M. B., Hall, D. T., & Lawrence, B. S. (1989). Generating new directions in career theory: the case for a transdisciplinary approach. In M. B. Arthur, D. T. Hall, & B. S. Lawrence (Eds.), *Handbook of Career Theory* (pp. 7-25). New York: Cambridge University Press.
- Bajwa, U., Knorr, L., Di-Ruggiero, E., Gastaldo, D., & Zendel, A. (2018). *Towards an understanding of workers' experiences in the global gig economy*. Toronto: Global Migration & Health Initiative. <https://www.glomhi.org/gigs.html>
- Balaram, B., Warden, J., & Wallace-Stephens, F. (2017, April). *Good gigs: a fairer future for the UK's gig economy*. London: RSA and Mangopay.
- Baldry, C., Brain, P., Taylor, P., Hyman, J., Scholarios, D., Marks, A., Watson, A., Gilbert, K., Gall, G., & Bunzel, D. (2007). *The meaning of work in the new economy*. London:

Palgrave Macmillan.

Balliester, T., & Elsheikhi, A. (2018). The future of work: a literature review. *Research Department Working Paper*, 29.

Balza, G. (2019, Junho 5). Brasil já tem mais de 5 milhões trabalhando para aplicativos. *CBN*. <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/262853/brasil-ja-tem-mais-de-5-milhoes-trabalhando-para-a.htm>

Barbosa, A. F. (2016). O mercado de trabalho: uma perspectiva de longa duração. *Estudos Avançados*, 30(87), 1-22. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870002>

Barbosa, R. J. (2019). Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). *IPEA – Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 67(59-70).

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Baruch, Y., & Vardi, Y. (2016). A fresh look at the dark side of contemporary careers: toward a realistic discourse. *British Journal of Management*, 27(2), 355-372. <https://doi.org/10.1111/1467-8551.12107>

Bastos, R. L. A. (2011). Desemprego tecnológico. In A. D. Cattani & L. Holzmann (Eds.), *Dicionário de Trabalho e Tecnologia* (pp. 105-108). Porto Alegre: Zouk.

Bauman, Z. (2007). *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Baumgarten, M., & Holzmann, L. (2011a). Reestruturação produtiva. In A. D. Cattani & L. Holzmann (Eds.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 315-319). Porto Alegre: Zouk.

Baumgarten, M., & Holzmann, L. (2011b). Tecnologia. In A. D. Cattani & L. Holzmann (Eds.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 391-398). Porto Alegre: Zouk.

Belk, R. (2007). Why not share rather than own? *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. [https://www.researchgate.net/publication/258125200\\_Why\\_Not\\_Share\\_Rather\\_than\\_Own](https://www.researchgate.net/publication/258125200_Why_Not_Share_Rather_than_Own)

Belk, R. (2014a). Sharing versus pseudo-sharing in web 2.0. *Anthropologist*, 18(1), 7-23. <https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1630.3842>

Belk, R. (2014b). You are what you can access: sharing and collaborative consumption online. *Journal of Business Research*, 67(8), 1595-1600. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2013.10.001>

Bendassolli, P. F. (2009). Recomposição da relação sujeito-trabalho nos modelos emergentes de carreira. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 49(4). <https://doi.org/10.1590/S0034-75902009000400003>

Bendassolli, P. F., & Gondim, S. M. G. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 32(1), 131-147. <https://doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09>

- Benevides, T. M., Almeida, D. R. de, Cunha, E. A., & Mendes, J. F. (2014). Sentidos do trabalho para os policiais militares do estado da Bahia: uma primeira análise. *Revista Gestão e Conexões*, 3(2), 181-197. <https://doi.org/10.13071/regec.2317-5087.2014.3.2.8394.181-197>
- Benkler, Y. (2011). *The penguin and the leviathan*. New York: Crown Business.
- Berg, J. (2016). *Income security in the on-demand economy: findings and policy lessons from a survey of crowdworkers*. Geneva: ILO.
- Berg, J., Furrer, M., Harmon, E., Rani, U., & Silberman, M. S. (2018). *Digital labour platforms and the future of work*. Geneva: ILO.  
[https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_645337/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_645337/lang--en/index.htm)
- Berg, J., & Johnston, H. (2019). Too good to be true? A comment on Hall and Krueger's analysis of the labor market for Uber's driver-partners. *ILR Review*, 72(1), 39-68.  
<https://doi.org/10.1177/0019793918798593>
- Bergvall-Kåreborn, B., & Howcroft, D. (2014). Amazon Mechanical Turk and the commodification of labour. *New Technology, Work and Employment*, 29(3).  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1111/ntwe.12038>
- Boas, A. A. V., & Morin, E. M. (2016). Sentido do trabalho e fatores de qualidade de vida no trabalho: a percepção de professores brasileiros e canadenses. *Revista Alcance*, 23, 272-292.  
<https://doi.org/alcance.v23n3.p272-292>
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Borchardt, P., & Bianco, M. de F. (2016). Meanings of volunteer work: a study with members of a lutheran institution. *RAM*, 17(5), 61-84.
- Borzaga, C., Salvatori, G., & Bodini, R. (2017). *Social and solidarity economy and the future of work*. Geneva: ILO.
- Botsman, R. (2013, November). The sharing economy lacks a shared definition. *Fast Company*. <https://www.fastcompany.com/3022028/the-sharing-economy-lacks-a-shared-definition>
- Botsman, R., & Rogers, R. (2011). *O que é meu é seu: como o consumo colaborativo vai mudar o nosso mundo*. Porto Alegre: Bookman.
- Bourdieu, P. (1996). *The state nobility: elite schools in the field of power*. Stanford: Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (2001). *As estruturas sociais da economia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27-40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Brasil. (2015). *Projeto de lei n.º 1.667/2015*. Câmara dos Deputados.
- Brasil. (2017). *Projeto de lei n.º 28*. Câmara dos Deputados.

- Brasil. (2018). Lei n.º 13.640, de 26 de março de 2018. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2019a). Decreto n.º 9.792. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2019b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Terceiro Trimestre de 2018*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Brasil. (2019c). Resolução n.º 148, de 2 de agosto de 2019. *Diário Oficial da União*, 305. <http://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-148-de-2-de-agosto-de-2019-209517410>
- Brasil. (2020a). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Primeiro trimestre de 2020*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Brasil. (2020b). *PNAD Contínua: educação 2019*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Brescia, R. H. (2016). Regulating the sharing economy: new and old insights into an oversight regime for the peer-to-peer economy. *Nebraska Law Review*, 95(1), 60. <http://digitalcommons.unl.edu/nlr/vol95/iss1/4>
- Briscoe, J. P., Dickmann, M., Hall, T., Parry, E., Mayrhofer, W., & Smale, A. (2018). Career success in different countries: reflections on the 5C Project. In M. Dickmann, V. Suutari, & O. Wurtz (Eds.), *The management of global careers* (pp. 117–148). London: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-76529-7\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-319-76529-7_5)
- Briscoe, J. P., & Hall, D. T. (2006). The interplay of boundaryless and protean careers: combinations and implications. *Journal of Vocational Behavior*, 69(1), 4-18. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2005.09.002>
- Briscoe, J. P., Hall, D. T., & De Muth, R. L. F. (2006). Protean and boundaryless careers: an empirical exploration. *Journal of Vocational Behavior*, 69(1), 30-47. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2005.09.003>
- Burg, D. A., & Gomes, G. (2018, Abril 20). Violência seletiva que afeta a mobilidade urbana. *Estadão*. <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/violencia-seletiva-que-afeta-a-mobilidade-urbana/>
- Cacciamali, M. C. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, 14, 153-174.
- Cacciamali, M. C. (2007). (Pré-)conceito sobre o setor informal, reflexões parciais embora instigantes. *Revista Econômica*, 9(1), 145-168. <https://doi.org/10.22409/economica.9i1.p140>
- Cacciamali, M. C., Ribeiro, R., & Macambira, J. (2011). *Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho*. São Paulo: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo.
- Campos, M., & Saraiva, L. A. S. (2014). O trabalho, suas representações e sentidos: da demissão à recontração de trabalhadores. *E&G – Revista Economia e Gestão*, 14(36), 31–56.
- Career Gig. (2020). Freelancers & companies: there is a better way. *Career Gig*. <https://www.careergig.com>

- Carelli, R. D. L. (2019). O terraplanismo jurídico, a Uber e o STJ. *Jota*. [https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-terraplanismo-juridico-a-uber-e-o-stj-06092019?utm\\_source=JOTAFullList](https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-terraplanismo-juridico-a-uber-e-o-stj-06092019?utm_source=JOTAFullList)
- Carr, C. T., Hall, R. D., Mason, A. J., & Varney, E. J. (2017). Cueing employability in the gig economy: effects of task-relevant and task-irrelevant information on Fiverr. *Management Communication Quarterly*, 20. <https://doi.org/10.1177/0893318916687397>
- Carvalho Neto, A. (2012). Relações de trabalho e gestão de pessoas: entre o macro e o micro? Provocações epistemológicas. *REGE – Revista de Gestão*, 19(2), 297-306. <https://doi.org/10.5700/rege424>
- Casaca, S. F. (2006). Flexibilidade, precariedade e relações de gênero nos novos sectores dos serviços. In V. Piccinini, L. Holzmann, I. Kovács, & V. N. Guimarães (Eds.), *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Castells, M. (2010). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede* (6a ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Cattani, A. D. (2014). *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos.
- Cattani, A. D., & Holzmann, L. (2012). *Dicionário de trabalho e tecnologia* (3ª ed.). Porto Alegre: Zouk.
- Cavalcanti, H. T. Si., & Abreu, N. R. (2019). Netnografia aplicada à pesquisa de marketing sobre trocas nos relacionamentos virtuais: análise da experiência no aplicativo Tinder. *Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 43.
- Chen, M. (2018). The future of informal work. The future of statistics on informal work. *International Conference of Labour Statisticians*, 20.
- Chen, M. A. (2012). The informal economy: definitions, theories and policies. *Wiego Working Paper*, 1.
- Cherry, M. A. (2016). Beyond misclassification: the digital transformation of work. *Comparative Labor Law and Policy Journal*, 37(3).
- Chetty, K., Qigui, L., Gcora, N., Josie, J., Wenwei, L., & Fang, C. (2018). Bridging the digital divide: measuring digital literacy. *Economics*, 12(23), 1-20. <http://hdl.handle.net/10419/177899>
- Cho, J., & Trent, A. (2006). Validity in qualitative research revisited. *Qualitative Research*, 6(3), 319-340. <https://doi.org/10.1177/1468794106065006>
- Codagnone, C., Abadie, F., & Biagi, F. (2016). The future of work in the “sharing economy”: market efficiency and equitable opportunities or unfair precarisation? *JRC Science for Policy Report*, 1-100. <https://doi.org/10.2791/431485>
- Codagnone, C., Biagi, F., & Abadie, F. (2016). The passions and the interests: unpacking the “sharing economy”. *JRC Science for Policy Report*, 1-160. <https://doi.org/10.2791/47455>

- Cohen, B., & Kietzmann, J. (2014). Ride On! Mobility business models for the sharing economy. *Organization & Environment*, 27(3), 279-296. <https://doi.org/10.1177/1086026614546199>
- Colomby, R. K., & Vaclavik, M. C. (2018). O sentido do trabalho nos mercados laborais digitais: em busca de entendimentos a partir do olhar de motoristas de aplicativos. *V Red Pílares*.
- Comin, A. A. (2008). Mudando sem sair do lugar: emprego e estrutura ocupacional em São Paulo. In N. A. Guimarães, A. Cardoso, P. Elias, & K. Purcell (Eds.), *Mercados de trabalho e oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil* (pp. 181-230). São Paulo: Editora FGV.
- Concolato, C. P., & Oltramari, A. P. (2017). Relações de trabalho: reflexões sobre suas transformações e permanências. *Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – En GPR*, 7.
- Cotanda, F. C. (2011). Trabalho, sociedade e sociologia. In C. H. Horn & F. C. Cotanda (Eds.), *Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares* (pp. 41-57). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Coyle, D. (2017). Precarious and productive work in the digital economy. *National Institute Economic Review*, 240, 5-14.
- Danaher, M. (2015). Have you heard the term “gig workers” yet? You will. *Employment Law Matters*. <http://www.employmentlawmatters.net/2015/12/articles/flsa/have-you-heard-the-term-gig-workers-yet-you-will/>
- De Groen, W. P., Lenaerts, K., Bosc, R., & Paquier, F. (2017). *Impact of digitalisation and the on-demand economy on labour markets and the consequences for employment and industrial relations*. European Economic and Social Committee. [https://www.ceps.eu/system/files/EESC\\_Digitalisation.pdf](https://www.ceps.eu/system/files/EESC_Digitalisation.pdf)
- De Stefano, V. (2017). *The rise of the “just-in-time workforce”: on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”*. Geneva: ILO.
- De Stefano, V. (2018). *“Negotiating the algorithm”: automation, artificial intelligence and labour protection*. Geneva: ILO.
- Degryse, C. (2016). Digitalisation of the economy and its impact on labour markets. *ETUI Research Paper*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2730550>
- Deloitte. (2015). Challenges and solutions for the digital transformation and use of exponential technologies. *Delloite*.
- Deloitte. (2017). *Rewriting the rules for the digital age*. Deloitte University Press.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2006). *O planejamento da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Donini, A., Forlivesi, M., Rota, A., & Tullini, P. (2017). Towards collective protections for crowdworkers : Italy, Spain and France in the EU context. *Transfer*, 23(2), 207-223.

<https://doi.org/10.1177/1024258916688863>

Donovan, S. A., Bradley, D. H., & Shimabukuro, J. O. (2016). What does the gig economy mean for workers? *Congressional Research Service*, 1-20.  
<https://fas.org/sgp/crs/misc/R44365.pdf>

Duarte, F. C. P., & Guerra, A. (2020). Plataformização e trabalho algorítmico: contribuições dos Estudos de Plataforma para o fenômeno da uberização. *Revista Eptic*, 22(2).

Echikson, W. (2017). The internet and jobs: a giant opportunity for Europe. *CEPS Policy Insight*, 2017-38.

Elgot, J. (2017, February 17). John McDonnell: we must stop “Uberisation” of the workplace. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/technology/2017/feb/17/john-mcdonnell-we-must-stop-uberisation-of-the-workplace>

Ernst, E., Merola, R., & Samaan, D. (2018). *The economics of artificial intelligence: Implications for the future of work*. Geneva: ILO.

Etzioni, A. (2018). Benefits for Gig Workers. *Challenge*, 61(3), 255-268.  
<https://doi.org/10.1080/05775132.2018.1477475>

Eurofound. (2015). *New forms of employment*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2806/937385>

Eurofound. (2016). *New forms of employment: developing the potential of strategic employee sharing*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.  
<https://doi.org/10.2806/539027>

Eurofound. (2018). *Employment and working conditions of selected types of platform work*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. <https://doi.org/10.2806/42948>

Eurofound, & International Labour Office. (2017). *Working anytime, anywhere: the effects on the world of work*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.  
<https://doi.org/10.2806/372726>

Fairwork. (2020). *The gig economy and Covid-19: looking ahead*. Oxford: Fairwork.

Ferrell, O. C., Ferrell, L., & Huggins, K. (2017). Seismic shifts in the sharing economy: shaking up marketing channels and supply chains. *Journal of Marketing Channels*, 24(1-2), 3-12. <https://doi.org/10.1080/1046669X.2017.1346973>

Fincato, D. P. (2017). Reforma laboral no Brasil – Tópicos. In J. L. Forteza; D. P. Fincato; E. L. Silva (Eds.), *Colóquio Hispano-Brasileiro: Direito do Trabalho e Reformas*. Cascavel: Univel.

Findlay, P., Kalleberg, A. L., & Warhurst, C. (2013). The challenge of job quality. *Human Relations*, 66(4), 441-451. <https://doi.org/10.1177/0018726713481070>

Findlay, P., & Thompson, P. (2017). Contemporary work: its meanings and demands. *Journal of Industrial Relations*, 59(2), 122-138. <https://doi.org/10.1177/0022185616672251>



- Fischer, R. M. (1987). Pondo os pingos nos Is sobre as relações do trabalho e políticas de administração de recursos humanos. In M. T. L. Fleury & R. M. Fischer (Eds.), *Processo e relações do trabalho no Brasil* (2a ed.) (pp. 19-50). São Paulo: Atlas.
- Flanagan, F. (2018). Theorising the gig economy and home-based service work. *Journal of Industrial Relations*, 61(1). <https://doi.org/10.1177/0022185618800518>
- Fleming, P. (2017). The human capital hoax: work, debt and insecurity in the era of uberization. *Organization Studies*, 38(5), 691-709. <https://doi.org/10.1177/0170840616686129>
- Fleury, A. C. C. (1987). Organização do trabalho na indústria: recolocando a questão nos anos 80. In M. T. L. Fleury & R. M. Fischer (Eds.), *Processo e relações do trabalho no Brasil* (pp. 51-66). São Paulo: Atlas.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Florisson, R., & Mandl, I. (2018). Platform work: types and implications for work and employment. *Literature Review*, Working Paper WPEF18004.
- Fraga, A. M., & Rocha-de-Oliveira, S. (2020). Mobilidades no labirinto: tensionando as fronteiras nas carreiras de mulheres. *Cadernos EBAPE.BR*. Early view. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/81298>
- Franco, D. S., & Ferraz, D. L. S. (2019). Uberização do trabalho e acumulação capitalista. *Cadernos EBAPE.BR*, 17, ed. esp. 844-856.
- Freeman, S. (2015). “Uberization” of everything is happening, but not every “Uber” will succeed. *HuffPost*. [https://www.huffingtonpost.ca/2015/04/01/uberization-uber-of-everything\\_n\\_6971752.html](https://www.huffingtonpost.ca/2015/04/01/uberization-uber-of-everything_n_6971752.html)
- Frey, C. B., & Osborne, M. A. (2017). The future of employment: how susceptible are jobs to computerisation? *Technological Forecasting & Social Change*, 114, 254-280. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.08.019>
- Friedman, S. (2016). Habitus clivé and the emotional imprint of social mobility. *The Sociological Review*, 64(1), 129-147. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1111/1467-954X.12280>
- Garay, A. (2011). Gestão. In A. D. Cattani & L. Holzmann (Eds.), *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp. 209-211). Porto Alegre: Zouk.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como doença social*. Aparecida: Idéias e Letras.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª). Atlas.
- Goods, C., Veen, A., & Barratt, T. (2019). “Is your gig any good?” Analysing job quality in the Australian platform-based food-delivery sector. *Journal of Industrial Relations*, 61(4). <https://doi.org/10.1177/0022185618817069>
- Graham, M. (2020). *Fairwork*. <https://fair.work/?lang=en>

- Graham, M., & Anwar, M. A. (2018). Digital labour. In J. Ash, R. Kitchin, & A. Leszczynski (Eds.), *Digital geographies* (pp. 1-9). London: Sage.  
[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2991099](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2991099)
- Graham, M., Hjorth, I., & Lehdonvirta, V. (2017). Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. *Transfer*, 23(2), 135-162. <https://doi.org/10.1177/1024258916687250>
- Graham, M., & Shaw, J. (2017a). *Towards a Fairer gig economy*. London: Meatspace Press.
- Graham, M., & Shaw, J. (2017b). Towards another world of gig work. In M. Graham & J. Shaw (Eds.), *Towards a fairer gig economy* (pp. 4-6). London: Meatspace Press.
- Graham, M., & Woodcock, J. (2018). Towards a fairer platform economy: introducing the fairwork foundation. *Alternate Routes*, 29, 242-253.  
<http://www.alternateroutes.ca/index.php/ar/article/view/22455/18249>
- Grohmann, R. (2020). Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. *Revista Eptic*, 22(1).
- Guimarães, N. A. (2008a). Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 51(2), 275-311.
- Guimarães, N. A. (2008b). Novos fenômenos, novas medidas? In N. A. Guimarães, A. Cardoso, P. Elias, & K. Purcell (Eds.), *Mercados de trabalho e oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil* (pp. 121-160). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Guimarães, N. A. (2009). A sociologia dos mercados de trabalho ontem e hoje. *Novos Estudos Cebrap*, 85, 151-170. <https://doi.org/10.1016/j.quaint.2014.09.016>
- Guimarães, N. A. (2012). À procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho? *Novos Estudos Cebrap*, 93, 123-143. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000200009>
- Guimarães, N. A., Cardoso, A., Elias, P., & Purcell, K. (2008). *Mercados de trabalho e oportunidades: reestruturação econômica, mudança ocupacional e desigualdade na Inglaterra e no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Gunz, H., & Mayrhofer, W. (2015). The social chronology framework: a multiperspective approach to career studies. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.2595568>
- Gunz, H., & Mayrhofer, W. (2018). *Rethinking career studies. Facilitating conversation across boundaries with the social chronology framework*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hall, D. T. (1976). *Careers in organizations*. Glenview: Scott Foresman & Co.
- Hall, D. T. (1996). Protean careers of the 21st century. *Academy of Management Executive*, 10(4), 8-16. <https://doi.org/10.5465/ame.1996.3145315>

- Hall, D. T. (2004). The protean career: a quarter-century journey. *Journal of Vocational Behavior*, 65(1), 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2003.10.006>
- Hawlicscek, F., Teubner, T., Adam, M. T. P., Borchers, N. S., Möhlmann, M., & Weinhardt, C. (2016). Trust in the sharing economy: an experimental framework. *International Conference on Information Systems (ICIS)*, 37. <https://doi.org/10.5771/0042-059X-2016-1-26>
- Holzmann, L. (2006). A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. In V. Piccinini, L. Holzmann, I. Kovács, & V. N. Guimarães (Eds.), *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Holzmann, L. (2014). O futuro do trabalho: perspectivas para 2021. In A. D. Cattani (Ed.), *Trabalho: horizonte 2021* (p. 182). Porto Alegre: Escritos.
- Hooley, T., & Borbély-Pecze, T. B. (2018). *Understanding how work opportunities are changing*. Seoul: Krivet.
- Horn, C. H., & Cotanda, F. C. (2011). *Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Houaiss, A., & Villar, M. de S. (2001). *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Howe, J. (2017). Labour regulation now and in the future: current trends and emerging themes. *Journal of Industrial Relations*, 59(2), 209-224. <https://doi.org/10.1177/0022185616671352>
- IBGE. (2018a). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Segundo Trimestre de 2018. *IBGE*.
- IBGE. (2018b). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. *Estudos & Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica*, 39.
- ILO. (2015). Recommendation 2014. *International Labour Conference*, 104. <https://doi.org/10.1080/00405002008631115>
- ILO. (2016). *Non-standard employment around the world: understanding challenges, shaping prospects*. Geneva: ILO.
- ILO. (2017a). *Inception report for the Global Commission on the Future of Work*. Geneva: ILO.
- ILO. (2017b). Strengthening social protection for the future of work. *Meeting of the G20 Employment Working Group*, 2.
- ILO. (2017c). *World Employment Social Outlook: trends 2017*. Geneva: ILO.
- ILO. (2018a). Conceptual framework for statistics on the work relationships. *International Conference of Labour Statisticians*, 20.
- ILO. (2018b, February). Informality and non-standard forms of employment. *G20 Employment Working Group*.

[http://www.g20.utoronto.ca/2018/g20\\_paper\\_on\\_nse\\_and\\_formalization\\_ilo.pdf](http://www.g20.utoronto.ca/2018/g20_paper_on_nse_and_formalization_ilo.pdf)

ILO. (2018c). *Women and men in the informal economy: a statistical picture* (3rd ed.) Geneva: ILO.

ILO. (2018d). *World employment and social outlook: trends 2018*. Geneva: ILO.  
[https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2018/WCMS\\_615594/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2018/WCMS_615594/lang--en/index.htm)

ILO. (2019). *World employment and social outlook: trends 2019*. Geneva: ILO.  
[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_615594.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_615594.pdf)

ILO. (2020a). World employment and social outlook. Data finder. *ILO*.  
<https://www.ilo.org/wesodata/?chart=Z2VuZGVyPVsiVG90YWwiXSZ1bml0PSJSYXRliiZzZWV0b3I9WyJJbmR1c3RyeSIsIiNlcnZpY2VzIiwQWdyaWN1bHR1cmUiXSZ5ZWV0b3I9WyJ1bVtcGxveW11bnQiXSZzdGF0dXM9WyJFbXBsb3llZXMiLCJFbXBsb3llcnMiLCJXb3JraW5>

ILO. (2020b). *World employment and social outlook: trends 2020*. Geneva: ILO.

IPEA. (2018). *Mercado de trabalho: conjuntura e análise, 1*.

IPEA. (2019a). *Carta de Conjuntura IPEA: mercado de trabalho, 43* (2.º trim.).

IPEA. (2019b). *Carta de Conjuntura IPEA: mercado de trabalho, 42* (1.º trim.).

IPEA. (2019c). *Carta de Conjuntura IPEA: mercado de trabalho, 45* (4.º trim.).

IPEA. (2020). *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, 68*.

Johansen, R. (2012). *Leaders make the future: ten leadership skills for an uncertain world*. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.

Johnston, H., & Land-Kazlauskas, C. (2018). *Organizing on-demand: representation, voice, and collective bargaining in the gig economy*. Geneva: ILO.

Josserand, E., & Kaine, S. (2019). Different directions or the same route? The varied identities of ride-share drivers. *Journal of Industrial Relations*, 61(4), 549-573.  
<https://doi.org/10.1177/0022185619848461>

Kalleberg, A. L. (2003). Flexible firms and labor market segmentation: effects of workplace restructuring on jobs and workers. *Work and Occupations*, 30(2), 154-175.  
<https://doi.org/10.1177/0730888403251683>

Kalleberg, A. L., & Dunn, M. (2016). Good jobs, bad jobs in the gig economy. *Perspectives on Work*, 20, 10-14. <http://lerachapters.org/OJS/ojs-2.4.4-1/index.php/PFL/article/viewFile/3112/3087>

Kovács, I. (2002). *As metamorfoses do emprego: ilusões e problemas da sociedade da informação*. Oeiras: Celta.

- Kovács, I. (2006a). Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projeto de investigação. In V. Piccinini, L. Holzmann, I. Kovács, & V. N. Guimarães (Eds.), *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações* (pp. 23-46). Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Kovács, I. (2006b). Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 52, 41-65.
- Kovács, I. (2014). A aplicação de novos princípios organizacionais. In I. Kovács, S. F. Casaca, M. C. Cerdeira, & J. Peixoto (Eds.), *Temas atuais da sociologia do trabalho e da empresa* (pp. 275-278). São Paulo: Almedina.
- Kozinets, R. V. (2014). *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso.
- Krein, J. D., & Proni, M. W. (2010). *Economia informal: aspectos conceituais e teóricos*. Brasília: OIT.
- Lancman, S. (2011). O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In S. Lancman & L. I. Sznalwar (Eds.), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (3a ed.). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Lazzareschi, N. (2009). *Sociologia do Trabalho*. Curitiba: Iesde Brasil.
- Lemos, A. H. C., Cavazotte, F. S. C. N., & Souza, D. O. S. (2017). De empregado a empresário: mudanças no sentido do trabalho para empreendedores. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 11(5), 103-115.
- Lessa, C. (2017). Prefácio. In M. O. Nogueira, & G. F. Zucoloto (Eds.), *Um pirilampo no porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil* (pp. 11-14). Brasília: IPEA.
- Leunissen, J. M., Sedikides, C., & Wildschut, T. (2018). Organizational nostalgia lowers turnover intentions by increasing work meaning: the moderating role of burnout. *Journal of Occupational Health Psychology*, 23(1), 44-57.  
<https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1037/ocp0000059>
- Lima, J. C. (2014). Os desafios do presente e o trabalho do futuro. In A. D. Cattani (Ed.), *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos.
- Mäntymäki, M., Baiyere, A., & Islam, A. K. M. N. (2019). Digital platforms and the changing nature of physical work: insights from ride-hailing. *International Journal of Information Management*, 49, 452-460. <https://doi.org/10.1016/j.ijinfomgt.2019.08.007>
- Manyika, J., Lund, S., Bughin, J., Robinson, K., Mischke, J., & Mahajan, D. (2016). Independent work: choice, necessity, and the gig economy. *McKinsey Global Institute*.
- Martin, C. J. (2016). The sharing economy: a pathway to sustainability or a nightmarish form of neoliberal capitalism? *Ecological Economics*, 121, 149-159.  
<https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.11.027>
- Martinelli, F. (2019). Platform cooperativism: new forms of job, technology and social

protection in Italy. *EGOS Colloquium*, 35.

Martins, J. S. (2003). Que fazer para gerar empregos no Brasil? *Estudos Avançados*, 17(49). <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300019>

Maselli, I., & Fabo, B. (2015). Digital workers by design? An example from the on-demand economy. *CEPS Papers*, 414, 1-13.

Matos, J. M. T., Mascarenhas, C. H. M., Araújo, C. M., Gomes, F. V., & Santos, G. O. (2018). Fatores associados à autopercepção de saúde em taxistas. *Fisioterapia e Pesquisa*, 25(4), 369-375. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.1590/1809-2950/17000225042018>

Mayrhofer, W., Meyer, M., & Steyrer, J. (2007). Contextual issues in the study of careers. In K. Inkson & M. L. Savickas (Eds.), *Handbook of Career Studies* (pp. 215-240). Thousand Oaks: Sage Publications.

Medeiros, M., Barbosa, R. J., & Carvalhaes, F. (2019). Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil. *Texto Para Discussão IPEA*, 2447.

Misoczky, M. C. A. (2003). Implicações do uso das formulações sobre campo de poder e ação de Bourdieu nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, 7, 9-30. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000500002>

Mocelin, D. G. (2015). *Emprego e mudança tecnológica no Brasil*. Porto Alegre: Cirkula.

Monteiro, A. P. L. (2017). Liberdade de profissão e economia de compartilhamento: desafios do trabalho na multidão. In R. A. F. Zanatta, P. C. B. Paula, & B. Kira (Eds.), *Economias do compartilhamento e o Direito*. Curitiba: Juruá.

Moretto, C. F., & Capacchi, M. (2006). A (in)formalidade e o setor (in)formal para além do ilegal. In C. F. Moretto (Ed.), *Trabalho e trabalhadores: significados e significâncias* (pp. 155-186). Ijuí: Editora Unijuí.

Morin, E. (2015). *A via para o futuro da humanidade*. Bertrand Brasil.

Morin, E. M. (2001). Os sentidos do trabalho. *Revista de Administração de Empresas – RAE*, 41(3).

Murillo, D., Buckland, H., & Val, E. (2017). When the sharing economy becomes neoliberalism on steroids: unravelling the controversies. *Technological Forecasting and Social Change*, 125, 66-76. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2017.05.024>

Nascimento, T. C. (2017). Pesquisa no ambiente online: reflexões sobre o uso da netnografia como metodologia. *Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 41.

Nascimento, R. P., Costa, D. V. F., Salvá, M. N. R., Moura, R. G., & Simão, L. A. S. (2016). “Trabalhar é manter-se vivo”: envelhecimento e sentido do trabalho para docentes do ensino superior. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 11(2), 118-138.

Nogueira, M. O. (2016a). A construção social da informalidade e da semiformalidade no Brasil: uma proposta para o debate. *Texto Para Discussão IPEA*, 2237, 1-80.

- Nogueira, M. O. (2016b). A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. *Texto Para Discussão IPEA*, 2221.
- Nogueira, M. O. (2018). Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 64, 87-98.
- Nogueira, M. O., & Zucoloto, G. F. (2017). *Um pirilampo no porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade e da informalidade no Brasil*. Brasília: IPEA.
- Noon, M., & Blyton, P. (2002). *The realities of work*. New York: Palgrave.
- Noronha, E. G. (2003). “ Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. *RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18(53), 111-179.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000300007>
- Notícias STF. (2018a). Partes e interessados apresentam alegações no julgamento de ações sobre legalidade de transporte individual por aplicativos. *Supremo Tribunal Federal*.
- Notícias STF. (2018b). Relatores consideram inconstitucionais restrições ao transporte individual por aplicativos. *Supremo Tribunal Federal*.
- Notícias STJ. (2019). Motorista de aplicativo é trabalhador autônomo, e ação contra empresa compete à Justiça comum. *Superior Tribunal de Justiça*.  
<http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Motorista-de-aplicativo-e-trabalhador-autonomo--e-acao-contra-empresa-compet-e-a-Justica-comum.aspx>
- Noveli, M. (2010). Do off-line para o online: a netnografia como um método de pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a etnografia para a internet. *Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 34.
- Nunes, A. (2014). Sobre a pesquisa enquanto bricolagem, reflexões sobre o pesquisador como bricoleur. *Revista Digital do Laboratório de Artes Visuais*, 7(2), 30-41.  
<https://doi.org/10.5902/1983734815113>
- Nyombi, C. (2015). A response to the challenges posed by the binary divide between employee and self-employed. *International Journal of Law and Management*, 57(1), 3-16.  
<https://doi.org/10.1108/IJLMA-03-2013-0012>
- O’Marah, K. (2017). Uber is in trouble, but Uberization is a must-have. *Forbes*.  
<https://www.forbes.com/sites/kevinomarah/2017/09/28/uber-is-in-trouble-but-uberization-is-a-must-have/#268cf9b96580>
- Ochôa, P., & Pinto, L. G. (2017). Strategies, competencies and transitions roles in a digital transformational labour market. *IFLA World Library and Information Congress*, 1-10.
- Ocio, D. Z. (1995). *O emprego na teoria econômica*. São Paulo: Editora FGV.  
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2951/Rel11-95completo.pdf?sequence=1>
- OIT. (2009). *Perfil do trabalho decente no Brasil*. Brasília e Genebra: OIT.
- OIT. (2014). Transição da economia informal para a economia formal. *Conferência*

*Internacional Do Trabalho*, 103.

OIT. (2018). *Futuro do trabalho no brasil: perspectivas e diálogos tripartites*. Brasília e Genebra: OIT.

Oliveira, J. (2020, Julho 1). Entregadores de aplicativos fazem primeira grande paralisação da categoria no Brasil. *El País*. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-02/entregadores-de-aplicativos-fazem-primeira-grande-paralisacao-da-categoria-no-brasil.html>

Orlikowski, W. J., & Yates, J. (2002). It's about time: temporal structuring in organizations. *Organization Science*, 13(6), 684-700. <https://doi.org/10.1287/orsc.13.6.684.501>

Ostrom, E. (2009). Beyond markets and states: polycentric governance of complex economic systems. *Prize Lecture*, 408-444.

Owyang, J. (2016). Honeycomb 3.0: the collaborative economy market expansion. *Jeremiah Owyang*. <http://www.web-strategist.com/blog/2016/03/10/honeycomb-3-0-the-collaborative-economy-market-expansion-sxsw/>

Packard, T., Gentilini, U., Grosh, M., O'Keefe, P., Palacios, R., Robalino, D., & Santos, I. (2019). *Protecting all: risk sharing for a diverse and diversifying world of work*. Washington, DC: World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1427-3>

Parigi, P., & Cook, K. (2015). Trust and relationships in the sharing economy. *Contexts*, 14(1), 18–19.

Pastore, J. (2006). *As mudanças no mundo do trabalho: leituras de Sociologia do Trabalho*. São Paulo: LTR.

Pereira, E. F., & Tolfo, S. R. (2016). Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teórico-epistemológicas. *Psicologia Argumento*, 34(86), 302-317. <https://doi.org/dx.doi.org/10.7213/psicol.argum.34.087.AO02>

Peres, T. B. (2015). Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. *Revista da ABET*, 14(2), 270-289.

Peters, M. (2017). *Helping unemployed creating their own work in the new economy PES support to start ups*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Peticca-Harris, A., De Gama, N., & Ravishankar, M. N. (2018). Postcapitalist precarious work and those in the 'drivers' seat: exploring the motivations and lived experiences of Uber drivers in Canada. *Organization*, 1-24. <https://doi.org/10.1177/1350508418757332>

Piccinini, V., Holzmann, L., Kovács, I., & Guimarães, V. N. (2006). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Piccinini, V., Oliveira, S. R., & Rübenich, N. V. (2006). Formal, flexível ou informal?: reflexões sobre o trabalho no Brasil. In V. Piccinini, L. Holzmann, I. Kovács, & V. N. Guimarães (Eds.), *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Pinto, L. B., Paula, A. V., Lobato, C. B. P., & Boas, A. A. V. (2015). Sentidos do trabalho:



- um estudo exploratório com trabalhadores do polvilho em Minas Gerais. *Pretexto*, 16(4), 65-81.
- Piovesan, E. (2017, Abril 4). Câmara atribui a municípios regulamentação de aplicativos de transporte. *Câmara dos Deputados*. <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias>
- Pithan, L. H., Vaclavik, M. C., & Oltramari, A. P. (2020). Vulnerable careers: analysis of journalism transformations with dismissal as turning point. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(1), 158-171. <https://doi.org/10.1590/1679-395173439x>
- Polkinghorne, D. E. (1995). Narrative configuration in qualitative analysis. *International Journal of Qualitative Studies in Education*, 8(1), 5-23. <https://doi.org/10.1080/0951839950080103>
- Pongratz, H. J. (2018). Of crowds and talents: discursive constructions of global online labour. *New Technology, Work and Employment*, 33(1), 58-73. <https://doi.org/10.1111/ntwe.12104>
- Powell, W. W. (2017). A sociologist look at crowds: innovation or invention? *Strategic Organization*, 15(2), 289-297. <https://doi.org/10.1177/1476127016644642>
- Rádio Senado. (2017, August 30). Pedro Chaves propõe debate sobre regulamentação de aplicativos de transporte. *Senado Notícias*. <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2017/08/pedro-chaves-propoe-debate-sobre-regulamentacao-de-aplicativos-de-transporte>
- Rampazo, A. V., & Ichikawa, E. Y. (2009). Bricolage: a busca pela compreensão de novas perspectivas em pesquisa social. *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ*, 2, 1-12. [http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ64.pdf%0Ahttp://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq\\_2009/ENEPQ64.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEPQ64.pdf%0Ahttp://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2009/ENEPQ64.pdf)
- Richter, A. (2018, Dezembro 6). Pedido de vista suspende julgamento sobre aplicativos de transporte. *Agência Brasil*. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/>
- Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron Books.
- Rifkin, J. (2015). *Sociedade com custo marginal zero*. São Paulo: Makron Books.
- Rocha de Oliveira, S., & Piccinini, V. C. (2009). Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(1), 88-98. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000100007>.
- Rocha de Oliveira, S., & Piccinini, V. C. (2011). Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. *Revista de Administração Pública*, 45(5), 1517-1538.
- Rodrigues, A. L., Barrichello, A., Irigaray, H. A. R., Soares, D. R., & Morin, E. M. (2017). O trabalho e seus sentidos: um estudo com peritos criminais da Polícia Federal. *Revista de Administração Pública*, 51(6), 1058-1084. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612159318>
- Rodrigues, A. L., Barrichello, A., & Morin, E. M. (2016). Os sentidos do trabalho para

profissionais de enfermagem: um estudo multimétodos. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 56(2), 192-208.

Rohm, R. H. D., & Lopes, N. F. (2015). O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica. *Cadernos EBAPE.BR*, 13(2), 332-345.

Rosso, B. D., Dekas, K. H., & Wrzesniewski, A. (2010). On the meaning of work: a theoretical integration and review. *Research in Organizational Behavior*, 30, 91-127. <https://doi.org/10.1016/j.riob.2010.09.001>

Schmidt, F. A. (2017). *Digital labour markets in the platform economy: mapping the political challenges of crowd work and gig work*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung.

Scholz, T. (2016). *Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa*. São Paulo: Editora Elefante, Autonomia Literária & Fundação Rosa Luxemburgo.

Schor, J. (2014). Debating the sharing economy. *Great Transition Initiative*. <http://greattransition.org/publication/debating-the-sharing-economy>

Schor, J. B., & Attwood-Charles, W. (2017). The “sharing” economy: labor, inequality, and social connection on for-profit platforms. *Sociology Compass*, 11(8), 1-16. <https://doi.org/10.1111/soc4.12493>

Schymura, L. G. (2020). Produtividade, informalidade e incerteza política: o que contam os indicadores? *Revista Conjuntura Econômica (FGV/IBRE)*, 74(1), 6-9.

Silva, M. P., & Simões, J. M. (2015). O estudo do sentido do trabalho: contribuições e desafios para as organizações contemporâneas. *Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe)*, 13(3).

Silva, S. G. C. L. (2011). Relações de trabalho no mundo contemporâneo: prefácio aos estudos multidisciplinares. In C. H. Horn & F. C. Cotanda (Eds.), *Relações de trabalho no mundo contemporâneo: ensaios multidisciplinares* (pp. 9-14). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Silva, K. A. T., Borges, G. F., Mafra, F. L. N., & Cappelle, M. C. A. (2013). Ser prostituta: o sentido do trabalho moralmente inaceitável. *Gestão.Org*, 11(2), 215-246. <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/523/289>

Silva, K. A. T., & Cappelle, M. C. A. (2015). Sentidos do trabalho apreendidos por meio de fatos marcantes na trajetória de mulheres prostitutas. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, 16(6), 19-47.

Silva, K. A. T., & Cappelle, M. C. A. (2017). O trabalho na prostituição de luxo: análise dos sentidos produzidos por prostitutas em Belo Horizonte – MG. *RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental*, ed. esp., 23-39.

Siqueira, K. C. L., Silva, J. M., & Angnes, J. S. (2017). “Cuidar de preso?!”: os sentidos do trabalho para agentes penitenciários. *Revista de Ciências da Administração*, 19(48), 84-95. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2017v19n48p84>

- Souza, J. S., & Corso, K. B. (2018). Uma análise bibliométrica do uso do método netnografia nas produções acadêmicas. *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ*, 6.
- Spinelli de Sá, J. G., & Lemos, A. H. C. (2015). Sentido do trabalho: uma análise da produção científica brasileira. *Encontro da ANPAD*, 39.
- Stanford, J. (2017). The resurgence of gig work: historical and theoretical perspectives. *The Economic and Labour Relations Review*, 38(3), 382-401.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1177/1035304617724303>
- Steger, M. F., Dik, B. J., & Duffy, R. D. (2012). Measuring meaningful work: the work and meaning inventory (WAMI). *Journal of Career Assessment*, 20(3), 322-337.  
<https://doi.org/10.1177/1069072711436160>
- Stewart, A., & Stanford, J. (2017). Regulating work in the gig economy: what are the options? *The Economic and Labour Relations Review*, 28(2), 420-437.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1177/1035304617722461>
- Sundararajan, A. (2016). *The sharing economy*. Cambridge: The MIT Press.
- Tassinari, A., & Maccarrone, V. (2019). Riders on the storm: workplace solidarity among gig economy couriers in Italy and the UK. *Work, Employment and Society*, 1-20.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0950017019862954>
- Thomas, K. (1999). *The Oxford Book of Work*. London: Oxford University Press.
- Todolí-Signes, A. (2017). The ‘gig economy’: employee, self-employed or the need for a special employment regulation? *Transfer: European Review of Labour and Research*, 23(2), 193-205. <https://doi.org/10.1177/1024258917701381>
- Tolfo, S. R., Coutinho, M. C., Almeida, A. R., Baasch, D., & Cugnier, J. S. (2005). Revisitando abordagens sobre sentidos e significados do trabalho. *Fórum Criteos*.
- Tolfo, S. R., & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Psicologia & Sociedade*, 19, ed. esp., 39-46. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400007>
- Uber. (2018). Uber chega à marca de 1 bilhão de viagens no Brasil. *Uber*.  
<http://www.uber.com/pt-BR/newsroom/uber-chega-marca-de-1-bilhao-de-viagens-no-brasil>
- Uber. (2020a). Ações de combate ao coronavírus. *Uber*. <https://www.uber.com/br/pt-br/coronavirus/>
- Uber. (2020b). Use a Uber em cidades do mundo todo. *Uber*.  
<https://www.uber.com/global/pt-br/cities/>
- Ursula Huws. (2015). Online labour exchanges, or “crowdsourcing”: implications for occupational safety and health. *Focal Points Seminar: Review Articles in the Future of Work*, 3. <https://osha.europa.eu/en/tools-and-publications/seminars/focal-points-seminar-review-articles-future-work>

- Vaclavik, M. C., Concolato, C. P., & Oltramari, A. P. (2018). As estratégias defensivas dos motoristas de aplicativos: uma análise do enfrentamento da violência urbana à luz da Psicodinâmica do Trabalho. *Seminários em Administração – SemeAd*, 21.
- Vaclavik, M. C., Macke, J., & Antunes, E. D. D. (2018). Confiança e capital social na economia compartilhada: trazendo a discussão para a perspectiva de relações de trabalho. *Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 42.
- Vaclavik, M. C., Macke, J., & Silva, D. F. (2020). ‘Do not talk to strangers’: a study on trust in Brazilian ridesharing apps. *Technology in Society*, 63.  
<https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2020.101379>
- Vaclavik, M. C., & Oltramari, A. P. (2020). O mercado de trabalho de motoristas de aplicativos: uma proposição analítica a partir de uma pesquisa netnográfica. *Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR*, 7.
- Vaclavik, M. C., & Pithan, L. H. (2018). The agency search: the meaning of work for app drivers. *RAM – Revista de Administração Mackenzie*, 19(5), 1-27.  
<https://doi.org/10.1590/1678-6971/eramg180080>
- Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2019a). A formação de mercados de trabalho digitais: o caso do transporte por aplicativos no Brasil. *Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 43.
- Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2019b). Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz dos novos modos de organização do trabalho. *XVI Encontro Nacional da ABET*, 16.
- Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2019c). The digital labor market formation: the case of Brazilian app-based ride-hailing service. *EGOS Colloquium*, 35.
- Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2020a). Enterprising the informality: a theoretical debate in the light of new ways of work organization. *International Labour and Employment Relations Association Regional Congress for the Americas*, 10.
- Vaclavik, M. C., Rocha de Oliveira, S., & Oltramari, A. P. (2020b). Proteus looks around: agency, time and context in a gig economy career analysis. *EGOS Colloquium*, 36.
- Vaclavik, M. C., Sastre, C. F. S., & Oltramari, A. P. (2019). Trabalho e emprego: tensionando conceitos. *Encontro Nacional da ABET*, 16.
- Vaclavik, M. C., Schmitz, A. R., & Athanazio, B. (2018a). O trabalhador e a gig economy: investigação sobre os reflexos de uma nova organização do trabalho sobre a saúde de motoristas de aplicativos. *Red Pilares*, 5.
- Vaclavik, M. C., Schmitz, A. R., & Athanazio, B. (2018b). QVT e as novas configurações do trabalho: um estudo com motoristas de aplicativos. *Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho*, 20.
- Vaclavik, M. C., Vieira, C. R. S., & Antunes, E. D. D. (2018). O trabalho nas novas economias: discutindo conceitos e possibilidades de pesquisa. *Encontro da ANPAD – EnANPAD*, 42.

- Valenduc, G., & Vendramin, P. (2016). Work in the digital economy: sorting the old from the new. *ETUI Working Paper*, 2016.03.
- Valente, E. B., Patrus, R., & Córdova Guimarães, R. (2019). Sharing economy: becoming an Uber driver in a developing country. *Revista de Gestão*, 26(2), 143-160.  
<https://doi.org/10.1108/rege-08-2018-0088>
- Veira, M. M. F., & Carvalho, C. A. (2003). Sobre organizações, instituições e poder. In M. M. F. Vieira, & C. A. Carvalho (Eds.), *Organizações, instituições e poder no Brasil* (pp. 11-26). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Velôso, T. M. G., Oliveira Filho, P., Medeiros, C. S., & Araújo, A. S. (2009). A identidade em discursos de taxistas. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 118-127.  
<https://doi.org/https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822009000100014>
- Willis, R. (2018). Observations online: finding the ethical boundaries of Facebook research. *Research Ethics*, 1-17. <https://doi.org/10.1177/1747016117740176>
- Wood, A. J., Graham, M., & Lehdonvirta, V. (2019). Networked but commodified: the (dis)embeddedness of digital labour in the gig economy. *Sociology*, 53(5), 931-950.  
<https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0038038519828906>
- Wood, A. J., Graham, M., Lehdonvirta, V., & Hjorth, I. (2019). Good gig, bad gig: autonomy and algorithmic control in the global gig economy. *Work, Employment and Society*, 33(1), 56-75. <https://doi.org/10.1177/0950017018785616>
- Wood, A. J., Lehdonvirta, V., & Graham, M. (2018). Workers of the Internet unite? Online freelancer organisation among remote gig economy workers in six Asian and African countries. *New Technology, Work and Employment*, 33(2), 95-112.  
<https://doi.org/10.1111/ntwe.12112>
- World Bank. (2018). International Debt Statistics 2019. *The World Bank*.
- World Bank. (2019). *World Development Report 2019: the changing nature of work*. Washington, DC: International Bank for Reconstruction and Development, The World Bank.  
<https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1328-3>
- Wu, D., Wu, T., Liu, Q., & Yang, Z. (2020). The SARS-CoV-2 outbreak: what we know. *International Journal of Infectious Diseases*, 94, 44-88.  
<https://doi.org/10.1016/j.ijid.2020.03.004>
- Xavier, L. G. (2017, April 5). Alterações no texto dificultam funcionamento de aplicativos de transporte, diz Maia. *Câmara dos Deputados*.  
<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/>
- Zanatta, R. A. F., Paula, P. C. B., & Kira, B. (2017). Inovações regulatórias no transporte individual: o que há de novo nas megacidades após o Uber? In R. A. F. Zanatta, P. C. B. Paula, & B. Kira (Eds.), *Economias do compartilhamento e o Direito* (pp. 131-178). Curitiba: Juruá.